

Jarbas Vargas Nascimento
Izilda M. Nardocci
Anderson Ferreira

Organizadores

ANÁLISE DE DISCURSO



DISCURSO, CULTURA E MÍDIA

Blucher Open Access

DISCURSO, CULTURA E MÍDIA

SÉRIE DISCURSO E CULTURA
VOLUME 8

Blucher



DISCURSO
CULTURA

DISCURSO, CULTURA E MÍDIA

SÉRIE DISCURSO E CULTURA
VOLUME 8

Jarbas Vargas Nascimento
Izilda Maria Nardocci
Anderson Ferreira
Organizadores

Discurso, cultura e mídia – Série Discurso e Cultura – volume 8

© 2026 Jarbas Vargas Nascimento, Izilda Maria Nardocci e Anderson Ferreira (organizadores)

Editora Edgard Blücher Ltda.

Comissão Científica

Prof. Dr. André Lopes

Prof. Dr. Anderson Ferreira

Prof. Dr. Cândido Ferreira de Souza Júnior

Prof. Dr. Carlos Alberto Baptista

Profa. Dra. Izilda Maria Nardocci

Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento

Prof. Dr. Jonas Eliakim

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano

Prof. Dr. Mário Acrísio Alves Júnior

Profa. Dra. Micheline Mattedi Tomazi

Prof. Dr. Ramon Chaves

Prof. Dr. Ricardo Celestino

Profa. Dra. Rosângela Carreira

Imagem da capa iStockphotos

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela
Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Heytor Diniz Teixeira, CRB-8/10570

Discurso, cultura e mídia / Jarbas Vargas Nascimento, Izilda Maria Nardocci, Anderson Ferreira (organizadores). – São Paulo : Blucher Open Access, 2026.

8 v. (184 p. : il.). – (Série Discurso e Cultura).

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-418-7 (Impresso)

ISBN 978-65-5550-413-2 (Eletrônico – Epub)

ISBN 978-65-5550-414-9 (Eletrônico – PDF)

1. Linguística do texto. 2. Análise do discurso. 3. Discurso e cultura. 4. Discurso e tecnologia. I. Título. II. Série. III. Nascimento, Jarbas Vargas. IV. Nardocci, Izilda Maria. V. Ferreira, Anderson.

CDU 81'42

Índice para catálogo sistemático:

1. Linguística do texto

CDU 81'42

*À memória de Jarbas Vargas Nascimento.
Você foi um grande amigo e um excelente professor.
Deixou em todos nós uma saudade eterna.
Onde você estiver, estará sempre conosco.*

Conteúdo

Apresentação	9
Interincompreensão e polifonia discursivas: os números e o apagamento de direitos humanos no Placar da Vida	15
<i>Jarbas Vargas Nascimento, Ramon Silva Chaves e Rosângela Carreira</i>	
<i>Ethos e antiethos na rede social Facebook</i>	49
<i>Izilda Maria Nardocci e Karlene do Socorro da Rocha Campos</i>	
A leitura de simulacro das mídias jornalísticas sobre o Plano Pena Justa	75
<i>Anderson Ferreira e Iasmim Cristina Rodrigues Brilhante</i>	
Liberdade de expressão e censura nas redes: a historicidade dos vocábulos pela linguagem	109
<i>Eric Henrique Anselmo Moreira da Silva e Márcio Rogério de Oliveira Cano</i>	
As estratégias de adaptação de obras literárias clássicas em reels do Instagram	143
<i>Ricardo Celestino e Cibele Rodrigues do Nascimento</i>	
Autores e autoras	177

Apresentação

O Dossiê Temático *Discurso, Cultura e Mídia* reúne produções teórico-analíticas inéditas que investiguem a mídia em diferentes suportes como manifestação cultural. Parte-se do pressuposto de que os discursos midiáticos constituem objeto central nas ciências humanas e sociais, sobretudo nos estudos discursivos, por influenciarem a formação de opiniões, comportamentos e representações sociais. Em ambientes digitais, esses discursos ampliam a circulação de sentidos, promovendo interações globais, ao mesmo tempo que podem intensificar processos de polarização. Nessa senda, o oitavo livro da série *Discurso e Cultura* examina práticas sociais mediadas pela mídia e problematiza os efeitos de sentido que nela circulam, considerando suas dimensões culturais, estratégias discursivas e impactos na transformação de narrativas sociais.

A proposta também enfatiza a relação dinâmica entre discurso, cultura e tecnologia como elemento estruturante das formas contemporâneas de subjetivação e organização social. A mídia é compreendida como espaço de produção simbólica no qual sujeitos manifestam desejos e constroem sentidos por meio de práticas linguageiras específicas. As condições midiáticas de produção favorecem a negociação contínua de significados, refletindo transformações tecnológicas que alteram modos de conhecer e inter-

pretar o mundo. Dessa maneira, a análise discursiva se configura como campo privilegiado para compreender como a materialidade de linguística participa da constituição de sentidos e da mediação entre experiência social e cultura.

Além disso, a mídia é abordada como instância reguladora do cotidiano social, na medida em que ritualiza práticas discursivas e contribui para a normatização de comportamentos e relações sociais. Por meio da circulação de discursos que legitimam hábitos, valores e identidades, os grupos sociais constroem visibilidade e enquadramentos interpretativos que orientam avaliações éticas e emocionais. Este Dossiê propõe, portanto, fortalecer a interlocução entre estudos discursivos e estudos da mídia, visando compreender os processos contemporâneos de negociação de sentidos. Ao reunir pesquisas nessa interface, a obra busca oferecer uma reflexão integrada sobre os vínculos entre discurso, cultura e mídia em perspectiva contemporânea.

A série *Discurso e Cultura* é um periódico de publicação anual que congrega pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Memória e Cultura da Língua Portuguesa Escrita no Brasil, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Sob a coordenação do professor Dr. Jarbas Vargas Nascimento, o Grupo se dedica à análise de diversos discursos presentes no espaço social, articulando diferentes campos do saber que dialogam com a Análise de Discurso de vertente francesa, com especial destaque para os aportes teórico-metodológicos de Dominique Maingueneau.

Jarbas Vargas Nascimento, Ramon Silva Chaves e Rosângela Carreira abrem a coletânea com o capítulo intitulado *Interincompreensão e polifonia discursivas: os números e o apagamento de direitos humanos no placar da vida*. Ao discutir como o

afastamento das recomendações de organismos internacionais de saúde contribuiu para o agravamento da crise sanitária, Nascimento, Chaves e Carreira analisam a gestão da pandemia de covid-19 no Brasil à luz do discurso político e científico. Os autores retomam análises desenvolvidas em 2020, em contexto de pandemia, e as atualizam nas condições de produção de discursos a partir de atos antidemocráticos. Com isso, objetivam demonstrar que práticas discursivas adotadas no período permanecem relevantes para a compreensão do elevado número de mortes evitáveis.

Na sequência, Izilda Maria Nardocci e Karlene do Socorro da Rocha Campos, em *Ethos e antiethos na rede social Facebook*, analisam a maneira pela qual ocorre a construção do *ethos* discursivo da ministra do meio ambiente Marina Silva, com base em um texto postado por ela em sua página no Facebook sobre sua participação no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, realizado em Manaus, Amazonas, Brasil, entre 21 e 25 de julho de 2025. Para melhor compreender a relação entre imagem projetada e imagem percebida, Nardocci e Campos consideram em sua investigação não apenas o texto postado pela ministra, mas também os comentários dos usuários da rede. De fato, como demonstram as autoras, o *ethos* discursivo é construído em um processo de negociação com o interlocutor, no qual a imagem transmitida pelo locutor é atravessada por interpretações pautadas em subjetividades que podem legitimar ou não um discurso.

No capítulo intitulado *A leitura de simulacro das mídias jornalísticas sobre o Plano Pena Justa*, Anderson Ferreira e Iasmim Cristina Rodrigues Brilhante examinam o processo de interincompreensão discursiva generalizada presente nos discursos das mídias jornalísticas acerca do Plano Pena Justa. Ferreira e Brilhante procuram dar ênfase à maneira pela qual a polêmica,

compreendida como interincompreensão, produz uma leitura de simulacro do discurso do Direito. O *corpus* de análise é construído por meio de dois vídeos noticiosos publicados no YouTube e um vídeo institucional da Defensoria Pública da União. Como destacam Ferreira e Brilhante, o discurso jornalístico-midiático, ao “traduzir” o discurso jurídico segundo seus próprios quadros interpretativos e interesses ideológicos, constrói efeitos de incompatibilidade entre enunciados do Direito, obscurecendo o debate público sobre justiça, dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais das pessoas privadas de liberdade.

Já em *Liberdade de expressão e censura nas redes: a historicidade dos vocábulos pela linguagem*, Eric Henrique Anselmo Moreira da Silva e Márcio Rogério de Oliveira Cano analisam o embate contemporâneo entre os conceitos de liberdade de expressão e censura a partir de uma perspectiva discursiva. Silva e Cano problematizam os efeitos do apagamento da historicidade dos conceitos nas manifestações digitais. Os autores investigam como esses conceitos-chave em sociedades democráticas são, muitas vezes, mobilizados de modo absoluto em debates nas redes sociais, fenômeno que tensiona a relação entre discurso, sujeito e poder.

Ricardo Celestino e Cibele Rodrigues do Nascimento finalizam a coletânea com o capítulo intitulado *As estratégias de adaptação de obras literárias clássicas em reels no Instagram*. Celestino e Nascimento se propõem a verificar as estratégias de adaptação de obras literárias clássicas para o formato de *reels* do Instagram, tomando como objeto empírico a adaptação da obra *A metamorfose*, de Franz Kafka, publicada no canal Aff the Hype. O capítulo se dedica a compreender de que forma as narrativas canônicas são transcodificadas para vídeos curtos, marcados pela concisão, pelo apelo visual e pela lógica algorítmica das redes sociais. Com isso, Celestino e Nascimento delineiam os impactos desse processo de circulação e coprodução da literatura em ambientes digitais. Os

reels certamente constituem um espaço legítimo de circulação literária. São capazes de ampliar o alcance dos clássicos e promover novas formas de engajamento com a literatura, embora – conforme destacam Celestino e Nascimento – essa literatura se enrede nas tensões próprias do campo mediático e às exigências de visibilidade impostas pelos algoritmos.

Agradecemos, de modo especial, a colaboração de todas as pessoas que contribuíram para tornar possível a publicação deste Dossiê Temático. Manifestamos nosso reconhecimento aos membros e membras do Grupo de Pesquisa **Memória e Cultura da Língua Portuguesa Escrita no Brasil**, da PUC-SP, pelas valiosas sugestões, criteriosas correções e pareceres técnicos, bem como àqueles e àquelas que, de diferentes maneiras, empenharam esforços para a concretização desta obra.

Jarbas Vargas Nascimento

Izilda Maria Nardocci

Anderson Ferreira

Verão de 2026

Interincompreensão e polifonia discursivas: os números e o apagamento de direitos humanos no Placar da Vida

Jarbas Vargas Nascimento
Ramon Silva Chaves
Rosângela Carreira

“Todas as coisas são números”
Pitágoras

Introdução

A forma como a pandemia foi tratada no Brasil, durante o governo Bolsonaro, não somente ignorou todas as medidas possíveis tomadas pela OMS mas também corroborou uma política estatal de genocídio e desrespeito à vida naquela ocasião. Fato que demonstra que as atuais denúncias e acusações ao ex-presidente mereceriam uma revisão minuciosa para responsabilizá-lo por inúmeras mortes que poderiam ter sido impedidas, caso agisse de forma mais coerente com o que propunham os especialistas à época.

Nesse sentido, as políticas brasileiras acionadas por bolsonaristas, conservadores e extremistas naquela época agiram, com êxito, no extermínio de grupos vulneráveis, e com desrespeito aos direitos humanos básicos de existência. Este capítulo é uma revisita a apontamentos e análises que fizemos em agosto de 2020, ainda inéditos, cujo teor se atualiza neste momento crucial de julgamento e condenação do ex-presidente por atos antidemocráticos. Consideramos essas ações esquecidas pelas autoridades tão graves quanto as atuais. Além disso, para os propósitos desta edição, julgamos que nossa análise do discurso científico falseado em redes sociais ainda é atual e se mantém em diferentes graus nos grupos e partidos conservadores brasileiros, atitude que permite o não julgamento efetivo do descaso e da responsabilidade civil do governo pelo número de mortos.

Para lidar com uma pandemia, é natural apoiar-se no discurso científico como forma de entendimento da realidade e da proteção aos seres humanos; por isso, dados e análises estatísticas passam a funcionar como argumentos necessários para o equilíbrio da comunidade, e foi dessa forma que esse discurso foi usado pela massa estatal da ocasião. Nessas circunstâncias, este capítulo resgata o passado e dialoga com a atualidade política.

Charaudeau (2020), Maingueneau (2020) e Van Dijk (2020) ressaltaram em *lives* que os números atuam, no discurso político, como elementos de ordem retórica, ultrapassando os limites científicos.

No Brasil, conforme atestaram as principais agências de saúde internacionais,¹ os números de mortos e contaminados são trá-

1 Conforme notícia divulgada pela ONU em março de 2021, a “Organização Pan-Americana da Saúde, Opas, alertou esta terça-feira para a ‘terrível situação no Brasil’ devido à pandemia de covid-19”, situação que se repetiu durante toda a pandemia. Disponível em: <https://news.>

gicos e os procedimentos e notificações, falhos, por isso os dados divulgados geram até hoje dúvidas e discordâncias no processo de leitura. Na verdade, os dados estatísticos no país subverteram a lógica apontada pelos linguistas e funcionaram como estratégias retóricas de desvio de foco e reiteração de posicionamentos radicais e pseudo-opiniões sobre a realidade, reforçando a cisão social que se impôs ao Brasil desde as eleições de 2018.

Em face dessas considerações e dessa realidade, este capítulo analisa a função dos números referentes à covid-19, presentes no *site* do Ministério da Saúde, para verificar como o papel retórico dos números em diálogos extraídos das redes sociais, no painel criado pela Secom, a Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, e exposto em suas páginas intitulado Placar da Vida, pode refletir a interincompreensão entre enunciadores, que se posicionavam de maneiras diversas diante dos dados estatísticos.

Para tanto, buscamos embasamento teórico-metodológico em Pinheiro e Amossy (2018), sobre a polêmica; em Maingueneau (2008, 2020) sobre interincompreensão, interdiscurso e a covid-19; em Charaudeau (2020, 2008), sobre a compreensão do discurso político; em Bakhtin (1997a, 1997b) e Brait (2005, 2009), sobre a verificação da polifonia, atos de fala e “carnavalização”, e em Mbembe (2020), sobre necropolítica. Trata-se, pois, de um estudo baseado em levantamento bibliográfico, de cunho qualitativo e orientado pela análise do discurso de linha francesa. O objetivo é examinar como a interincompreensão mantém a polêmica e serve de estratégia discursiva desviante na manipulação da população por meio da

un.org/pt/story/2021/03/1745442#:~:text=A%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Pan%2DAmericana%20da,%C3%A0%20pandemia%20de%20Covid%2D19. Acesso em: 21 abr. 2021.

adesão a um discurso que cria um quadro enunciativo com aparência científica, mas com dados inconsistentes.

Nas primeiras seções apresentamos a fundamentação teórica dos conceitos supracitados para, em seguida, analisar os números no *site* do Ministério da Saúde e no Placar da Vida da Secom durante a pandemia, com base no qual o *corpus* foi constituído.

A interincompreensão como estratégia discursiva para polêmica

As estratégias discursivas utilizadas na sociedade para acesso e adesão a informações públicas podem ser regidas sob uma aparência de necessidade de compreensão da realidade, mas, de certo modo, todo processo de comunicação surge por uma necessidade de compreensão do/pelo outro. Como a compreensão efetiva não pode ser antecipada, partimos do princípio de que todo processo enunciativo carrega em si uma interincompreensão, cujas lacunas poderão ser preenchidas pela construção de efeito de sentido, que leva à compreensão ou pode gerar embates de diferentes ordens, causando polêmica ou permanência da interincompreensão. Segundo Maingueneau,

*[...] quando o espaço discursivo é considerado como rede de interação, ele define **um processo de interincompreensão** generalizada, a própria condição de possibilidade de posições enunciativas. Para elas, não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. (Maingueneau, 2008, grifos do autor)*

Maingueneau (2008) afirma ainda que a intercompreensão gera um desentendimento recíproco. Assim, a busca pelo compreender engloba, em primeira instância, um “não compreender”, e isso se dá no processo de troca entre sujeitos do discurso, uma vez que o conceito de formação discursiva congrega entrelaçamentos (inter)discursivos sócio-históricos e culturalmente demarcados por condições de produção, parte da semântica global. Nesse sentido, compreender é buscar perceber os efeitos de sentido, nessa intersubjetividade.

Maingueneau (2008) enfatiza que os planos textuais, discursivos, históricos e ideológicos devem ser considerados e demarca os seguintes elementos como interessantes para sua análise do discurso jansenista: intertextualidade, vocabulário, temas, estatuto da enunciação, modo de coesão, até chegar à polêmica como interincompreensão. A polêmica como interincompreensão, por sua vez, se dá na tensão entre integração e exclusão semântica; entretanto, não significa somente interposição de antagonismos, mas também de posicionamentos dos enunciadores, que podem reiterar e reforçar o dizer, inclusive para acentuar o procedimento polêmico.

Desse modo, a utilização de dados estatísticos e o embasamento científico pressupõem a inclusão de argumentos em prol da compreensão. Contudo, como veremos na análise, isso não ocorre em todas as realidades e não ocorre no Brasil, pois, além de gerar interincompreensão, causa o apagamento dos sujeitos e de direitos necessários para a sobrevivência em época de pandemia.

Amossy (2017), ao tratar da polêmica em tempos de democracia, salienta que ela está pautada em opiniões antagônicas, associada ao desacordo, manifestando-se na sociedade em forma de dissenso ou polarização. Assim, se pensada como estratégia discursivo-argumentativa,

[...] a primeira marca da polêmica como debate da atualidade é uma oposição de discurso. O antagonismo das opiniões apresentadas no seio de um confronto verbal é sua condição sine qua non. Lembremos que a noção de confrontação designa, de partida, a ação de colocar (dois discursos) em presença e, portanto, em relação, permitindo assim uma apreciação por comparação. (2017, p. 49)

Nessa relação, o discurso polêmico também tem como base a interincompreensão, mas supõe que cada sujeito tente convencer o outro daquilo que compreende, de sua tese, de um contradiscurso antagonista (Agenor, 1983, p. 34 *apud* Amossy, 2017, p. 49). É no entrechoque entre um Eu e um Outro que se configura um quadro cênico polêmico, ou seja, mais uma vez percebemos que é na alteridade que se fundam os efeitos de sentido na interação. Bakhtin (1997a, 1997b), ao analisar o processo de interação, relaciona também os embates entre sujeitos na relação Eu e o Outro e admite que há atos responsivos, ligados diretamente à responsabilidade dos sujeitos pelo dizer e, conseqüentemente, aos atos éticos.

Incongruentemente, os sujeitos, no cenário político brasileiro da atualidade, criam uma encenação polêmica, em ambientes virtuais, por exemplo, e assumem uma ação responsiva, mas nem sempre responsável, rompendo, assim, com a postura ética e reforçando a polêmica e a ideia de diálogo como espaço de tensões.

Entendendo o processo de enunciação como um produto global, a partir da relação entre sujeitos em condições sócio-históricas determinadas, cada ato estabelece uma unidade dialógica, que reflete o momento pelo qual os sujeitos estão passando, pois

[...] o “conteúdo ou sentido do ato/atividade” refere-se ao produto do ato, aquilo que o ato gera; a “experiência atual

e uni-ocorrente” do ato é o processo do ato, que se atualiza (se realiza) numa situação concreta, que não permanece imutável e, portanto, ocorre uma única vez”. (Sobral, 2008, p. 226)

De fato, o estabelecimento de embates por meio de registros e números utilizados como argumentos causa um deslocamento da temática dialógica, atravessado por ideologias políticas que apagam a lógica do dizer por meio de uma cena de enunciação política. Os sujeitos envolvidos colocam a razão e o dizer de um *ethos* aparentemente politizado acima de qualquer lógica e razão, mantendo a polarização, e a tese se dilui pelo discurso político.

Os jogos de linguagem que compõem a encenação, conforme Charaudeau (2008), no discurso político, mesclam *ethos*, *pathos* e *logos*, porque relacionam razão e paixões. O discurso político, por sua vez, para Maingueneau (2008), é um tropismo, porque tem a pretensão de carregar consigo fundamentos sociais e propagar discursos constituintes, agindo, muitas vezes, como também constituinte da sociedade à qual pertence. Talvez seja essa propriedade que reforce nos sujeitos a necessidade de sentir-se dono de um saber político que, de antemão, o leva a negar o posicionamento do outro.

A legitimidade do discurso político consolida identidades; por isso, Charaudeau (2008) observa que esse tipo de discurso não está reservado aos governantes, estando ao alcance de todo sujeito inserido em um aparelho estatal, uma vez que circula na sociedade e garante a representatividade dos grupos e de formações discursivas às quais pertençam. Dessa maneira, para garantir seu lugar social, sujeitos fabricam discursos políticos em diferentes lugares inter-relacionados: o lugar da elaboração de sistemas de pensamento, o lugar dos atos de comunicação em cenas políticas.

A esses lugares do discurso político corresponde o lugar da governança, isto é, da instância política, da opinião – da instância cidadã e da mídia instância midiática (Charaudeau, 2008). Esses lugares do dizer formam parte da constituição de grupos sociais que se sentem legitimados e legitimam-nos, propagando um discurso específico do qual, em muitos momentos, não abrem mão, instituindo posicionamentos quase ditatoriais e estabelecendo na totalidade da ação valores, que negam e bloqueiam o dizer do Outro.

No Brasil em particular, para garantir seu espaço político, bolsonaristas fundamentalistas radicais negam a existência da pandemia, conseqüentemente, negam o pensamento científico e qualquer estratégia que minimize danos para a sociedade, em termos de saúde ou de sobrevivência; em termos econômicos ou de subsistência. Diante disso, os Outros, antes formados somente por grupos de esquerda, ganham a adesão de grupos que lutam por uma lógica salutar.

Nesses embates contínuos de interincompreensões, direitos humanos fundamentais são esquecidos ou cancelados e os sujeitos tentam apagar a existência do contra-argumento usando de estratégias discursivas que chamaremos de estratégias desviantes, quando a fuga do tema/fato central se dá por meio de qualquer argumento, absurdo ou não.

Maingueneau (2008), ao trazer a questão da polêmica como interincompreensão, analisa o discurso jansenista em contraste com o humanista e considera que há uma espécie de “componente de tradução” do espaço discursivo, cujos semas estabelecem sistemas de restrições que compõem essa interincompreensão no processo de interação. O autor conclui que “cada formação discursiva tem uma maneira própria de interpretar seu Outro” (Maingueneau, 2008, p. 104); não existiria “uma relação polêmica ‘em si’”, já que o sistema jansenista teria como princípio estratégico a dissociação e o Outro (o adversário) a integração. Logo, as características

essenciais de cada um deles formariam parte dos constituintes de uma “Ordem” que é a geradora da contrariedade. Assim, o agente-enunciador de uma posição sempre tem a tendência a integrar e o Outro a dissociar, mesmo que não haja de forma simétrica. Para chegar a essa conclusão, partimos de um quadro analítico em que se contrapõem os posicionamentos e os semas discursivos como na síntese ilustrativa.

Quadro 1

Oposições M1 + vs. M1 –	M2 + Semas obtidos pela operação de harmonização	M2 – Semas obtidos pela operação de contrariedade
Identidade vs. $\left\{ \begin{array}{l} \text{Mistura} \\ \text{Alteridade} \end{array} \right.$ Unidade vs. Pluralidade Pontualidade vs. Extensão	Comunicação vs. Ruptura “Ordem” vs. “Átomo”	
Consistência vs. Inconsistência Intensidade vs. Fraqueza Estabilidade vs. Instabilidade	Plasticidade vs. Dureza Moderação vs. Excesso Ritmo vs. Fixidez Desregramento	
Semelhança } vs. Confusão Dessemelhança } [...]	Homologia vs. Isolamento Probabilidade vs. Restrição Contiguidade Diversidade vs. Uniformidade “Ordem” vs. Átomo [...]	

Fonte: adaptado de Maingueneau (2008).

Percebemos que o autor, em seu estudo, trabalha com pares binários, mas, por se tratar de uma perspectiva discursiva de aná-

lise, reconhece e comprova que esses elementos carregam uma complexidade maior, na qual a função dos sujeitos no processo de interação intervém na comunicação e denota a interincompreensão por serem enunciadores-agentes e interagentes. Aplicando essa hipótese de análise aos posicionamentos de bolsonaristas ou sujeitos de extrema direita, que chamamos de negacionistas, diante dos números apresentados em relação à covid-19 no Brasil *versus* o posicionamento de sujeitos que aceitam o pensamento científico e os dados apresentados, que chamamos de reacionistas, também percebemos diferentes ordens nesse espaço discursivo.

Por um lado, uma predisposição à negação, à reinvenção dos números e à desintegração da veracidade da informação por questões políticas e religiosas; por outro, (co)enunciadores em posição de aceitação dos números como argumento para análise da situação, associação à realidade política e social. Além da contraposição dos semas, podemos perceber que há, por parte de negacionistas, um deslizamento discursivo, que é o desvio do assunto, que algumas vezes se torna completamente distinto, ou o apagamento do que foi dito. Assim, por adaptação do quadro anterior, inicialmente temos:

Quadro 2 – Pressupostos de análise: números como argumentos x processo enunciativo x sujeitos agentes

Negacionistas (+/-)	Reacionistas (+/-)
Semas obtidos pelas operações	Semas obtidos pelas operações
Deslizamentos e apagamentos discursivos	Espaço de negociações reflexivas

Fonte: elaborado pelos autores.

As características que envolvem o discurso levam-nos a crer que na discussão numérica há o apagamento de sujeitos por re-

corrência e o desrespeito a direitos fundamentais. Assim, são desconsiderados argumentos que revelem possíveis ações sociais e governamentais que impeçam o crescimento do número de contaminações e mortes. De certo modo, os dados estatísticos que poderiam ser usados para favorecer a vida, no cenário brasileiro, são utilizados como argumentos por negacionistas, que não compreendem a necropolítica estabelecida e não compreendem que há, também, o apagamento de direitos humanos fundamentais.

No espaço de negociações discursivas, quando há interincompreensão, os sujeitos apagam não somente a possibilidade de legitimação do dizer do outro, mas também a possibilidade de adesão. Os interlocutores fazem uso de diferentes estratégias discursivas, mantendo-se a interincompreensão entre elas, utilizada por negacionistas. A isso chamamos de deslizamentos discursivos, que se configuram como estratégias criadas para desviar a atenção do outro ou do tópico discursivo, fazendo uso de semas que instituem construções polêmicas, discursos de ódio, de violência, ou, ainda, de recursos semióticos e polifônicos cujas vozes interferem na compreensão e servem para tentar conseguir a adesão daqueles que fazem parte do mesmo grupo, uma vez que a polêmica e a resistência aos sentidos impostos são mantidas.

Direitos humanos e necropolítica – estratégias discursivas e o quadro cênico de quebra de direitos

Entender os princípios dos direitos humanos e a necropolítica significa apreender uma forma particular de analisar o mundo e as relações dos sujeitos em sociedade, mas também significa compreender que garantir direitos deveria ser o princípio básico da civilização. Segundo Sikkin,

[...] os países latino-americanos foram protagonistas da ideia de “direitos humanos internacionais”. Demonstrarei esse argumento ao observar o papel dos Estados latino-americanos na promoção dessas normas internacionais de direitos humanos no período do pós-II Guerra Mundial, em particular, na elaboração da primeira declaração intergovernamental de direitos: a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (“Declaração Americana”), aprovada 8 meses antes da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) ser adotada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948. A DUDH é geralmente vista como o ponto de partida do regime global de direitos humanos, e a Declaração Americana tem sido amplamente ignorada fora do hemisfério. Embora esse argumento tenha relação com debates sobre América Latina e o “novo regionalismo”, isso vai além, sublinhando contribuições latino-americanas para a ordem normativa e jurídica global, e não apenas em âmbito regional. (Sikkin, 2015, p. 216)

Apesar desse protagonismo latino-americano quanto ao estabelecimento de políticas internacionais para lidar com situações como a morte de soldados e civis na Guerra das Malvinas, por exemplo, ainda há muito a ser estabelecido e muito desconhecimento a respeito de ações universais, para garantia de direitos universais, uma vez que a implementação de legislações comuns esbarra em questões como “a soberania nacional” e as diferentes legislações locais.

Muitos movimentos políticos, entretanto, têm sido organizados para que algo seja feito em prol de políticas públicas e linguísticas internacionais, que garantam isenção e sensibilização das diferentes sociedades para os direitos humanos em variadas situações de risco. No Brasil, nos últimos anos, além desse aspec-

to, a **própria expressão** direitos humanos foi tomada como bandeira política por alguns grupos de extrema direita radical que, por ignorância ou falta de ética, destruíram tais direitos e transformaram-nos em plataforma eleitoral. Além disso, construíram falácias para diminuir seu valor e conseguir a adesão de uma parcela da população que, sem compreender do que se trata, simplesmente associa a expressão a algo ruim por adesão a esse discurso. Assim, a própria expressão já seria mote para análise da polêmica em âmbito do discurso político.

Neste capítulo, porém, nosso interesse é perceber como os números relacionados às mortes por covid-19 revelam interincompreensão e polêmica nas redes sociais, em particular no Placar da Vida. Essa atitude (in)diretamente afeta a destruição de direitos humanos básicos, a ponto de os sujeitos, esquecendo que há na sociedade comunidades vulneráveis, que merecem atenção especial do Estado, transformarem os números até mesmo em piada.

Ao representar a realidade por meio de números, esquece-se a população carente, e as mortes são minimizadas. Entretanto, o foco no discurso dos reacionistas x negacionistas é o embate e a manutenção da interincompreensão. O quadro de análise mostra que o que prevalece é a tentativa de anular qualquer possibilidade de reação discursiva e de não aceitar a responsabilidade governamental por meio de enunciados como “vamos ter fé” (desvio pela religião); “Excelente notícia” (assumindo os dados como verdadeiros).

A necropolítica como condição sócio-histórica de produção para discursos sobre a covid-19 no contexto da internet

Quanto vale uma vida humana? A resposta imediata para a maioria será “muito”. Contudo, ao agregar a noção de vida a de-

terminado cenário, notamos que a construção de opiniões divergir. Assim, ao dizer “vida humana” há muito valor, mas ao dizer “vida de um sujeito perverso” o valor inicial tende a esvaziar-se, no senso comum. Não é difícil, desse modo, entender que a noção valorativa para a vida humana depende do contexto moral em que essa vida se organiza. Por conseguinte, podemos dizer, sem susto, que há vidas humanas mais valiosas do que outras. A construção do enunciado “vida humana” é marcada por uma negociação de efeitos de sentido baseada em sistema valorativo positivo. Ou seja, para a maioria é inestimável o valor de uma “vida humana”, dados os efeitos de sentido que emanam de enunciados positivos, especialmente porque os coenunciadores são compreendidos como similares e tendem a aderir a essa primeira possibilidade de aceção. Ao passo que “vida de um sujeito perverso” é associada a uma alteridade, ao Outro, àquele cuja vida tem menos valor. Ou seja, os efeitos de sentido do qualificador “perverso” têm maior potencial valorativo negativo do que os do qualificado vida humana, e os coenunciadores tendem a aderir ao enunciado não mais por se integrarem ao sentido, mas por adesão ao posicionamento em relação à perversidade. Nessa bipolaridade pautam-se muitos processos de enunciação durante a pandemia, os quais também favorecem a manutenção de ações políticas, que não contribuem para a sobrevivência da população, particularmente da parcela mais carente, contribuindo para o sistema necropolítico de poder.

Nesta seção, apresentamos a noção de necropolítica como potencial fonte de emergência de negociação de efeitos de sentido, capaz de instruir o direito de viver, qualificado como política de estado (Mbembe, 2020). A necropolítica, noção apresentada por Mbembe (2020), reconfigura a noção de biopoder de Foucault (2008). Nela, a investigação histórica revelou que diferentes conjunturas sociopolíticas compreendem o poder, a partir de uma lógica predeterminada. Essa constatação desassocia a ideia de poder

do Estado da ideia de natureza, difundida no senso comum. Por outras palavras, o poder exercido por uma lógica do Estado está associado a uma ideia de poder natural, inegociável, imutável e etéreo. Assim, o biopoder é a ideia do poder orgânico, impregnado à vida. No entanto, não raro os Estados são formatados para exercer o interesse de grupos por meio do poder. Por isso, o poder é, em muitas ocasiões, exercido por meio da força e de imposições políticas capazes de amalgamar, com mais força, a biopolítica e o biopoder (Foucault, 2008).

Em certa medida, a ideia de necropolítica é a noção que entende que, quando a vida passa a ser um direito, ela se desconecta de certa condição humana, dando ao Estado o direito, inclusive, de matar. Esse direito é o que garante o estado de exceção, instrumento capaz de qualificar os sujeitos por meio do direito à vida, e alguns corpos são marcados pela garantia da morte. A construção de um Estado de exceção fará com que os sujeitos desejem pertencer ao grupo daqueles que têm direito à vida, nesse sentido exercendo uma tensão entre sujeitos (Eu x Outros).

A vida e a morte deixam de ser características somente biológicas e passam a ser uma negociação que pode ser valorada por meio de contextos de onde essas “vidas” se situam. São, assim, o trabalho, a moral, o grupo, elementos capazes de garantir ao Estado o direito à morte dos que não trabalham, dos que não têm moral e dos que não pertencem ao grupo. Para aqueles que se mantêm dentro do estereótipo estatal, a vida é a recompensa, independentemente da conjuntura, e é o que institui o poder e mantém o *status quo*. Àqueles que não pertencem ao bojo estatal, a morte é a sombra, a premissa, a constância, que não comove o primeiro grupo, uma vez que a morte passa a ser uma condição da existência das relações de poder entre os grupos.

O Estado passa a ser o mediador entre a vida e a morte, aplicando como política pública o direito à vida para alguns como um

poder orgânico. A consequência desse ato é a morte de maneira industrial como na Alemanha nazista, ou o sequestro de, pelo menos, 5 milhões de africanos para a América escravagista.

No cenário atual brasileiro, a necropolítica impõe-se a partir da inanição de políticas públicas capazes de frear as inúmeras mortes de sujeitos que não são considerados aptos à vida. Não é incomum que a esses brasileiros não se associe a expressão “vida humana”, mas “negros”, “periféricos”, “sujeitos da periferia”, “gente de comunidade” etc., fatos que permitiram que o presidente da XP investimentos dissesse sobre a covid-19: “O pico da doença já passou, quando a gente examina a classe média, a classe média alta. O desafio é que o Brasil é um país com muita comunidade, muita favela, o que acaba dificultando o processo todo” (Moura, 2020).

O registro jornalístico desse discurso e muitas ações estatais mostram como a necropolítica é instada na cisão entre um brasileiro que tem direito à vida e outro que se apresenta como problema, como aquele cuja morte, ainda que evitável, é justificada, é ignorada, ou até mesmo aceita de forma simplista. Baseadas em uma lógica de poder natural, as formações discursivas recaem sobre os sujeitos cujos corpos, ações e discursos produzem efeitos de sentido qualificadores ou desqualificadores, segundo uma ordem social que subverte o direito à existência.

A tensão criada por esse enfrentamento é capaz de atenuar os efeitos políticos dessas mortes pela comunidade, especialmente por aqueles membros que se imaginam como os que têm direito à vida ou que pertencem ao grupo prestigiado.

O efeito de sentido que se opera, desse modo, é que a morte é sempre de uma Alteridade abstrata, não do sujeito brasileiro. É o que mostramos por meio de números de quem vive e de quem morre registrados nos sites do Ministério da Saúde e da Secom.

Direitos humanos e necropolítica: uma análise de um cenário de interincompreensão

Deslizamentos (hiper)discursivos na composição de um quadro cênico para a interincompreensão

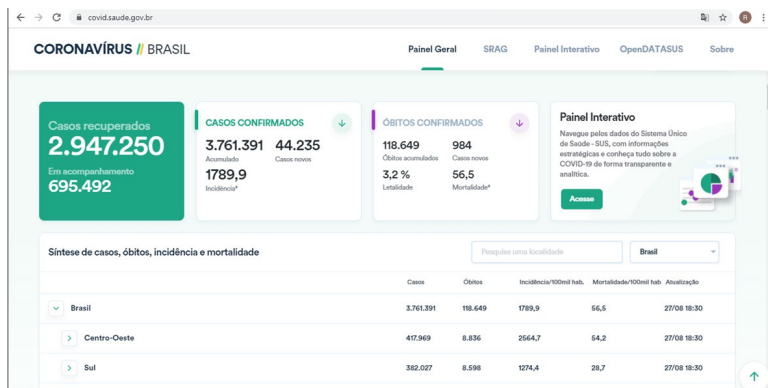


Figura 1 – Painel Coronavírus em 28/08/2020.

Fonte: Coronavírus Brasil (2025).

Na seleção das informações para composição do quadro cênico, ao analisarmos a imagem extraída do Ministério da Saúde como se fosse a construção de um hipersintagma, percebemos que a disposição numérica é argumentativa no sentido de favorecer e legitimar o discurso negacionista e os posicionamentos políticos de uma instância supostamente cidadã, que nega a existência da gravidade da doença e os mortos, uma vez que a informação em destaque diz respeito aos “Casos recuperados”. Além disso, os números aparecem maiores e levam os sujeitos a apreenderem a notícia da “cura”.

Na medida em que os números se estabelecem em sequência, há o apagamento do número de mortos confirmados, tanto pela diminuição da letra quanto pela seleção de cores e disposição dos números. Na verdade, a disposição dos números pode levar o

leitor cujo letramento matemático seja superficial a conceber que 2.947.250 (recuperados) é um número maior que 118.649 (óbitos), desconsiderando a proporcionalidade e não relacionando os últimos como vidas humanas. assim, números substituem vidas e sujeitos são apagados por um sistema que não as defende e não busca soluções realistas, mas reforça seu discurso no modo como informa de maneira superficial, confusa e estratégica.

Ademais, essa disposição pode ser analisada a partir do contraste de semas proposto por Maingueneau (2008), porque há um contraste de posicionamentos políticos na utilização desses números, que, inclusive, desconsideram as subnotificações e podem ser usados pelo Estado de acordo com os interesses políticos favorecendo aquilo que Mbembe (2020) chama de necropolítica. Há uma organização discursiva que leva os sujeitos à escolha de posicionamentos políticos. Para completar, ao lado dos números de óbitos há um *hiperlink* que indica o “Acesso ao Painel interativo”, destacando-se um elemento que igualmente induz a uma espécie de deslizamento discursivo, antes mesmo da compreensão da informação, aparentemente, linear. Todo o quadro cênico criado pela composição dos números, em vez de levar à compreensão do problema, não somente induz ao erro ou ao deslize de atenção como fortalece a bipolaridade entre enunciadores-políticos e a interincompreensão entre enunciadores e coenunciadores. Isso porque os dados aí apresentados podem compor diferentes enunciados, seja a favor ou contra as medidas do governo, seja para a criação de notícias falsas, factoides ou falácias. A intercompreensão é reforçada e renovada pelos posicionamentos políticos.

A partir desses dados são criados N gêneros de circulação social, sobretudo nas redes sociais, nos quais os números funcionam como argumentos e dialogam com as condições sócio-históricas.

Nesse quadro cênico, a interincompreensão não se dá de modo direto, mas por meio da interdiscursividade entre o discurso político dos sujeitos, ou seja, entre o enunciator-político, que

distribui esses dados para reiterar seus argumentos e tentar uma adesão, e os sujeitos-leitores desses argumentos, que participam como coenunciadores.

A utilização desses dados em outros gêneros funciona como argumento de valor extraído de fonte que deveria ser segura, contudo, em sua recepção, os efeitos de sentido e a forma de compreensão desse discurso vão depender do nível de letramento crítico e matemático, bem como dos posicionamentos políticos e de muitos outros posicionamentos que, ao ofuscar a desumanização dos números, favorecem a ampliação de mortes e impedem ações que ajudem comunidades carentes e sujeitos mais vulneráveis à doença.

Desse modo, os números podem adquirir valor pseudocientífico e essencialmente gerar contradição e interincompreensões estabelecidas por interditos nem sempre lógicos, porque são quase sempre utilizados para que o enunciador portador da notícia adquira, ou se atribua, o *status* de “cidadão consciente e politizado”, “pai de família informado”, aquele que fala a partir de um argumento de “valor”. Assim, a interdiscursividade sustenta a interincompreensão, que, por sua vez, contribui com a necropolítica estatal durante a pandemia.

Polifonia e carnavalização: números e (necro)discurso como esporte e como política

Nesta seção, analisamos recortes extraídos da página Secom-Vc (canal da Secretaria de Comunicação do Governo Federal no Facebook). Partimos de vinte recortes, que foram analisados, e, dentre eles, selecionamos os primeiros, porque identificamos um paralelismo discursivo e semiótico como procedimento de reiteração e o estabelecimento de uma espécie de ritual de acompanhamento de resultados, como em placares esportivos ou na apuração de resultados de festividades carnavalescas.

Esses recortes são chamados de Placar da Vida e deveriam servir para informar sobre dados da pandemia de covid-19 no Brasil. O Placar da Vida utiliza números para construir uma imagem positiva das ações e posicionamentos do Governo Federal perante a pandemia.

Os números expostos compõem parte de enunciados, tais como “Brasileiros salvos” (doravante Bs), “Brasileiros em recuperação” (Br), “Número de recuperados” (Nr), “Infectados” (I), “Óbitos” (O). Cada uma dessas partes do enunciado representa uma seção de informação sobre a situação pandêmica no território nacional. São apresentadas como *ranking*, ou seja, os números são fator de comparação entre “países bem-sucedidos” na forma como o enunciador constrói o quadro cênico necessário ao gênero placar.



Figura 2 – Placar da Vida em 30/04/2020.

Fonte: SecomVc (2020).²

- 2 Foram analisadas todas as postagens feitas até o Ministério Público tirar do ar o placar. Seleccionamos vinte delas e, após análise, percebemos a mimese e o espelhamento das informações e dos semas. As alterações

O placar funciona como um lugar do dizer em que o discurso ali exposto tem também uma função política que atende ao lugar da governança (instância política), da opinião (instância cidadã) e da mídia (instância midiática), conforme já citados estudos de Charaudeau (2008).

No Placar da Vida dá-se destaque para o Bs, a seção em maior dimensão. A seção com menos destaque é O. Em Bs, o número refere-se aos brasileiros que foram curados da doença; assim, quanto maior o número de contágios, maior será o número de Bs. Logo, mais uma vez temos uma fonte de dados em que os óbitos são ignorados, os sujeitos são apagados e há a manutenção da interincompreensão, uma vez que dialoga com o posicionamento político imposto por negacionistas e apoiadores do governo que insistem em destacar os cidadãos que se salvaram em detrimento do número de mortos.

As marcas enunciativas, incluindo a seleção lexical, optam também por um valor positivo para a composição da imagem de ações executadas pelo Governo Federal que reforçam os efeitos de sentido desejados para a adesão a esse discurso, em que o governo seria uma espécie de salvador. Prova disso é a seleção do sema Bs em vez de “brasileiros curados”, pois evoca a ideia de “salvo por alguém”. O sentido dicionarizado da palavra “salvo” é “não atingido; resguardado, preservado, intacto”, o que não parece ser o caso; não se trata de sujeito a salvo, mas de Bs.

A lógica do Placar da Vida instaura a possibilidade do efeito “quanto pior, melhor” para o enunciador-político, pois, quanto mais brasileiros infectados pela doença, maior será o número de

de cores e numéricas seguem a mesma lógica discursiva; assim, optamos por focar os comentários que ressaltam o poder discursivo dos números como suporte para a interincompreensão.

Bs, Br, Nr. Evidentemente, os números de I e O também aumentarão, mas os números de O são utilizados de maneira proporcional, não absoluta, como nos demais casos. Desse modo, enquanto em Bs o Brasil ocupa a segunda posição, em O, o país ocupa a segunda, gerando a ideia de que estamos em boas colocações em semas positivos e em má colocação em semas negativos, reiterando a interincompreensão. Assim, mais uma vez os dados são utilizados a favor de uma imagem que nega as vidas humanas apagadas pelos números.

A organização do placar evoca inúmeros efeitos de sentido do universo futebolístico, reconhecidamente divulgados e tratados pela indústria da cultura de massa como representativos do *ethos* brasileiro. Entre eles está a utilização das cores, que, em todos os quadros, limitam-se à cartela da bandeira do Brasil, símbolo nacional amplamente divulgado em eventos esportivos, especialmente de futebol. Essa simbologia nacionalista também é carregada de posicionamentos políticos, uma vez que as cores nacionais foram amplamente exploradas pela direita nas últimas eleições, transformando o pleito em espetáculo e convertendo as cores nacionais em elemento político sêmico de contrastes: os nacionalistas (representados por essas cores) e a esquerda (representada, quase sempre, pela cor vermelha, por associação ao comunismo), haja vista o *slogan* “Nossa bandeira nunca será vermelha”. Ou seja, além da forma como os números se apresentam no placar, induzindo a uma compreensão específica, determinada e atravessada por outros discursos politicamente demarcados, também os aspectos semióticos relacionam-se aos sujeitos políticos e a seus posicionamentos.

Dessa forma, a disposição de cores dá aos aspectos semiótico-discursivos caráter político ideologicamente demarcado e se transforma em elemento polifônico, uma vez que, na concepção de Bakhtin (1997a), a multiplicidade de vozes traz para o dizer uma heterogeneidade que resgata o que já foi dito e influencia os

efeitos de sentidos dentro do processo de enunciação. Essa disposição atua para reforçar a adesão ao discurso desse enunciador com determinada formação discursiva e um grupo social.

Além disso, a dêixis discursiva revela o dialogismo inapropriado com o universo do desporto como se fosse um placar de apostas. Embora o enunciado, por meio da utilização de números e da responsabilidade enunciativa, seja de texto informativo – afinal, trata-se de um órgão de imprensa pública –, vê-se a clara propaganda pró-Estado, que tende a utilizar os números de modo a constituir uma imagem positiva de um grupo associado ao posicionamento do Governo Federal. O sujeito responsável pelo seu dizer cria, nas palavras de Bakhtin (1997b), uma atitude responsiva no outro; assim, é de responsabilidade mútua aderir e propagar (ou não) esse dizer.

A cena de enunciação remete a uma espécie de espetáculo esportivo entre “torcidas”, como é feito em grandes torneios como a Copa do Mundo, gerando um efeito carnavalesco. Cria-se uma espécie de carnavalização³ da cura, pois o placar parece um rito político, que tenta imprimir caráter científico aos seus dados, mas, novamente, tal estratégia desliza do discurso tópico e lógico para induzir à polêmica e para manter o eleitorado por meio dos contrastes sêmico-discursivos e da interincompreensão.

Os semas Bs, Br e Nr ocupam um espaço de destaque em todos os recortes. Essas seções corroboram e evidenciam a formação discursiva de onde deriva o enunciado todo, que é a que percebe diretrizes sanitárias adotadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como alarmismo e exagero, uma vez que, numericamente, os resultados são positivos.

3 Não tomamos aqui o conceito de carnavalização em sua profundidade como análise de produções discursivas populares demarcadas socialmente, mas o assumimos por comparação, uma vez que se institui uma espécie de ritual macabro em prol de comemorações.

No entanto, a exposição, seleção e colocação dos números no discurso analisado são composições argumentativas, arroladas para defender um posicionamento marcado matematicamente e traduzir o contrário como alarmismo e exagero no cuidado sanitário.

Vimos no Placar da Vida (Figura 2) estratégias recorrentes na construção de um cenário de aparência científica, no qual se valorizam os sobreviventes enquanto se apagam as mortes, de sorte que o resgate das informações nos diferentes placares cria um paralelismo discursivo e um dialogismo imposto para sustentar e levar à adesão das informações por parte dos coenunciadores. As vozes sociais evocadas reiteram posicionamentos ideologicamente demarcados como positivistas, tradicionais, radicais e fundamentalistas ao usar as cores nacionais e os lemas do governo.



Figura 3 – Placar da Vida em 01/07/2020: paralelismo discursivo.

Fonte: SecomVc (2020).

É interessante notar que a presença numérica confronta os participantes, cria um rito, uma aparente carnavalização, na qual grupos que buscam essa informação e acatam esses posiciona-

mentos se sentem acolhidos, creem na veracidade dos números e apagam da relação enunciativa qualquer marca temporal, pois, mesmo depois de ser proibido, o placar segue sendo comentado como se fosse atual. Os sujeitos ignoram a relação tempo-espaco-pessoa e instituem a relação número-espaco-apagamento de sujeitos (empíricos, sociais, simbólicos e enunciativos). A seguir aplicamos ao placar nosso quadro geral de análise, adaptado a partir da leitura de Maingueneau (2008).

Quadro 3 – Pressupostos teóricos: números como argumentos x processo enunciativo x sujeitos agentes

Negacionistas (+/-)	Reacionistas (+/-)
Semas obtidos pelas operações	Semas obtidos pelas operações
Deslizamentos e apagamentos discursivos	Espaço de negociações reflexivas

Fonte: elaborado pelos autores.

Temos a seguinte análise global:

Quadro 4 – Aplicação analítica: Placar da Vida

Negacionistas (+/-)	Reacionistas (+/-)
+ Ênfase na cura; Crença inquestionável nos números; Números como argumentos para outros dizeres; Crença em tudo que o governo diz e faz; Aceitação do placar como ritual de comemoração de cura; Argumentos pautados em crenças religiosas;	+ Ênfase na busca por ações governamentais que levem à contenção da doença; Questionamento dos números e da necessidade de um placar; Indignação em relação ao governo; Negação e questionamento dos dados do placar; Busca de outras fontes para contestar; Argumentos pautados em crenças científicas e políticas;

Negacionistas (+/-)	Reacionistas (+/-)
Toda construção do placar funciona como um deslizamento discursivo, cujo intuito é polemizar e apagar a relação entre números e vidas humanas, banalizando o percentual de mortos em relação ao número total da população brasileira.	Não há espaços efetivos de negociações reflexivas. Os comentários ao placar retomam argumentos superficiais utilizados pelo governo ou lançam questionamentos sem muita discussão.

Fonte: elaborado pelos autores.

Interincompreensão e polêmica: os números que não foram lidos

Diante do quadro geral de análise global do placar, os comentários denotam posicionamentos demarcados, e, de forma intrigante, ambos os lados apagam o ato de que não se trata de meros números, mas de seres humanos.

Os quadros de análise mostram que a distinção entre os dois grupos não é aleatória, mas interdependente. De um lado, os reacionários, ironicamente, fixam-se à formação discursiva política para traduzir o Outro como quem faz política ao gerar alarmismo. Do outro, os reacionistas fixam-se à ciência de modo que traduzem os reacionários como políticos apenas. Desse modo, acabam também por fazer da política estratégia que revela a relação de semas discursivos apontados anteriormente por Maingueneau (2008).

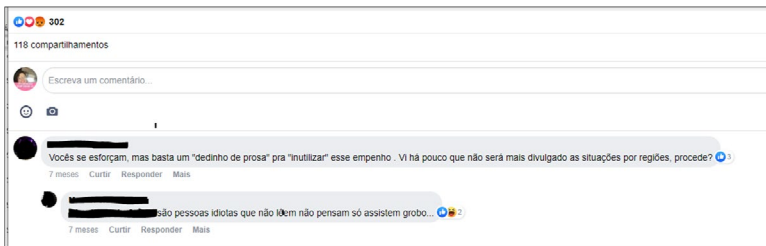
Esse modo de enunciar por meio da interincompreensão tem sido monitorado por analistas do discurso. Maingueneau (2020)

afirma, sobre os atores imersos nas duas formas de enunciar mencionadas, que

[...] se acreditamos nos atores, a fronteira é estreita entre esses dois discursos. Do lado dos acadêmicos, a posição oficial é que não se deve deixar contaminar por imperativos políticos, que a verdadeira ciência é autônoma; do lado dos políticos, não se para de afirmar que a ciência não deve ditar suas vontades à política, que a tecnocracia é perigosa para a democracia. Na realidade, como a sociologia da ciência demonstrou abundantemente, entre esses dois mundos as interferências são constantes e se tornam particularmente visíveis com a covid-19. (Maingueneau, 2020, p. 6)

A interincompreensão é agravada pelo uso dos números em enunciados que, como mostramos, não têm valor em si, mas adquirem uma aparência de valor e, de forma heterogênea, reforçam a polifonia das vozes sociais. A orientação enunciativa apresentada no Placar da Vida serve ao enunciador como força de deslegitimação do adversário político. Ao acusar, indiretamente, o Outro de fazer política, o enunciador no Placar da Vida acusa o Outro daquilo que faz.

Assim, os números aparecem para agravar, num só golpe, a tradução ruim do Outro e legitimar a imagem do enunciador como o grupo que está “vencendo” a covid-19. No entanto, os reacionários apoiam-se na ciência ao marcar quando enunciam a fonte de extração dos dados em todos os recortes, e, ao analisar como foro de especialista os dados apresentados, instituem atos de fala que servem como mantenedores da polêmica.



**Figura 4 – Comentários na página do Placar da Vida:
exemplos de interincompreensão.**

Fonte: SecomVc (2020).

Nos comentários deixados ao lado do Placar, notamos a ruptura da sequência lógico-enunciativa causada por enunciados nitidamente deletados ou por sequências resgatadas nos dizeres dos interlocutores “aceitos” no “diálogo”. Esse fato denota não somente que a interincompreensão se mantém, mas também que ela sustenta e reproduz uma atitude antidemocrática, que promove a censura e o apagamento de sujeitos e ideias, pois é a interincompreensão que mantém a polêmica, conforme assinalamos anteriormente a respeito do pensamento de Amossy (2017). Verificamos, dessa forma, no quadro enunciativo, que a polêmica que mantém o atual governo e suas ações em relação à pandemia atravessa interdiscursivamente os processos enunciativos relativos aos números, fortalecendo a interincompreensão e simultaneamente mantendo-a.

Transcrição de excertos dos diálogos nos comentários in verbis

SecomVc Mais de 34 mil brasileiros curados da covid-19. Até as 14h desta quarta-feira (29), foram registrados no Brasil 78.162 casos da doença e 38.564 seguem em acompanhamento. O Governo Federal segue empenhado nas ações para que um maior número de vidas possa ser salvas diariamente.

Enunciador 1 – E1 – Vocês se esforçam, mas basta um “dedinho de prosa” pra “inutilizar” esse empenho. Vi há pouco que não será mais divulgado as situações por regiões, procede?

E2 – E1, são pessoas idiotas que não leem não pensam só assistem grobo...

SecomVc – Cuidado com o que *you* lê por aí, isso é *fake news*. Levar informação para o povo com transparência é compromisso do Governo Federal. O painel do portal Ministério da Saúde é atualizado diariamente com informações sobre novos casos do coronavírus em todos os estados e regiões do Brasil. Confere lá: covid.saude.gov.br.

E3 – SecomVc *FAKENEWS É O GOVERNO GENOCIDA DOS BOLSONA-ROS FAMILICIA. DIVULGUE O SALDO DE MORTOS DE COVID19.*

E3 – Veja o *saldo de mortes* com outras doenças esse ano no Brasil, dengue, coração, câncer, etc.... *passa de 170.000 mortos e ninguém reclama* ou se preocupa? veja nas postagens ai embaixo essa tabela;;; (??)

E4 – SecomVc fake News é com os irmãos Metralha e o pai deles

E5 – E3 pra quê? Tu ã ver na Globo diariamente? Ainda que ver mais? Tem que anunciar os vivos pq os mortos já passa lá.

E6 – 5471 mortos é só usar a MATEMÁTICA.

E7 – SecomVc Já *caminhei* um pouco nessa estrada da vida... qdo criança meus queridos pais sensibilizados com apelo dos políticos, atenderam solidariamente à campanha “doe ouro para o Brasil”. Doaram o que tinham, as alianças... e pra onde foi toda arrecadação? Saúde? Estradas? Pra onde...? Assim como a CPMF, custeio para Saúde? Previdência? Erradicação da pobreza??? Então fica a pergunta: onde devemos procurar as informações precisas e corretas? Continuo me sentindo enganada envolta por “fake news” que não consigo me desvencilhar... triste! Nosso País e o povo merecem comprometimentos dignos!!!

E8 – Nesse período quantos morreram de dengue? De enfarto? De câncer? De gripe? Muito, mas muito mais que esses números da covid...

E9 – Excelente notícia

E10 – E8, a mortes tem que ser ignorada ne mortes mostra o fracaso do governo ne

E11 – Vcs acham poucos mortes? Vcs acham que essas pessoas que estão sendo infectadas exponencialmente estão correndo cada vez mais risco. Acordem!

E12 – “Ninguém fica para trás” fala isso para os mortos

E13 – RESFRIADINHO MATANDO 500 PESSOAS/DIA

E14 – Eu mudaria esse título “PLACAR DA VIDA”. Não trata-se uma competição.

E15 – Não se morre mais de outra coisa! Vai dar tudo certo, na fé [...]

O “conteúdo ativo”, assim, mantém os embates entre um Eu (com estatuto Negacionista/Apoiador irredutível do governo) e um Outro (com estatuto Reacionista/opositor do governo/apoiador da Ciência). Os discursos políticos que circulam na sociedade consolidam as identidades dos sujeitos/coenunciadores, seguidores do governo, fato evidenciado pelo resgate de lemas governamentais como, em SecomVc, “Levar informação para o povo com transparência é compromisso do Governo Federal”. O termo “transparência” imprime a aparência de compreensão, mas funciona como elemento da interincompreensão, uma vez que a própria existência de uma página institucional, que não pertence ao Ministério da Saúde e tem autorização para criar o placar por meio de números, cuja lógica estatístico-matemática não é dominada por seus leitores, já identifica ausências de transparência, contraponto que mantém tanto a interincompreensão quanto a polêmica.

Os enunciadores tentam conseguir a adesão uns dos outros por meio de argumentos pseudomatemáticos, usando enunciados como em E3 e E6. Contudo, dizer que é “... só usar a MATEMÁTICA” também revela a ignorância do próprio enunciador com relação à aplicação dos percentuais por região e aos percentuais estatísticos, que não se dão somente por regra de três, mas por uma lógica que prevê percentual por grupos relacionados somente à covid, pois outras doenças podem ser acessadas nos sites do

governo e somadas ao total apurado. Observamos que tanto reacionistas quanto negacionistas (os poucos mantidos nos comentários) negam as subnotificações ou não as usam como argumento. Supomos que os enunciados apagados, além de provocar o confronto, provavelmente também traziam dados mais palpáveis.

E8 e E10, em seus enunciados, associam as mortes ao fracasso do governo e demonstram que entre esses sujeitos (Eu e Outro) há o NINGUÉM, a não pessoa, cuja marca dêitica aqui se associa aos sujeitos esquecidos pelo sistema que morreram e ainda estão morrendo. “Ninguém” não apresenta um vazio discursivo semântico, uma vez que é a população das periferias que está morrendo. Assim, a necropolítica se institui, e direitos humanos básicos de proteção de vulneráveis por meio de ações políticas não são atendidos.

Desse modo, ao debater nesse cenário de competição mortal disfarçada de “comemoração pela vida”, o lugar político e o lugar do dizer se entremeiam no discurso político e na polêmica estabelecidos de modo a promover a instância política, a cidadã e a midiática, conforme Charaudeau (2008). A interdiscursividade e ironia presentes em E13 e E14 tentam tomar para si a voz cidadã crítica, contudo não há um equilíbrio ou uma tradução de pensamentos e ideias que consiga romper a interincompreensão e os semas de oposição.

Em E7 ocorre o que denominamos, neste capítulo, deslizamento discursivo, pois o enunciador tenta comover, usa a estratégia retórica da narrativa pessoal, a fim de conseguir a adesão e de tentar instituir um *ethos* comprometido com a sociedade. No entanto, o que realmente impera é a necessidade de manipular e de opinar a qualquer custo, mesmo sem argumentos plausíveis; assim, tanto o placar quanto o processo de interação gerado por ele demonstram um vazio existencial e ético nesse grupo social que não consegue perceber que enumerar é apagar vidas humanas.

O apagamento dos sujeitos transformados em números em um placar e os posicionamentos dos coenunciadores revelam aqui

que, ao adotarem o ponto de vista proposto como uma postura “cidadã”, aderem a um estatuto ideologicamente demarcado; logo, aderem à necropolítica de um Estado que não apresentou ações para contemplar os mais pobres.

Considerações finais

A presença de números nas esferas sociais como dados estatísticos para temáticas variadas que circulam na mídia em geral nem sempre pode ser considerada, com a devida atenção, elemento formador de opinião, dado científico ou dado discursivo na realidade brasileira.

Este capítulo comprovou, em sua análise, que o quadro cênico construído no Placar da Vida, somado às informações do *site* do Ministério da Saúde, criava uma ritualização, uma alegoria de “torcida”, uma espécie de carnavalização em que os coenunciadores, que aderiam ao discurso, comemorando somente os sobreviventes, e anulam os mortos. Assim, sujeitos empíricos tornam-se apenas números desconsiderados, fato que corrobora as ações de um sistema necropolítico. Toda a cena apresenta marcas dêiticas e semas de oposição, que sustentam os posicionamentos políticos acionados diretamente ou interdiscursivamente. Há no dizer dos enunciadores estratégias desviantes, em que deslizamentos discursivos não permitem um diálogo democrático com argumentos equilibrados e inteligentes.

Também constatamos que há um apagamento discursivo literal por meio de censuras a postagens feitas por opositoristas: enquanto discutiam de forma superficial e frívola, o número de mortes alcançava a marca de 172.561 pessoas na ocasião da primeira versão escrita do trabalho, em 2021. Todo o quadro tem como função manter o estatuto de poder de verdade que o governo tenta

impor para seus seguidores e consegue. O fato de apresentarem em seus atos de fala ações responsivas que não subtraem a interincompreensão apenas mantém os semas, que se opõem e dialogam socialmente com a bipolaridade política e não apresentam ações que possam atingir os mais vulneráveis.

Por fim, verificamos que a falta de letramento político e matemático pode levar sujeitos que entram na polêmica a apresentarem opiniões vazias. Essa polêmica apresentada na página fortalece as ações genocidas do governo, que, ao negar os mortos, nega também direitos básicos de atendimento à saúde e à manutenção da vida.

Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2020. Café Contexto. [Live]. Disponível em: <https://www.facebook.com/236126903078025/videos/265992074472764/>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. Tradução M. H. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1997a.
- BAKHTIN, Mikhail M. *Hacia una filosofía del acto ético*: de los borradores y otros escritos. Tradução e notas Tatiana Bubnova. Barcelona: Anthropos: EDUPR, 1997b.
- BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin*: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008.
- BRAIT, Beth. *Bakhtin*: dialogismo e construção do sentido. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- BRAIT, Beth. *Bakhtin, dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CORONAVÍRUS BRASIL. *Painel Coronavírus*. 2025. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 1 mar. 2026.
- DOMINIQUE Maingueneau: A análise do discurso e a crise do Coronavírus [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (1h42min45s). Publicado no site Abralín ao Vivo. [Live]. Disponível em: <https://aovivo.abralin.org/lives/dominique-maingueneau/>. Acesso em: 25 maio 2026.

- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. 2. ed. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. Resposta ao medo. *Revista Linguagem*, São Carlos, v. 35, Dossiê Discurso em Tempos de Pandemia, p. 1-17, set. 2020.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2020.
- MOURA, Julia. Pico de covid-19 nas classes altas já passou; o desafio é que o Brasil tem muita favela, diz presidente da XP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/brasil-esta-indo-bem-no-controle-do-coronavirus-e-pico-nas-classes-altas-ja-passou-diz-presidente-da-xp.shtml>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- PINHEIRO, Clemilton Lopes; AMOSSY, Ruth. A interação polêmica: entrevista com Ruth Amossy. *Calidoscópio*, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 355-358, 2018. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2018.162.16>. Acesso em: 24 maio 2026.
- REALE, Giovanni. *História da filosofia antiga*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SecomVc (canal da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República). *Placar da Vida – 30 de abril de 2020*. [Post]. Facebook, 30 abr. 2020. Disponível em: https://m.facebook.com/photo.php?fbid=245457356809547&id=102729284415689&set=a.118191972869420&refid=13&__tn__=%2B%3D. Acesso em: 10 fev. 2025.
- SIKKINK, Kathryn. Protagonismo da América Latina em direitos humanos. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 12, n. 22, 2015. Disponível em: <https://sur.conectas.org/protagonismo-da-america-latina-em-direitos-humanos/>. Acesso em: 28 maio 2019.
- SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-35.
- VAN DIJK, Teun. Análise do discurso em tempos de pandemia. In: LEE-DiM/UFSCAR/2020. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=2578311272486046&ref=watch_permalink. Acesso em: 22 maio 2020.

Ethos e antiethos na rede social Facebook

Izilda Maria Nardocci

Karlene do Socorro da Rocha Campos

Introdução

O uso dinâmico das tecnologias digitais proporciona a constituição de grupos de pessoas que não vivem no mesmo espaço geográfico, nem sempre têm vínculos formais entre si, mas compartilham interesses comuns, cujos membros se conectam por meio de um computador com internet, para dividir interesses específicos em um espaço que não é físico – o ciberespaço.

Evidenciam-se, então, as redes sociais, que propiciam aos seus usuários a construção de um perfil que pode ser compartilhado com outros participantes. Trata-se de um ambiente dinâmico, cuja característica principal é transmitir informação em uma velocidade bastante acelerada. Entre elas, destaca-se o Facebook, criado em 2004 e que hoje abriga, aproximadamente, 3,07 bilhões de usuários ativos, número que representa 37,81% da

população global e 59,38% do total de usuários de mídias sociais em todo o mundo.¹

Nesse contexto, as pessoas desempenham papéis visando à adesão de seus interlocutores em relação à imagem que projetam de si próprios. No Facebook, o usuário pode se valer, entre outros elementos, dos *posts* que publica, dos comentários e das curtidas que apresenta para construir uma representação de si. Seus amigos, por sua vez, podem reproduzir tais ações em seus *feeds*, não só concretizando a imagem projetada pelo enunciador, mas também evidenciando a representação que constroem de si próprios nas interações realizadas em suas redes de comunicação. Com Pereira (2016, p. 24), consideramos que “um usuário, ao compartilhar um *post*, inicia uma *performance* e se coloca em um palco, cuja plateia é constituída por aqueles que fazem parte de sua rede”.

As redes sociais permitem que os usuários se valham, entre outros aspectos, de pesquisas sobre os comentários e as curtidas dos interlocutores para obter informações a seu respeito por razões práticas, por exemplo, desenhar o seu perfil profissional ou verificar se eles compartilham dos mesmos interesses e afinidades. Diante de tais pressupostos, neste capítulo temos como objetivo refletir sobre o modo como ocorre a construção da imagem da ministra do meio ambiente Marina Silva no Facebook, com base em um texto postado por ela sobre sua participação no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental de Países e Comunidades de Língua Portuguesa, realizado em Manaus, Amazonas, entre 21 e 25 de julho de 2025. Além do texto proferido pela ministra, analisamos os comentários dos leitores para melhor compreendermos a relação entre imagem emitida e imagem transmitida (Goffman,

1 Dados referentes a 25/02/2026, extraídos do *site Demandsage*. Disponível em: <https://www.demandsage.com/facebook-statistics/>. Acesso em: 14 jul. 2025.

2002). Para refletirmos sobre a construção do *ethos* no Facebook, tomamos como referencial teórico a noção de *ethos* apresentada por Maingueneau (2005, 2008, 2020); o conceito de cenografia de Maingueneau (2005, 2008, 2020) e a noção de representação do eu postulada por Goffman (2002).

O capítulo divide-se em três partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira, tratamos da representação do eu à luz dos estudos de Goffman (2002); na segunda, dissertamos sobre o *ethos* discursivo com base nas pesquisas de Maingueneau (2005, 2008, 2020). Na terceira, refletimos sobre a construção do *ethos* no Facebook.

Representação do eu

As noções de representação do eu e de face postuladas por Goffman (2002) contribuem sobremaneira para o estudo do *ethos*, que emerge da construção das identidades discursiva e social. Assim, nas esferas da vida cotidiana o sujeito apresenta uma imagem de si com base no objetivo da interação, na qual, como um ator, se vale de uma personagem que nem sempre será a mesma, transformando-se a cada contexto. O autor assinala que o indivíduo é mobilizado pela necessidade de manter uma definição da situação, com base nas contingências de sua representação no palco, e destaca que o “eu” é um efeito dramático, revelando-se na cena apresentada:

Em presença de outros, o indivíduo geralmente inclui em sua atividade sinais que acentuam e configuram de modo impressionante fatos confirmatórios que, sem isso, poderiam permanecer despercebidos ou obscuros. Pois se a atividade do indivíduo tem de tornar-se significativa para os

outros, ele precisa mobilizá-la de modo tal que expresse, durante a interação, o que ele precisa transmitir. (Goffman, 2002, p. 26-27)

Goffman explica que em processos de interação face a face, quando uma pessoa se coloca na presença de outras, estas procuram, de modo geral, obter informações a seu respeito ou trazem à tona o que já sabem sobre ela. Interessam-se, por exemplo, pela sua situação socioeconômica, pela sua profissão, pela sua situação afetiva para que possam, com antecedência, definir uma determinada situação e, com isso, ser capazes de saber o que a pessoa observada espera delas.

Considerando que a pessoa seja desconhecida, as informações podem ser obtidas com base em sua conduta e aparência. Para isso, os observadores podem orientar-se por indicações que lhes permitam utilizar a experiência que já tiveram com outras pessoas parecidas, ou orientam-se aplicando estereótipos não comprovados. Podem supor também, tendo em vista a experiência passada, que somente pessoas de um determinado tipo são encontradas em um dado cenário social, ou podem confiar no que é dito pela pessoa ou em documentos apresentados que comprovam quem ela é (Goffman, 2002).

Se a pessoa, porém, é conhecida ou é alguém de quem já se tem alguma informação em virtude de uma experiência anterior à interação, os observadores podem confiar nas suposições referentes à persistência e generalidade dos traços psicológicos como forma de antecipar o comportamento presente e futuro dessa pessoa. Além das situações mencionadas, durante o período em que uma pessoa está na presença imediata de outras, podem ainda ocorrer situações em que a pessoa observada forneça aos seus observadores, de maneira direta, a informação de que precisam para conduzir com eficiência a atividade interacional (Goffman, 2002).

De modo geral, ao nos depararmos com discursos produzidos no Facebook – principalmente por pessoas desconhecidas –, procuramos, em um primeiro momento, levantar informações sobre o seu autor: qual a instituição em que trabalha, onde concluiu os estudos, qual a sua idade, quais as suas preferências literárias, quais os filmes e as páginas que ele curte, qual o teor de seus comentários em relação a determinado tema, entre outros fatores. Dessa forma, iniciamos um processo de representação de nosso enunciador, que poderá se confirmar ou ser descartado no momento em que interagimos com ele.

Atualmente, diversas questões relativas à representação do eu ocorrem em situações de interação mediadas por computador, principalmente em redes sociais, que potencializam conexões entre diferentes sujeitos. Nesse ambiente, as pessoas esforçam-se por criar estrategicamente imagens de si, no intuito de impressionar os interlocutores, procurando mobilizá-los para validar sua *performance*. Os comentários no Facebook, especificamente, vêm logo abaixo de um *post* publicado e consistem em ações que prestigiam ou não a publicação, indicando a concordância ou a discordância com as ideias apresentadas.

Goffman (2002) assinala que a capacidade de criar uma impressão envolve duas atividades radicalmente diferentes: a expressão transmitida e a expressão emitida. A primeira refere-se aos símbolos verbais que a pessoa emprega de forma proposital e tão somente para veicular informação que ela e as outras sabem estar ligada a esses símbolos; trata-se da comunicação no sentido tradicional. A segunda inclui um amplo conjunto de ações que as outras pessoas podem considerar sintomáticas da pessoa observada, concluindo que a ação foi levada a efeito por razões diferentes da informação transmitida.

Ele ressalta que a interação, muitas vezes, é resultado de uma série de inferências, que não podem ser analisadas apenas da

perspectiva das pessoas que observam; é necessário também considerá-las da perspectiva da pessoa que é observada. Afinal, esta última pode desejar que seus observadores pensem bem dela, ou que percebam seu esforço para assegurar harmonia na interação. Por outro lado, pode desejar confundi-las ou induzi-las a um erro, controlando o modo como vão tratá-la.

O controle sobre a conduta das outras pessoas é exercido, muitas vezes, pelo modo como o sujeito se expressa em uma situação comunicativa. Ele pode, por exemplo, expressar-se de tal maneira que o interlocutor terá a impressão de que está agindo por vontade própria. Em outras palavras, quando uma pessoa se aproxima de outras, atua de maneira a transmitir a elas a impressão que lhe interessa transmitir. Goffman denomina fachada o movimento de alguém que procura definir uma situação comunicativa e a considera um dos componentes da representação do eu:

Venho usando o termo “representação” para me referir a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência. Será conveniente denominar de fachada a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Fachada, portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante sua representação. (Goffman, 2002, p. 29)

Reiteramos, aqui, que o indivíduo procurará projetar uma imagem de si com base em suas intenções comunicativas, agindo como um ator que performa uma representação para causar uma impressão diante de sua plateia (Goffman, 2002).

Para Goffman, a fachada compõe-se de partes padronizadas: cenário, aparência e maneira. O cenário corresponde às inferências decorrentes de fatores tais como idade, sexo, características raciais, altura, vestuário, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais. A aparência, por sua vez, refere-se às inferências resultantes do status social da pessoa, do trabalho, das formas de diversão. A maneira diz respeito às inferências derivadas do papel que a pessoa vai desempenhar: uma maneira arrogante e agressiva pode dar a impressão de que ela espera ser a iniciante da interação e dirigirá o seu curso; uma maneira humilde e escusatória pode dar a impressão de que ela espera seguir o comando de outros ou pelo menos que pode ser levada a proceder assim.

Goffman (2002) explica ainda que, frequentemente, espera-se uma compatibilidade confirmadora entre aparência e maneira. Em outros termos, espera-se que as diferenças de situações sociais entre os indivíduos sejam expressas de algum modo por diferenças congruentes nas indicações dadas de um papel de interação esperado. Entretanto, aparência e maneira podem contradizer uma à outra, como acontece quando uma pessoa que parece ser de posição mais elevada que sua plateia age de maneira inesperadamente igualitária, íntima ou humilde, por exemplo.

Ele também ressalta que se espera certa coerência entre ambiente, aparência e maneira. Quando essa coerência não existe, ocorre uma quebra de expectativa, e isso pode despertar a atenção em uma cena comunicativa, levando os sujeitos a agirem de um determinado modo. Goffman (2002) ilustra essa afirmação citando o caso de uma revista que vendeu milhões de exemplares quando publicou o perfil do agente imobiliário que planejou a venda do Empire State Building, pois tratava-se de uma pessoa que morava em uma casa pequena, tinha um escritório pobre e não possuía sequer papel timbrado. Como podemos notar, o per-

fil desse agente não condiz de forma alguma com o perfil de um grande planejador.

Com o autor, destacamos que, em algumas situações, é natural que os indivíduos tomem para si uma fachada que não condiz com o papel que desempenham em determinada situação, no intuito de configurar uma organização social específica. Para ele, a criação de novas fachadas raramente ocorre; de modo geral, um sujeito, ao assumir um papel social, verifica que uma certa fachada já foi estabelecida para esse papel. Além disso, se o indivíduo assume um papel que é novo para ele e que ainda não está estabelecido na sociedade, ele provavelmente tenta modificar o conceito desse papel ou procura descobrir a existência de fachadas já estabelecidas, entre as quais escolherá uma.

Postulamos que as fachadas contribuem para a compreensão da construção de estereótipos sociais, na medida em que estes últimos se fincam na impressão imediata que se tem de determinada situação, com base no compartilhamento de atributos tipificados. Corroborando essa ideia, Pereira (2002, p. 45) observa que os estereótipos são “crenças sobre atributos típicos de um grupo, que contêm informações não apenas sobre esses atributos, como também sobre o grau com que tais atributos são compartilhados”. Na mesma direção, Orlandi (2004) explica que os estereótipos categorizam e generalizam, esquematizando, de forma reduzida, a realidade, o que obviamente contribui, de um lado, para a instauração de preconceitos e, de outro, para a construção de situações tipificadas.

Neste artigo, não tratamos, especificamente, de preconceitos no sentido negativo que o termo pode gerar: preocupamo-nos mais com o fato de que os estereótipos decorrem do compartilhamento de crenças, de valores sociais em situações comunicativas tipificadas socialmente.

O *ethos* *discursivo*

Maingueneau (2020) argumenta que o *ethos* não se limita à dimensão persuasiva do discurso, pois relaciona-se intrinsecamente com o processo de adesão dos sujeitos à cena enunciativa instaurada pelo enunciador. A eficácia persuasiva decorre, então, da capacidade do autor do discurso em fazer com que o coenunciador se reconheça na expressividade do enunciador, que mobiliza valores historicamente constituídos. Nas palavras do autor, o *ethos* consiste em uma noção discursiva, que se constrói no e pelo discurso:

[...] não se trata de uma imagem do locutor externa à fala; ele está vinculado a um processo interativo de influência dos outros; é uma noção híbrida (sócio/discursiva), um comportamento social avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação histórica e socialmente determinada. (Maingueneau, 2020, p. 13)

Assim, o texto não deve ser visto apenas como um objeto de observação, mas como um processo interativo e dinâmico, construído na relação com o outro. Ele projeta representações do enunciador e envolve o coenunciador, levando este último a se integrar a um universo de significados. Desse modo, no processo de adesão não são considerados apenas os aspectos que remetem ao caráter daquele que enuncia, mas também aspectos relativos à sua corporalidade, concretizados, por exemplo, em suas roupas, seus gestos, na forma como move seu corpo no espaço social (Maingueneau, 2008).

O efeito de sentido causado pela articulação de aspectos psicológicos e “físicos” na constituição do *ethos* discursivo revela-se em uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser (Maingueneau, 2008). O caráter corresponde ao conjunto de traços psicológicos atribuídos ao enunciador em função do seu modo

de dizer, e a corporalidade remete a uma representação do corpo do enunciador. O caráter e a corporalidade devem ser entendidos como aspectos ligados a concepções historicamente atribuídas ao comportamento global do enunciador, ou seja, aos estereótipos ligados a ele.

Considerados o caráter e a corporalidade como componentes do *ethos* discursivo, cabe reiterar e enfatizar que sua constituição é de natureza híbrida, composta por fatores psicossociais, pluris-semióticos e históricos. Por isso, Maingueneau (2008) chama a atenção para o fato de que o *ethos* é criado e projetado em qualquer discurso, e apenas os elementos linguísticos não dão conta de delineá-lo, ainda que sejam, indiscutivelmente, componentes importantes em sua projeção. Para ele, a construção do *ethos* se inscreve na enunciação e não apenas no enunciado e, assim, está presente em qualquer tipo de texto (Maingueneau, 2008).

Nesse viés, Maingueneau (2020, p. 13) destaca que a noção de *ethos* se inscreve em uma “problemática da incorporação”. Ele utiliza o termo “incorporação” para nomear o processo pelo qual o destinatário se apropria do *ethos*, que ele denomina “fiador”, e a apropriação pode ocorrer em diferentes instâncias:

[...] a enunciação confere uma corporalidade ao fiador, ela lhe dá corpo; o destinatário incorpora, assimila assim um conjunto de esquemas correspondentes a uma maneira específica de se relacionar com o mundo habitando seu próprio corpo; essas duas primeiras incorporações permitem a constituição de um corpo, da comunidade imaginária daqueles que aderem ao mesmo discurso. (Maingueneau, 2020, p. 14)

Tal processo vai além da simples identificação do destinatário com o enunciador que sustenta o discurso, já que envolve a inser-

ção de ambos em um universo ético, cujo acesso é ofertado pelo fiador. O universo ético é ativado durante a interação e constitui-se como um conjunto de representações que reúnem diversas situações estereotipadas, associadas a determinados comportamentos.

Ao relacionar o *ethos* discursivo à enunciação, Maingueneau (2020) observa que esta se desdobra em três níveis: cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante refere-se ao que se entende por “tipo de discurso”, sendo definida como “o recorte de um setor da atividade social caracterizável por uma rede de gêneros de discurso” (Maingueneau, 2015, p. 118). Ela delimita o tipo de discurso – político, publicitário, científico, filosófico, pedagógico, literário, jornalístico – e estabelece os papéis dos interlocutores, bem como o espaço e o tempo da enunciação. Não podemos considerar, por exemplo, que uma cena pedagógica seja aplicável a qualquer sociedade ou época, pois ela não é suficiente para determinar as práticas discursivas dos sujeitos, sendo necessário considerar os gêneros de discurso, que constituem rituais próprios e definem as cenas genéricas.

As cenas genéricas, por sua vez, são aquelas que os participantes do discurso realmente percebem, pois estão diretamente ligadas à realidade concreta. Gêneros discursivos como artigo, ensaio e monografia são cenas genéricas que derivam do discurso científico, ou seja, da cena englobante. Maingueneau (2015, p. 120) explica que “as duas cenas definem o quadro cênico do texto, e é ele quem vai definir o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero do discurso”.

Por fim, a cenografia representa a forma como o enunciador escolhe se expressar. Trata-se de um processo dinâmico em que o discurso se desenvolve, instituindo a cena de enunciação que o legitima. Nela, o texto constrói uma imagem do enunciador e dos coenunciadores, situando-os em um tempo e espaço simbólicos

que sustentam e legitimam a enunciação. Então, o discurso não apenas transmite conteúdo, mas também encena sua própria produção, criando um cenário discursivo que define quem fala, para quem se fala e de onde se fala – elementos fundamentais para a eficiência comunicativa. Para Maingueneau (2008, p. 51),

[...] o discurso implica certa situação de enunciação, um ethos e um “código linguageiro” através dos quais se configura um mundo que, em retorno, os valida por sua própria emergência. O conteúdo aparece inseparável da cenografia que lhe dá suporte.

O código linguageiro representa tanto o registro quanto a dinâmica da linguagem. Nesse contexto, o discurso realiza simultaneamente duas funções: encena a enunciação por meio da cenografia e expressa a multiplicidade linguística por meio do código linguageiro. O resultado é um discurso que combina os elementos cenográficos com o código utilizado (Maingueneau, 2008).

Na enunciação, o *ethos* discursivo evidencia-se na junção de um *ethos* mostrado, apreendido pela maneira de falar, e de um *ethos* dito, projetado por quem enuncia. O *ethos* mostrado estará sempre presente no discurso por ser uma dimensão da enunciação, mas o *ethos* dito não, porque nem sempre quem enuncia fala de si.

Na perspectiva de Maingueneau (2020), ainda que o *ethos* esteja vinculado à enunciação, devemos considerar que sempre teremos uma representação de quem enuncia antes mesmo de enunciar, por isso o autor, observando a diversidade das situações de comunicação, faz a distinção entre *ethos* pré-discursivo e *ethos* discursivo. O *ethos* de um enunciador é projetado na interação entre o pré-discursivo, o discursivo e o dito.

Nesses termos, não podemos considerar o *ethos* discursivo da mesma maneira em qualquer texto, pois a incorporação não é um processo uniforme; ela se ajusta com base nos gêneros e nos tipos de discurso. Por exemplo, o *ethos* em um texto escrito não necessariamente estabelece uma relação direta com um fiador socialmente determinado, ele pode não se referir a um estereótipo social delimitado, pode ser suscetível de atingir categorias sociais muito diferentes. Dessa forma, Maingueneau alerta para o fato de que a adesão do coenunciador se dá por um apoio recíproco da cena de enunciação de que o *ethos* participa (Maingueneau, 2020).

Ao aderir à projeção do *ethos* construído na enunciação pelo enunciador, o coenunciador valida-o, considerando-o legítimo no cenário do qual emerge. Vale lembrar que tal validação se embasa no discurso enunciado; então, quando desse discurso emerge uma figura que representa o oposto do *ethos* pretendido pelo enunciador, temos o *antiethos*.

A noção de *antiethos* é construída por Maingueneau (1995) em *O contexto da obra literária* e, segundo ele, trata-se de um elemento constitutivo do discurso do enunciador. Juntos, *ethos* e *antiethos* indicam para o coenunciador, simultaneamente, atitudes a serem seguidas e outras a serem repelidas. Em um cenário político, por exemplo, o *antiethos* emergente do discurso do enunciador destina-se à “figura do adversário, como estratégia de crítica indireta e de maior valorização do seu próprio *ethos*. Apenas em casos de falha no ritual discursivo, o *antiethos* pode deslizar inconscientemente para o próprio sujeito político”, como bem apontam Passeti, Mareco e Arcine (2013, p. 130-131).

As concepções de *ethos* de Maingueneau e a abordagem de Goffman sobre as representações do eu na vida cotidiana mostram que o sujeito é formado tanto por meio de construções sociais quanto por encenações linguísticas, e não podemos deixar de

considerar que os fatores linguísticos configuram as construções sociais e vice-versa.

Com o avanço das tecnologias de comunicação, novas práticas discursivas despontam no ambiente digital, que requerem estudos sobre como se dá a construção do *ethos* na enunciação que emerge desse contexto. Na *web*, elementos visuais somam-se aos textos escritos, como *emoticons*, imagens, vídeos, fotos e publicidade, estreitando relações entre o verbal e o visual (Maingueneau, 2015). Em uma rede social como o Facebook, por exemplo, a construção do *ethos* não decorre simplesmente do perfil criado por um usuário (texto de apresentação que ele elabora para se apresentar aos outros), mas também da postagem de publicações, fotografias e vídeos, entre outros. Neste trabalho, consideramos somente as postagens de Marina Silva e os comentários decorrentes delas.

A construção do ethos no Facebook

Conforme mencionado, analisamos neste trabalho uma cena comunicativa da ministra do meio ambiente Marina Silva, com base em um *post* publicado por ela em 22/07/2025, em sua página no Facebook,² relativo à sua participação no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, o qual foi selecionado de maneira aleatória.

A análise é de natureza qualitativa (Flick, 2004), em que descrevemos e analisamos recursos linguístico-discursivos da cena selecionada, reconhecendo a relação dialética que articula texto e contexto, no intuito de compreendermos como se constrói o *ethos*

2 Cf. <https://www.facebook.com/marinasilva.official>. Acesso em: 22 jul. 2025.

discursivo de Marina Silva. Para tanto, consideramos os seguintes critérios: cena englobante, cena genérica e cenografia.



Figura 1 – Postagem de Marina Silva no Facebook, em 22/07/2025, a respeito de sua participação em congresso de educação ambiental.

Fonte: Marina Silva (2025).

Compartilho um trecho da minha participação no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, que ocorre em Manaus (AM) até a próxima sexta-feira (26/7), e reúne representantes de 10 países na Fundação Mathias Machline, local do evento.

Nesta edição, o Congresso teve como tema “Educação Ambiental e Ação Local: respostas à emergência climática, justiça ambiental, democracia e bem viver”. Para quem atua com educação ambiental, o momento é desafiador, uma vez que tudo o que falávamos que aconteceria há 30 ou 40 anos, já está

acontecendo agora. Contudo, ainda que com as dificuldades, o momento é de persistência para mostrar os caminhos que temos para enfrentar a crise climática. Um desses caminhos é olhar para o exemplo dos povos indígenas.

Além de fazer a palestra principal das atividades desta terça-feira, participei também da abertura do evento, nesta segunda-feira (21/7).

O encontro foi ainda uma oportunidade para me reunir com alguns representantes dos países presentes, como a ministra do Ambiente de Angola, Ana Paula de Carvalho Pereira; com o ministro do Ensino Superior, Ciência e Cultura do Timor-Leste, José Jerónimo; com o secretário de Estado do Ambiente de Moçambique, Gustavo Sobrinho Dgedge; e com o diretor de Ensino e Pesquisa da Fundação Mathias Machline, Marcos Roberto de Paula.

Marina Silva e seu ethos pré-discursivo

O sujeito enunciante nessa cena de enunciação é a ministra do meio ambiente Marina Silva (Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima), nascida em 8 de fevereiro de 1958, no seringal Baço, em Rio Branco, Acre. Filha de seringueiros, alfabetizou-se aos 16 anos e, posteriormente, cursou História na Universidade Federal do Acre, trabalhando como empregada doméstica.

Em 1988, ela foi eleita vereadora de Rio Branco, depois deputada estadual em 1990 e senadora em 1994, tornando-se a mais jovem senadora da história republicana brasileira. Foi ministra do meio ambiente entre 2003 e 2008, implementando, nessa função, políticas de combate ao desmatamento e mecanismos de defesa contra a exploração ambiental sustentável. Ganhou prêmios internacionais relevantes, como: Prêmio Goldman do Meio Ambiente em 1996; Champions of the Earth (ONU) em 2007; Medalha Duque de Edimburgo, entregue pelo príncipe Philip, em 2008, em Londres. Em 2023, Marina voltou a ocupar o cargo de ministra do

Meio Ambiente e Mudança do Clima e continua nessa função até o presente momento.

Tais informações auxiliam na construção de uma imagem prévia da ministra. Como bem aponta Maingueneau (2020), ainda que o *ethos* esteja vinculado à enunciação, não há como negar que sempre teremos uma representação de quem enuncia antes mesmo de enunciar. Esse ***ethos* pré-discursivo** (Maingueneau, 2020), constituído por uma trajetória marcada por superação, luta social e defesa do meio ambiente, embasa a construção de sentidos nos enunciados. No processo de adesão dos interlocutores à fala da ministra, estes consideram aspectos que remetem ao seu caráter (Maingueneau, 2008). Em outras palavras, a maneira de ser se articula com a maneira de dizer, ou seja, o caráter de alguém se relaciona a concepções historicamente atribuídas ao comportamento global do enunciador.

Cena englobante

Na enunciação em tela, **a cena englobante é política**, pois quem enuncia é a ministra do meio ambiente e mudança do clima. Segundo Maingueneau (2020, p. 119), uma cena englobante política implica uma relação em que um cidadão se dirige a outros cidadãos sobre temas de interesse coletivo. É justamente o que ocorre no discurso aqui analisado: a fala de Marina Silva é atravessada por outros discursos de interesse coletivo, em que ela busca legitimar a instituição da qual faz parte:

- Discurso ambientalista:

[1] *Para quem atua com educação ambiental, o momento é desafiador, uma vez que tudo o que falávamos que aconteceria há 30 ou 40 anos já está acontecendo agora.*

- Discurso de resistência e persistência:
[2] *Contudo, ainda que com as dificuldades, o momento é de persistência para mostrar os caminhos que temos para enfrentar a crise climática.*
- Discurso de valorização da população indígena:
[3] *Um desses caminhos é olhar para o exemplo dos povos indígenas.*

Em [1], [2] e [3], evidencia-se a preocupação de Marina Silva com a crise climática e com a necessidade de dar respostas imediatas para o problema ambiental. Ela procura apresentar uma imagem institucional engajada com a questão do meio ambiente, visando à mobilização social para a transformação da realidade. Nessa perspectiva, convoca educadores e ambientalistas, no intuito de mantê-los engajados mesmo diante das dificuldades. Além disso, valoriza os saberes da população indígena, reconhecendo-os como protetores do meio ambiente e, conseqüentemente, os conhecimentos que aplicam nesse universo.

- Discurso institucional:
[4] *O encontro foi ainda uma oportunidade para me reunir com alguns representantes dos países presentes, como a ministra do Ambiente de Angola, Ana Paula de Carvalho Pereira; com o ministro do Ensino Superior, Ciência e Cultura do Timor-Leste, José Jerónimo; com o secretário de Estado do Ambiente de Moçambique, Gustavo Sobrinho Dgedge; e com o diretor de Ensino e Pesquisa da Fundação Mathias Machline, Marcos Roberto de Paula.*

Em [4], ao se posicionar como palestrante principal que abre o evento em tela, a ministra reforça sua imagem de autoridade no assunto, reconhecida por autoridades de outros países. Na mesma direção, reforça a imagem da instituição da qual faz parte: o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Cena genérica

A cena genérica é um *post* no Facebook, uma rede social online que, como sabemos, conecta pessoas de diferentes lugares do mundo, para divulgação de notícias e informações, entre outras finalidades. Nesse espaço, o usuário pode optar pela formação de grupos públicos ou privados. Nos públicos, qualquer pessoa tem acesso às suas postagens; nos privados, somente os que forem autorizados. Tanto em um quanto em outro os participantes podem deixar comentários sobre as publicações do usuário. O perfil da ministra é público.

À medida que os usuários vão fazendo as postagens, o grupo pode curtir, reagir com *emojis* ou comentar as mensagens em tempo síncrono ou assíncrono. Em seu perfil, Marina identifica-se como “Político, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Professora, ex-senadora pelo Acre, deputada federal eleita por São Paulo pela Rede Sustentabilidade (Rede)”. Ela possui 2 milhões e 100 mil seguidores.

De acordo com Maingueneau (2015, p. 120), a cena genérica é aquela que os participantes do discurso realmente percebem, pois está diretamente ligada à realidade concreta. Junto à cena englobante, define o espaço estável em que o enunciado adquire sentido – “o espaço do tipo e do gênero do discurso”. Temos aqui o tipo de discurso político materializado em um *post*.

No *post* constituinte desta cena genérica, a intenção da ministra é compartilhar sua comunicação, feita inicialmente para o Congresso, com aqueles que a seguem ou visitam seu perfil. Ao se valer de um *post* como gênero veiculador de seu discurso político, ela parece buscar a adesão de seus seguidores, projetando-se como alguém em sintonia com seu tempo, a par dos impactos das novas tecnologias da comunicação.

Cenografia

Como vimos anteriormente, a cenografia remete à forma escolhida pelo enunciador para se expressar. A cena de comunicação analisada ocorre em um ambiente digital, que proporciona aos usuários maior engajamento mesmo à distância, os quais podem enviar, curtir, comentar e compartilhar informações, valendo-se não só de signos verbais, mas também não verbais, como *emojis*, por exemplo.

No *post* veiculado por Marina Silva, ela compartilha, em um vídeo, um trecho de sua apresentação no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, realizado em Manaus (AM). O evento, que reuniu representantes de dez países na Fundação Mathias Machline, teve como tema central Educação Ambiental e Ação Local: respostas à emergência climática, justiça ambiental, democracia e bem-viver, refletindo a complexidade e a urgência dos desafios contemporâneos. A Fundação Machline é uma instituição educacional sem fins lucrativos sediada em Manaus (AM).

Nessa cenografia a ministra constrói um discurso político, fundado, como já observamos, em um posicionamento em prol do ambientalismo, da resistência e da persistência, com enfoque na valorização da população indígena:

[5] *Para quem atua com educação ambiental, o momento é desafiador, uma vez que tudo o que falávamos que aconteceria há 30 ou 40 anos, já está acontecendo agora. Contudo, ainda que com as dificuldades, o momento é de persistência para mostrar os caminhos que temos para enfrentar a crise climática. Um desses caminhos é olhar para o exemplo dos povos indígenas.*

No trecho:

Para quem atua com educação ambiental, o momento é desafiador,

temos um período em que a ordem lógica das ideias foi invertida. Na hierarquização que caracteriza essa construção, evidencia-se, primeiramente, o papel da enunciativa como atuante na educação ambiental. Ainda que haja um apagamento da pessoa do discurso, o leitor remete esse papel à ministra, considerando que na próxima sequência ela emprega a primeira pessoa do plural:

[...] uma vez que tudo o que falávamos que aconteceria há 30 ou 40 anos, já está acontecendo agora.

Ao se valer da primeira pessoa do plural, seu intuito é o de produzir, provavelmente, um efeito de modéstia. Já o conectivo **uma vez que** introduz as causas para a sequência **o momento é desafiador**, revelando que não se trata de um problema novo: a ministra profetizou essas causas há trinta ou quarenta anos.

No excerto [5], observamos também que o conectivo **ainda que** imprime um sentido de ressalva, evidenciando que, apesar das dificuldades, Marina é persistente e capaz de vencer e enfrentar a crise climática:

Contudo, ainda que com dificuldades, o momento é de persistência para mostrar os caminhos que temos para enfrentar a crise climática.

Com base nos estudos de Goffman (2002) e Maingueneau (2005, 2008, 2015, 2020), postulamos que a projeção do *ethos* de Marina Silva é uma encenação previamente desenhada, cuja finalidade é levar seus coenunciadores a construírem uma imagem dela por meio de uma seleção estratégica de atividades, com vistas a uma determinada reação. Nesse sentido, Goffman observa que um sujeito apresenta uma imagem de si com base no objetivo da interação, na qual, como um ator, investe-se de uma personagem e constrói um “eu” que se revela na cena comunicativa. Maingueneau, por sua vez, destaca que o discurso é configurado pela situação de enunciação, pelo *ethos* e por um código linguageiro, elementos configuradores de um mundo que os legitima. Assim,

“o conteúdo aparece inseparável da cenografia que lhe dá suporte” (Maingueneau, 2008, p. 51).

Ethos

Porém, a noção de *ethos* não se configura apenas em um discurso estratégico e persuasivo (Maingueneau, 2020) como o que analisamos acima, pois a projeção da imagem não é uma responsabilidade apenas do enunciador: configura-se em um processo de adesão dos sujeitos a uma posição discursiva que surge na cena enunciativa.

Dessa maneira, além do *post* da ministra Marina Silva, é necessário analisarmos os comentários dos usuários que interagiram com a postagem. Verificamos que a maior parte deles apresenta elogios que destacam sua coragem e seu papel inspirador:

[6] *Marina Silva! Uma entre as nossas poucas, mas grandes guerreiras!*

[7] *Mulher guerreira te admiro muito* 

[8] *Marina você é muito importante para o povo brasileiro na conservação do meio ambiente.*

[9] *Grande ministra Marina Silva. Os verdadeiros patriotas brasileiros estão com você. Força para continuar a lutar pelo meio ambiente!*

Tais enunciados corroboram e reforçam a imagem transmitida pela própria ministra, legitimando sua atuação positiva no cargo institucional, em decorrência do *ethos* mostrado (Maingueneau, 2008) em seu discurso.

Já os comentários a seguir apontam para um *antiethos* com idealismo focado somente em questões de meio ambiente, que nada resolvem os problemas reais da sociedade, inclusive dos indígenas:

[10] *Precisa de saneamento básico!!! Se não cuida do desenvolvimento do povo que vive por lá, não tem como cuidar da floresta!!*

[11] *Marina com todo respeito. quando se fala de indio de verdade. nao de pessoas que se disem indios e vive as custa do dinheiro publico.*

[12] *E Amazonas só queimando. Misericórdia*

Tais excertos apontam para a necessidade de a ministra ampliar o seu discurso para questões sociais mais concretas, que demandam esforço do poder público e, ao que parece, são negligenciadas pelas autoridades institucionais como a própria Marina Silva.

Por fim, observamos também alguns comentários que, além de não legitimarem a imagem institucional transmitida pela ministra, atribuem sentidos pejorativos à sua imagem pessoal:

[13] *Você vai pescar no Rio Tietê. Kkk.*

[14] *Calada tá errada.*

[15] *Baita de um sem.vergonha... assim como Alckmin e a tebet.*

[16] *O que essa peça de museu tá falando aí.*

[17] *Olha a ministra das zinzas.*

[18] *Socorro kkkkk.*

Nos comentários de [13] a [18], verificamos a tentativa de atacarem Marina Silva de maneira ofensiva. Na verdade, os comentários de [10] a [18] parecem, de modo geral, associar a imagem da ministra com a imagem estereotipada dos políticos no Brasil: incompetentes; descomprometidos com os problemas da população, já que governam em causa própria; corruptos etc. Segundo Maingueneau (2020, p. 70), “fazer de um locutor um simples membro de uma coletividade tem por natureza valor de desqualificação”, afinal sua individualidade é apagada e ele é colocado como parte de um grupo estereotipado, visando enfraquecer sua argumentação. Nesse prisma, o foco deixa de ser o conteúdo e passa a ser aquele que enuncia.

A análise realizada ratifica que o *ethos* discursivo é construído em um processo de negociação com o interlocutor, cuja imagem

transmitida pelo enunciador é atravessada por interpretações do coenunciador pautadas em subjetividades que podem legitimar ou não um discurso. Tendo em vista os estudos de Goffman (2002), compreendemos que a imagem transmitida da ministra é interpretada como sendo incoerente por alguns, revelando-se em um *antiethos*. Com Paseti, Mareco e Arcine (2013), ratificamos que o *antiethos* pode decorrer de falhas no ritual discursivo. Daí considerarmos que Marina Silva deve ajustar o seu discurso tendo em vista a imagem estereotipada que muitos brasileiros fazem dos políticos do país.

Conclusão

Neste estudo, observamos que o *ethos* discursivo é construído e negociado na interação entre enunciador e coenunciador. Por meio de estratégias linguísticas, a postagem da ministra Marina Silva em sua página na rede social Facebook projeta sua imagem de autoridade ética, comprometida com o meio ambiente, os povos indígenas e outros problemas de interesse coletivo relacionados à sua pasta. No entanto, os comentários dos usuários revelam leituras múltiplas, que ora reforçam, ora tensionam essa imagem. A dinâmica evidencia que o *ethos* ultrapassa o âmbito do enunciado e emerge na enunciação, permeado por subjetividades e posicionamentos ideológicos.

Referências

- FLICK, Uwe. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução Sandra Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2002.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor e sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Variações sobre o ethos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.
- MARINA SILVA. *Compartilho um trecho da minha participação no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental....* [Post]. Facebook, 22 jul. 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/marinasilva.official/videos/1257222722615873/>. Acesso em: 22 jul. 2025.
- ORLANDI, Eni P. *Cidade dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2004.
- PASSETI, Maria Célia C.; MARECO, Raquel T. M.; ARCINE, Raquel F. *Ethos e antiethos de Dilma Rousseff e José Serra em aforizações na imprensa nacional*. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 125-147, 2013.
- PEREIRA, Marília D. E. S. *Ethos em rede: dinâmicas, apropriações e implicações éticas do ethos conectado no Facebook*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Prática de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2016.
- PEREIRA, Marcos E. *Psicologia social dos estereótipos*. São Paulo: EPU, 2002.

A leitura de simulacro das mídias jornalísticas sobre o Plano Pena Justa

Anderson Ferreira
Iasmim Cristina Rodrigues Brilhante

Introdução

Você
tem que aprender
a respeitar a vida humana, disse o juiz.

Parecia justo.

Mas o juiz
não sabia que, para muitos,
a vida não é humana.

O prisioneiro retorquiu:
há muito me demiti de ser pessoa.

*E proferiu, por fim:
um dia,
a nossa vida será, enfim,
viva e nossa.*

Mia Couto, “Versos do prisioneiro – a sentença”

No presente capítulo, dedicamo-nos a analisar o processo de interincompreensão generalizada no discurso das mídias jornalísticas sobre o Plano Pena Justa. Em particular, verificar de que modo a polêmica como interincompreensão produz uma leitura de simulacro do discurso do Direito, permitindo que os enunciadores-agentes das mídias jornalísticas identifiquem como incompatíveis os enunciados do discurso jurídico.

Fundamentamo-nos na perspectiva heurística e não empirista de Maingueneau (2008), segundo a qual os discursos mantêm entre si uma relação polêmica, pois só “podem ler” o “outro” como um simulacro. Nessa abordagem, entende-se que os enunciadores que acessam um discurso a partir de uma posição externa o “traduzem” com base em sua própria posição enunciativa, e não a partir da perspectiva dos enunciadadores internos ao discurso, objeto de tradução – o que tensiona o processo de interincompreensão.

Como *corpus* de análise, focalizamos dois vídeos noticiosos sobre o Plano Pena Justa – programa lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).¹ Os vídeos-notícias foram publicados na plataforma

1 É importante destacar que o gênero “notícia” no meio televisivo produz efeitos de sentido distintos em relação à sua versão escrita. Além disso, é comum que os veículos de comunicação incluam, além do jornalista-âncora, a participação de “especialistas” para comentar determinados acontecimentos noticiáveis. Diante disso, neste trabalho, delimitamos como *corpus* de análise apenas a materialidade verbal produzida pelo enunciadador-jornalista.

online YouTube pelos veículos de comunicação Jovem Pan News e Band Jornalismo, respectivamente, em 17 de fevereiro de 2025 e 18 de fevereiro de 2025 (População se revolta..., 2025).

Também, mobilizamos como *corpus* de apoio o discurso do Direito a ser “traduzido” pelos enunciadores-jornalistas. Trata-se de um vídeo institucional publicado pela Defensoria Pública da União (DPU), em sua página oficial no YouTube, em 20 de abril de 2025, portanto posterior aos vídeos-notícias supracitados. O vídeo institucional em questão contém os “traços” da base jurídica que fundamenta o Plano Pena Justa (Pena Justa, 2025). Por esse motivo, tratamo-lo como réplica discursiva, ou uma “tradução” da enunciação jornalística produzida anteriormente, na ocasião do lançamento do Plano.

Com base nesse primeiro cenário – digamos, em favor do supracitado Plano –, e a propósito de explorar o fenômeno da leitura como simulacro, conforme suscitada por Maingueneau (2008), quando apresenta a hipótese da polêmica como interincompreensão, aproximamos as posições enunciativas das mídias jornalísticas (Jovem Pan News e Band Jornalismo) e a posição enunciativa do discurso do Direito (Pena Justa), focalizando a relação polêmica entre os discursos citados. Assim, afora esta Introdução e as Considerações finais, este capítulo está dividido em quatro seções.

A primeira seção – *Direito e mídias* – discute como as mídias jornalísticas e o sistema jurídico contribuem para a desumanização e a exclusão social, em particular, de grupos marginalizados. Aborda, também, a opacidade da linguagem jurídica e a seletividade das punições, que dificultam o acesso à justiça e à cidadania plena. Defende, por fim, a importância de uma leitura crítica e justa produzida pelas mídias sobre o Direito, o que pode ser considerado um ato político essencial em democracias.

A segunda seção – *Leitura e Direito* – discute como a leitura do Direito é influenciada pelas mídias jornalísticas no contexto digital, destacando a ruptura entre discurso e texto tradicional. Argumenta, de outra forma, que a mídia não apenas transmite, mas constrói a realidade, com forte ênfase na dramatização de crimes violentos, o que marginaliza o papel do Direito. Por fim, critica a seletividade e os interesses por trás da espetacularização midiática, que favorece um populismo penal e relativiza os direitos fundamentais.

A terceira seção – *A leitura de simulacro* – analisa a leitura de simulacro produzida pelas mídias jornalísticas sobre o Plano Pena Justa, o qual se insere no contexto da crise do sistema prisional brasileiro. Apresenta a proposta teórica central do trabalho, baseada na noção de interincompreensão discursiva generalizada (Maingueneau, 2008), para explicar como a mídia “traduz” o discurso jurídico conforme seus próprios interesses. Argumenta que essa dinâmica reforça posições ideológicas e obscurece o debate sobre justiça e dignidade da pessoa humana em situação de carceragem.

A quarta seção – *O Plano Pena Justa: análise do corpus* – dedica-se a examinar as posições enunciativas que emergem do discurso jurídico e do discurso jornalístico em torno do Plano. A partir da seleção e análise de um *corpus* constituído por vídeos noticiosos e institucionais, busca-se evidenciar como o discurso jurídico, ancorado na defesa da dignidade da pessoa humana e na proteção dos direitos fundamentais dos presos, é submetido a processos de “tradução” pelo discurso jornalístico-midiático.

Direito e mídias

No contexto da desumanização operada pelas estruturas sociais e jurídicas, a poesia em epígrafe, de autoria de Mia Couto,

evidencia posições enunciativas distintas. O debate centra-se na noção de vida humana enquanto existência digna e reconhecida socialmente, sobretudo no que diz respeito à exclusão de determinados indivíduos desse reconhecimento. A epígrafe denuncia as injustiças sofridas por aqueles que, desde a origem, não são apenas marginalizados pelas desigualdades sociais e econômicas, mas também desamparados pela ineficácia do sistema jurídico

O *ethos* do condenado injustamente por um sistema judicial opressor emerge de modo frequente no campo artístico – como na literatura, no cinema, em documentários e novelas. Todavia, no campo mais aberto das mídias, o *antiethos* do condenado aparece com bem mais destaque, sendo construído por meio da crítica que tematiza o pouco rigor do sistema penal. Esse fenômeno, porém, não é novo.

Já no século XIX, questionamentos ao sistema eram feitos para denunciar o fato de que a prisão não causava sofrimento suficiente em comparação à miséria enfrentada pelos mais pobres, mesmo que fossem justamente os mais pobres que recebessem a seletividade das punições. Diante dessa percepção, Foucault (1987) indaga se seria justo que um condenado sofresse ainda mais do que aqueles que vivem em liberdade.

Em relação à indagação de Foucault (1987), o entendimento predominante na sociedade brasileira hoje parece um tanto nebuloso. Embora vivamos sob a égide de um Estado democrático de direito, parte expressiva da sociedade brasileira ainda sustenta, de forma velada ou explícita, a ideia de que o sofrimento das pessoas em situação de carceragem deve ultrapassar os limites da sanção legal.

Inconstitucionais e contrárias aos direitos humanos, essas ideias são “arma de caça” de posições enunciativas que atravessam as mídias jornalísticas. Eis a contradição: somos incitados a ocu-

par espaços sociais êmicos (Bauman, 2001),² em uma sociedade que, embora tolere e legitime mecanismos de punição seletiva e desumanizadora, funda-se por uma Constituição que assegura os direitos individuais, coletivos e sociais.

De saída, somos tentados a acusar as mídias jornalísticas de pavimentar espaços sociais êmicos quando o tema é a criminalidade. Também acusá-las de construir caracterizações sociopsicológicas estereotipadas e categorias morais para legitimar a marginalização de determinados grupos sociais, promovendo uma cidadania seletiva etc. Todavia, tais acusações podem ser suspensas por dois motivos – um “fraco”, outro “forte”.

O motivo fraco é que o conteúdo das acusações, além de generalista, é elemento residual nas análises dos discursos jornalísticos. Isto é, para o analista que se dedica ao discurso das mídias jornalísticas, esses resíduos parecem pertencer às práticas jornalísticas, as quais precisam ser criticadas, em primeiro lugar, por sua própria grade semântica (Maingueneau, 2008; Marocco; Zamin, 2021).³

Já o motivo forte ocorre da compreensão de que as mídias jornalísticas não são instituições ideologicamente homogêneas e com posições enunciativas fechadas em si, tampouco instâncias absolutas de poder (Charaudeau, 2008). Por fim, o tom acusatório

2 Os espaços sociais êmicos são espaços de conflito em que se procura eliminar o outro, pois ele representa uma ameaça. A realização concreta dessa eliminação pode ocorrer pela prisão, deportação ou pena de morte, por exemplo.

3 Os analistas do discurso, embora não sejam alienados a essas práticas parasitárias do discurso das mídias jornalísticas, tendem a se debruçar, de modo específico, “para realçarem a importância de perceber as estratégias linguístico-discursivas que são empregadas em textos, falas e demais formas de propagação discursiva multissensorial” (Tomazi, 2023, p. 8), em vista ao compromisso social.

acerca da atuação da imprensa é o *modus operandi* de regimes totalitários, dos quais desejamos estar livres definitivamente.

A compreensão sobre o papel da mídia e seu uso por regimes autoritários nos leva a refletir também sobre outras esferas de atividades institucionais que operam com discursos de poder, entre elas a esfera jurídica. O Direito é essencialmente uma questão de linguagem, e, mesmo estando profundamente entrelaçado à vida social, política e econômica do país, é pouco conhecido e, sobretudo, mal compreendido pelos próprios sujeitos de direito. Essa crítica é bem reconhecida e sustentada pelos próprios operadores do Direito, que, embora cientes do caráter segregador e colonizador dessa linguagem, se veem presos ao jogo de poder que ela engendra (Ferreira; Nardocci; Brilhante, 2024), recorrendo, sem cessar, em diversas situações objetivas, a códigos linguageiros complexos e arcaizantes.

Na seara jurídica, as pessoas leigas “realizam certos rituais, imitam condutas, reproduzem certos gestos [e enunciados], com pouca ou nenhuma percepção de seus significados e alcances” (Cárcova, 1998, p. 14). Por isso, em razão de o Direito nas sociedades contemporâneas tornar-se opaco para a maioria das pessoas, o conhecimento dos direitos e o acesso à Justiça encontram-se obstruídos. Além disso, a interação das línguas – português e latim – e os registros de variedades linguísticas de sintaxe e léxico muitas vezes em desuso resultam num campo discursivo pouco heterogêneo, cujas posições enunciativas esforçam-se para conservar uma identidade “forte”.

Os efeitos sociais da obstrução pela linguagem são inúmeros, refletindo-se no aumento da impunidade, na violação contumaz dos direitos humanos, na perpetuação das desigualdades sociais e econômicas. Ademais, acentuam-se os problemas de convívio social, como a violência – tanto verbal quanto física –, os precon-

ceitos, as práticas ilícitas, bem como o racismo, a homofobia, as intolerâncias religiosas e políticas, entre outras formas de conflito social. É, portanto, no interior da opacidade do Direito que as práticas discursivas jornalísticas operam para informar a população sobre os direitos individuais, coletivos e sociais reconhecidos na Constituição brasileira.

Nas sociedades democráticas, a linguagem do Direito – que inclui julgados, debates, programas de TV e rádio, decisões e manifestações judiciais – está no centro do campo das mídias jornalísticas. Em grande medida, a ausência de uma compreensão adequada da população sobre essa linguagem é preenchida por posições enunciativas diversas que atravessam as mídias. Essas posições impregnam debates, jornais televisivos, entrevistas, editoriais, notícias, artigos de opinião, entrevistas, reportagens, charges etc.

Nesses e em outros contextos, as mídias jornalísticas se apresentam como fiscalizadoras do poder e parte indissolúvel do sistema democrático moderno – elemento fundamental para o pleno funcionamento da democracia. Por esse prisma – numa sociedade alicerçada na informação, como a do século XXI –, sua função merece destaque.

Uma imprensa livre viabiliza diversos canais por meio dos quais a população se manifesta, emite opiniões, troca informações, denuncia, vigia e cobra autoridades. Todavia, quando se trata do Direito e da Justiça, o debate é pautado pelas mídias, que mantêm com o discurso dos direitos humanos – em particular com o direito à dignidade da pessoa humana – uma relação polêmica. A despeito da opacidade do Direito (Cárcova, 1998) – e justamente por causa dela –, torna-se essencial reivindicar o direito a uma leitura “justa”: ou seja, o direito de receber informações completas, devidas, relevantes e contextualizadas (Van Dijk, 2008; Ferreira; Nardocci; Brilhante, 2023).

Na década de 1960, Marshall McLuhan cunhava o conceito de “aldeia global” para sugerir que vivemos numa sociedade em que os meios de comunicação servem frequentemente a interesses divergentes dos princípios democráticos. Embora essa observação ainda guarde certa verdade, não nos parece que os meios de comunicação, em sua totalidade, sigam necessariamente esse padrão. Hoje, no caso das agências de notícias, é possível observar um jornalismo comprometido com a democracia.

Contudo, são poucos no campo jornalístico os que se colocam como verdadeiros observadores da Constituição, e muitos os que pretendem interpretá-la conforme interesses próprios ou de grupos de poder. Já passou o tempo em que prevalecia a ideia de que o jornalismo dependia da democracia para a sua sobrevivência. Aliás, o conceito de democracia, em sua concepção e exercício, mostra-se parcial e vulnerável. E, embora as empresas jornalísticas nunca se declarem contra a democracia, não cessam em abrir espaços para teses e falas de sujeitos francamente antidemocráticos.

É, então, na arena do discurso que se trava hoje uma das batalhas mais cruciais da democracia: entre o jornalismo comprometido com o interesse público e suas versões parasitárias, que distorcem, simplificam ou manipulam sentidos. A disputa não se dá apenas pela atenção do leitor, mas, sobretudo, pelo domínio da palavra, no sentido colocado por Breton (2006), pela autoridade de dizer o que é o Direito, quem tem direito e quem merece punição.

Nesse embate, o discurso sobre a Justiça nunca é neutro. Ele pode libertar ou condenar, esclarecer ou obscurecer, emancipar ou domesticar. No processo de construção da verdade, as mídias têm, cada vez mais, condicionado os direitos individuais, coletivos e sociais àqueles que “têm direito”. Por isso, uma leitura discursiva da leitura das mídias jornalísticas sobre o Direito manifesta-se como um gesto político incontornável.

Leitura e Direito

À primeira vista, a ideia de “leitura discursiva” pode parecer estranha a certas pedagogias da leitura, já que elas ensinam que a leitura é textual. Não obstante, os estudos no campo da Linguística – particularmente os da Análise do Discurso – não cessam de demonstrar que, no espaço midiático e digital, o elo entre discursos e sua materialidade textual se rompe. Nessa senda, a representação do leitor de textos escritos perdeu a centralidade, dando espaço a um leitor descentrado no interior de um conjunto virtualmente infinito de estímulos semióticos.

É notável observar como a produção da leitura tem sido influenciada pela transformação simultânea dos meios tecnológicos de produção, circulação, irradiação, coprodução, memorização e arquivamento dos discursos (Ferreira, 2023). Ao propor a leitura do Direito a partir das posições enunciativas das mídias jornalísticas, consideramos essas transformações que reconfiguram a forma como se lê e se compreende a esfera jurídica – historicamente de tradição escrita.

Por esse motivo, não precisamos realizar um levantamento estatístico sobre o atual estado de consumo de livros, no Brasil, sobre o Direito, porque não se trata de uma leitura literal da “letra da Lei”, eventualmente veiculada pela mídia. Trata-se, no entanto, de produzir a leitura da “tradução” que as mídias jornalísticas (re)produzem sobre temas socialmente sensíveis que envolvem o Direito.⁴

4 Esse debate parte, evidentemente, da leitura de textos escritos. No entanto, ao longo deste capítulo, procuraremos demonstrar que a leitura que denominamos “discursiva” vai além de um “gesto de leitura” em dado texto (oral ou escrito): ela amplia o escopo da materialidade passível de ser lida em circulação social, o que inclui, obviamente, o espaço

No espaço midiático e digital, as questões sociais que mobilizam o Direito não se materializam apenas em gêneros da esfera jurídica, mas se irradiam por meio de um conjunto de gêneros do discurso – orais, escritos, digitais – de diferentes esferas, com destaque para a esfera jornalística. Ao abordar temas socialmente sensíveis que envolvem o Direito, as mídias jornalísticas instauram um modo de dizer particular. As mídias “não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público” (Charaudeau, 2008, p. 19).

Nesse proceder, as mídias jornalísticas condicionam-se a encenar as relações da vida cotidiana. Os casos mais comuns advêm dos noticiários violentos para os quais as mídias noticiosas, como observou o linguista Dino Preti (Dias, 2008), tendem a enfatizar os pormenores mais do que os próprios fatos em si. A explicação para esse fenômeno pode ser econômica, mas também simbólica, conforme argumenta Charaudeau:

A “superdramatização” (a dramatização exacerbada) é uma característica do discurso de informação das mídias na maneira de relatar e comentar os acontecimentos. Para atrair o público, trata-se de construir o acontecimento numa narrativa suscetível de ter um impacto emocional [...]. Uma superdramatização, que usando procedimentos como o amálgama, a descrição das causas apresentadas de maneira sucinta e as interpelações denunciadoras, constrói uma encenação em torno da tríade vítima/agressor/salvador. (2016, p. 121)

digital. Nesse sentido, consideramos a “leitura” não apenas de textos (orais ou escritos), mas também de um conjunto virtualmente infinito de gêneros de discurso, como telejornais, *reality shows*, debates televisivos, *podcasts*, entrevistas, entre outros.

A crítica pode ser direcionada para o modo de enunciação das mídias jornalísticas, caracterizado por um *modus operandi* que visa ao enlaçamento do leitor em cenas de investigação criminal (Nascimento; Ferreira, 2017). Embora seja possível desaproveitar a dramatização exacerbada promovida pelas mídias, parece-nos haver, nos casos de crimes violentos, uma marginalização do Direito ou sua redução a um papel secundário. Assim, a luz midiática ilumina o crime em si em detrimento do Direito.

Trata-se, portanto, de uma lógica de espetacularização seletiva da violência e da criminalidade, na qual apenas determinados tipos de crimes – especialmente os que envolvem brutalidade, sangue ou comoção social – ganham visibilidade no espaço midiático.⁵ Essa seleção não é neutra, tampouco aleatória. Ela está imbricada em interesses econômicos, disputas ideológicas e convenções morais que definem o que merece ser contado e o que pode ser silenciado, como alerta Bourdieu:

[...] o campo jornalístico, como os outros campos, baseia-se em um conjunto de pressupostos e de crenças partilhadas (para além das diferenças de posição e opinião). Esses pressupostos, os que estão inscritos em certo sistema de categorias de pensamento, em certa relação com a linguagem, em tudo o que implica, estão no princípio da seleção que os jornalistas operam na realidade social, e também no conjunto das produções simbólicas. Não há discurso (análise científica, manifesto político etc.) nem ação (manifestação, greve etc.) que, para ter acesso ao debate público, não deva submeter-se a essa prova da seleção jornalística, isto é, a essa

5 Neste ponto, é notável o tom “brando” de diversas mídias tradicionais sobre os crimes praticados em 8 de janeiro de 2023, como “a abolição violenta do Estado Democrático de Direito” e “o golpe de Estado”, tipificados no Código Penal brasileiro.

formidável censura que os jornalistas exercem, sem sequer saber disso, ao reter apenas o que é capaz de lhes interessar [...]. (Bourdieu, 1997, p. 66)

Contudo, mesmo defendendo a liberdade de imprensa, não podemos deixar de notar que a espetacularização do crime contribui para um populismo penal, cujo mérito é conquistar a opinião pública para a “expansão do poder punitivo estatal, dando soluções imediatistas ao problema, como o aumento no efetivo de policiais e armamento, construção de presídio etc.” (Honório Filho; Costa, 2019, p. 76). Sem esquecer que o sistema punitivista é seletivo e reflete os interesses das classes de poder.

De qualquer modo, quando o enfoque recai sobre o próprio Direito – especialmente no que diz respeito aos direitos individuais, coletivos e sociais –, as mídias passam a iluminar a relação polêmica que mantêm com determinados discursos. A depender do sujeito de direito,⁶ também a depender da própria empresa jornalística, os direitos humanos tendem a ser relativizados e a própria Constituição, negligenciada.

6 O artigo 5º da Constituição Federal estabelece o núcleo essencial dos direitos e garantias fundamentais, assegurando a todos e todas igualdade, dignidade e proteção contra arbitrariedades. No entanto, o que se observa na prática midiática é uma apropriação seletiva e distorcida desses preceitos. Determinadas mídias, ao mesmo tempo que se dizem defensoras da ordem constitucional, esvaziam o sentido garantista da Carta Magna quando o sujeito de direito pertence às margens sociais – como é o caso das pessoas privadas de liberdade. O discurso jurídico é então manipulado para justificar práticas de exclusão e punitivismo, transformando a Constituição em uma referência apenas nominal, invocada quando convém, e silenciada quando confronta privilégios ou estruturas de poder. Essa deturpação não apenas banaliza a Constituição, mas a converte em instrumento de legitimação da própria injustiça que ela foi criada para combater.

Conforme veremos a seguir, a leitura de simulacro não ocorre em relação ao “discurso jurídico-constitucional” propriamente dito, mas em relação ao verdadeiro “outro” que determinadas empresas jornalísticas tomam como adversário.

A leitura de simulacro

A leitura de simulacro de um dado discurso não é produzida por uma falta de habilidade ou mesmo por uma manipulação cínica. Trata-se, antes, de uma característica constitutiva do próprio discurso. As posições enunciativas coexistem dentro de um espaço discursivo regido por uma lógica de interincompreensão generalizada, uma vez que todo discurso é atravessado por um interdiscurso. Cada discurso pressupõe, mesmo de forma virtual, a presença de outro discurso, com o qual dialoga ou confronta. Nessa dinâmica, todo discurso repousa sobre um conjunto de semas repartidos.

Maingueneau (2008), em sua proposta, analisa modelos discursivos estáveis do campo religioso. Nesse quadro, o sema – unidade semântica cuja realidade operativa é pertinente apenas no interior de um campo lexical (Portal da Língua Portuguesa, [s. d.]) – torna-se pertinente, pois pode ser apresentado não apenas elencando os semas de um modelo discursivo específico, por exemplo, o discurso católico, mas também observando a “tradução” que esse modelo produz de outro, por exemplo, do discurso pentecostal. Para Maingueneau (2008), é a própria estrutura do modelo discursivo que engendra as regras de interincompreensão.

Porém, no caso do discurso das mídias jornalísticas, o conceito de “sema” traz dificuldade. Esse discurso é constitutivamente heterogêneo e instável. Existe nesse campo uma infinidade de atravessamentos de outros discursos e posições enunciativas bastante distintas. Diante disso, a dificuldade consiste em construir um “modelo do discurso das mídias jornalistas”. Para superar esse

obstáculo, consideramos o discurso-agente – aquele que ocupa a posição de “tradutor” – como o discurso jornalístico-midiático. E o discurso-paciente – aquele que é traduzido – como o discurso do Direito, com base no Plano Pena Justa.

Embora esse procedimento ainda não facilite a apreensão do que chamamos aqui de “discurso das mídias jornalísticas”, ele pode contribuir para configurar um espaço discursivo midiático a fim de aproximar certas posições enunciativas. Desse modo, a posição enunciativa da mídia jornalística associa-se a um dispositivo de leitura que lê (“traduz”) os enunciados do Plano Pena Justa a partir de seu próprio fechamento semântico, com o intuito de constituir ou preservar sua identidade. Portanto, não se trata de um campo lexical definido, mas de uma arena discursiva mais ampla onde estão colocados para tradução conceitos, bases jurídicas, estereótipos e preconceitos sobre o direito das pessoas em situação de carceragem.

Como se sabe, os temas socialmente sensíveis suscitam diversas posições enunciativas no campo das mídias jornalísticas. A questão central, portanto, não reside na constatação do óbvio – ou seja, de que a imprensa tem liberdade para abordar os temas sociais conforme seus próprios critérios, mas sim na análise de como um processo de interincompreensão generalizada (Maingueneau, 2008) permite que os enunciadores-agentes das mídias produzam uma leitura de simulacro do discurso do Direito, a fim de evocar o seu discurso político-ideológico em detrimento dos direitos constitucionais.

Nessa senda, a hipótese da polêmica como interincompreensão, proposta por Maingueneau (2008), insere-se na dimensão discursiva da leitura. Leitura não apenas produzida pelo leitor das informações veiculadas pelas mídias jornalísticas, mas das próprias mídias, que leem e constroem os acontecimentos conforme suas ideologias e seus interesses, retomando aqui a ideia de Bourdieu (1997). Por isso, “pontos de vista” valorizados positivamente são apropriados e reafirmados, ao passo que os considerados negativos em sua própria grade semântica são rejeitados ou deslocados.

O Plano Pena Justa: análise do corpus

Antes de avançarmos com as análises, é fundamental contextualizar brevemente o cenário que viabilizou o lançamento do Plano Pena Justa. De saída, citamos o Pe. Valdir João Silveira (online):

As desigualdades sociais e econômicas que imperam no Brasil, e que têm suas raízes em uma indecente concentração de renda e no racismo estrutural que caracteriza toda a história do país desde o período colonial, materializam-se, também, na seletividade do sistema penal, revelando que sua missão não é o combate das violências e dos crimes, mas a criminalização, o controle e a repressão das parcelas da população empobrecidas, estigmatizadas e excluídas do acesso às políticas sociais: cerca de 60% das pessoas presas têm entre 18 e 29 anos, mais de 62% são negros e 75% têm baixíssima escolaridade ou são analfabetos, números aterradoros mas que ainda compõem levantamentos subestimados e subnotificados. (Silveira, 2018)

Para quem está na linha de frente da empreitada discursiva contra a barbárie no sistema prisional brasileiro – como é o caso do Pe. Valdir João Silveira –, fica evidente que as prisões no Brasil refletem uma herança histórica de exclusão, marcada por raízes coloniais e escravocratas que perpetuam a punição seletiva de corpos racializados e marginalizados. Mesmo com os avanços constitucionais, prevalecem práticas degradantes: superlotação, insalubridade, violações de direitos e ausência de políticas de reintegração (Baldo, 2024).

Diante desse cenário, o Supremo Tribunal Federal reconheceu o estado de coisas inconstitucional (ECI) do sistema prisional brasileiro e exigiu a adoção de medidas concretas para reverter esse quadro de barbárie institucionalizada, determinando que o governo federal e os estados elaborassem planos eficazes para enfrentar

e superar tais violações. É nesse contexto que se insere o **Plano Pena Justa (CNJ, [s. d.]**), idealizado como uma resposta estruturada à crise carcerária.

Lançado em 12 de fevereiro de 2025 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Plano possui mais de trezentas metas organizadas em quatro eixos – controle de vagas, infraestrutura, reintegração social e prevenção de violações – e busca reverter a lógica do castigo como espetáculo (Foucault, 1987), ancorando-se em metodologias eficazes de gestão e nas Regras de Mandela da ONU.⁷

Em sentido amplo, o Plano propõe uma ruptura ética e política com a naturalização da violência no cárcere, defendendo a dignidade humana como princípio central de uma justiça, de fato, democrática. O documento jurídico visa evocar, por fim, um debate mais amplo sobre o sistema prisional brasileiro, as pessoas em situação de carceragem e, com isso, conquistar uma vida social segura para todos.

No quadro a seguir, apresentamos a base jurídica do Plano Pena Justa, em particular os diversos dispositivos legais que foram violados, resultando em graves ofensas aos direitos humanos e aos direitos das pessoas privadas de liberdade, conforme reconhecido na Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347 (ADPF).

7 As Regras de Mandela referem-se ao Conjunto de Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, adotado pela Assembleia Geral da ONU em 2015. Receberam esse nome em homenagem a Nelson Mandela, que passou 27 anos preso na África do Sul e simboliza a luta pelos direitos humanos e pela dignidade no cárcere. Essas regras estabelecem padrões internacionais para garantir o tratamento humano de pessoas privadas de liberdade, abordando desde condições materiais básicas até o acesso à saúde, educação, contato com a família e prevenção de tortura. Embora não tenham força vinculante, servem como referência ética e jurídica para os Estados na formulação de políticas penais e penitenciárias comprometidas com os direitos humanos.

Quadro 1 – Base jurídica do Plano Pena Justa

Discurso do Direito	
Constituição Federal	Outras legislações
• O princípio da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III); • A proibição de tortura e tratamento desumano ou degradante de seres humanos (artigo 5º, inciso III); • A vedação da aplicação de penas cruéis (artigo 5º, inciso XLVII, alínea “e”); • O dever estatal de viabilizar o cumprimento da pena em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado (artigo 5º, inciso XLVIII); • A segurança dos presos à integridade física e moral (artigo 5º, inciso XLIX); • Os direitos à saúde, educação, alimentação, trabalho, previdência e assistência social (artigo 6º) e à assistência judiciária (artigo 5º, inciso LXXIV).	• O Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes e a Convenção Americana de Direitos Humanos. • A Lei n. 7.210, de 1984, a chamada “Lei de Execução Penal”, na qual são assegurados diversos desses direitos, inclusive o alusivo à cela individual salubre e com área mínima de seis metros quadrados. • Lei Complementar n. 79/94, por meio da qual foi criado o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, cujos recursos estão sendo contingenciados pela União, impedindo a formulação de novas políticas públicas ou a melhoria das existentes e contribuindo para o agravamento do quadro (Barroso, 2008).

Fonte: elaborado pelos autores.

A base jurídica – o discurso do Direito – apresentada no quadro anterior quase nunca é evocada pelas mídias jornalísticas com o propósito de ser submetida a uma “tradução”. Em se tratando de pessoas em situação de carceragem e do sistema carcerário brasileiro como um todo, a opacidade do Direito é construída pelas mídias jornalísticas de modo deliberado.

Apresentamos o *corpus* construído para análise no quadro a seguir. Nele, aproximamos três posições enunciativas com o intuito de analisá-las: i) A posição enunciativa da Band Jornalismo (Enunciador-jornalístico 1), à esquerda; ii) A posição enunciativa da Jovem Pan News (Enunciador-jornalístico 2), no centro; e iii) A posição enunciativa do Plano Pena Justa/Defensoria Pública da União (Enunciador-jurídico), à direita. O espaço vazio – representado pelo símbolo [Ø] – indica que o recorte do *corpus* de análise (vídeos noticiosos) que realizamos não encontrou “tradução” do discurso jurídico sobre o Pena Justa.

Quadro 2 – Posições enunciativas

Posição enunciativa Band Jornalismo Enunciador- -jornalista [1]	Posição enunciativa Jovem Pan News Enunciador- -jornalista [2]	Posição enunciativa Pena Justa Enunciado- -jurídico	BLOCOS
[Minuto 2:27 – 2: 43]: Olha, de um lado, a gente tem uma sociedade amedrontada. São mais de 200 milhões de pessoas assustadas com o avanço do crime organizado, das facções. Assustadas com os assassinatos, os sequestros, os estupros, a maior criminalidade do G20. [Minuto 2:44 – 2: 56]: E de outro, a gente tem os internos do sistema prisional – os 670 mil presos que existem hoje no Brasil –, gente que o Supremo chama, curiosamente, de grupo vulnerável.	[Minuto 00:00 – 00:24]: O Pena Justa, lançado pelo governo e pelo Judiciário na última semana, continua gerando muita polêmica. Essa iniciativa que propõe mudanças no sistema prisional para melhorar a qualidade de vida dos criminosos tem sido alvo de críticas por priorizar benefícios aos detentos, enquanto a população enfrenta desemprego, inflação e uma sensação crescente de insegurança.	[Minuto 00:00 – 00:06]: O Brasil tem um sistema prisional que já foi condenado internacionalmente por ser desumano.	BLOCO 1

Quadro 2 – Posições enunciativas (continuação)

Posição enunciativa Band Jornalismo Enunciador- -jornalista [1]	Posição enunciativa Jovem Pan News Enunciador- -jornalista [2]	Posição enunciativa Pena Justa Enunciador- -jurídico	BLOCOS
[Minuto 2: 57 – 3:05]: Aí, essas nossas autoridades têm a oportunidade de escolher entre cuidar das vítimas ou dos seus algozes. [Minuto 3: 06 – 3:10]: E escolhem começar o trabalho cuidando dos algozes.	[Minuto 4:38 – 4:55]: Há várias outras demandas aguardando medidas a serem tomadas pelos nossos governos, os nossos governantes, e a gente se depara com esse plano para beneficiar detentos, e há muitas críticas que eu tenho observado nas redes sociais, viu Mota?!	[Minuto 00:24 – 00:30]: E não, não importa o crime, a Constituição garante dignidade para todo mundo.	BLOCO 2
Ø	[Minuto 14:55 – 15:12]: E você uma vez destacou aqui qual seria a demanda para a nossa população carcerária. Seria necessário produzir muitos presídios, construir vários presídios, porque há um déficit terrível, né, Mota? Quando a gente olha para o sistema penitenciário brasileiro? [Minuto 19:33 – 20:09]: [....] Porque quando se fala em combate à superlotação, você tem dois caminhos, vai, principais.	[Minuto 00:30 – 00:43]: Você já ouviu falar do Plano Pena Justa? Parece nome de filme, mas é sério. Esse é um Plano criado em parceria pelo Conselho Nacional de Justiça e o Ministério de Justiça e Segurança Pública para enfrentar um problema grave nas prisões brasileiras.	BLOCO 3

Quadro 2 – Posições enunciativas (continuação)

Posição enunciativa Band Jornalismo Enunciador- -jornalista [1]	Posição enunciativa Jovem Pan News Enunciador- -jornalista [2]	Posição enunciativa Pena Justa Enunciador- -jurídico	BLOCOS
	[Minuto 20:09: 20:51]: Ou você constrói mais presídio, ou então você inicia um pro- cesso de desencarce- ramento [...].		
Ø	[Minuto 7:56 – 8:17]: A gente tem visto algu- mas iniciativas nesse sentido, né? Inclusive, interlocutores do crime organizado que conse- guiram, por exemplo, agenda com integran- tes do governo federal. A gente noticiou isso em alguns programas. E é preciso também olhar para essa ques- tão que envolve a nar- rativa, a justificativa e o que estaria por trás desse movimento, né, Dávila?	[Minuto 00:43 – 00:56]: O pro- grama atende a uma decisão do STF que re- conheceu o Es- tado de Coisas Inconstitucio- nal no Sistema Carcerário, res- ponsável pela violação massi- va dos direitos dos presos.	BLOCO 4
Ø	Ø	[Minuto 00:56 – 01:03]: Justiça não é vingança. A punição é a privação da liberdade e não a tortura ou a morte lenta den- tro de um presi- dio.	BLOCO 5

Quadro 2 – Posições enunciativas (continuação)

Posição enunciativa Band Jornalismo Enunciador- -jornalista [1]	Posição enunciativa Jovem Pan News Enunciador- -jornalista [2]	Posição enunciativa Pena Justa Enunciador- -jurídico	BLOCOS
Ø	[Minuto 00:56 – 1:08]: Além disso, eles [especialistas] afirmam que o Plano não condiz com a realidade proposta pelo governo e o desejo da população, que quer combater a impunidade de maneira firme e justa.	[Minuto 01:03 – 01:25]: Agora, vamos esclarecer uma coisa: podem dizer por aí, ah, então querem abrir as cadeias e dar uma vida boa para bandido. Isso é falso, gente, o Pena Justa não é sobre soltar presos, é sobre evitar que o Sistema Prisional se desvirtue, em vez de ajudar a pessoa retornar à sociedade com dignidade.	BLOCO 6
[Minuto 3:10 – 3:19]: Chegando ao cúmulo de dar linha de crédito do BNDES e criando cota de emprego para quem sai da cadeia.	[Minuto 00: 24 – 00:41]: Entre as medidas mais controversas, o Plano prevê cotas obrigatórias para a contratação de presos e ex-presidiários por empresas que prestam serviços ao governo, além do direcionamento de verbas para financiar a educação e profissionalização deles.	[Minuto 02:56 – 03:19]: Você quer viver em um país mais seguro? Então presta atenção no que o Pena Justa propõe: controle de vagas; presídio sem superlotação; infraestrutura básica, porque	BLOCO 7

Quadro 2 – Posições enunciativas (continuação)

Posição enunciativa Band Jornalismo Enunciador- -jornalista [1]	Posição enunciativa Jovem Pan News Enunciador- -jornalista [2]	Posição enunciativa Pena Justa Enunciador- -jurídico	BLOCOS
		ninguém se recupera sem o mínimo de dignidade; reintegração social; trabalho; estudo; ressocialização para reduzir a reincidência; sustentabilidade e mudanças estruturais para que isso funcione de verdade.	
Ø	[Minuto 00:41 – 00:56]: Segundo especialistas em Segurança Pública e Ciência Política, a falta de mecanismos rigorosos de fiscalização podem acabar beneficiando as próprias facções e fazendo com que o dinheiro público acabe na mão desses criminosos.	[Minuto 03:19 – 03:37]: O plano tem metas até 2027 e nós, a DPU, estaremos nos Comitês formados por diversos órgãos e entidades que vão formular e implementar as políticas estaduais específicas para obedecer ao plano, fiscalizando diretamente a aplicação das diretrizes dos projetos.	BLOCO 8

Quadro 2 – Posições enunciativas (continuação)

Posição enunciativa Band Jornalismo Enunciador- -jornalista [1]	Posição enunciativa Jovem Pan News Enunciador- -jornalista [2]	Posição enunciativa Pena Justa Enunciador- -jurídico	BLOCOS
Ø	Ø	[Minuto 03:37 – 03:52]: E no final das contas, isso afeta a sua segurança, então, compartilhe essa informação e vamos falar um pouco mais sobre justiça e não sobre vingança. Ah, e comenta aqui, você acha que o sistema prisional brasileiro precisa mudar?	BLOCO 9

Fonte: elaborado pelos autores.

Os três discursos são materializados em vídeos: duas notícias televisivas com comentários (exibidas pela Jovem Pan News e pela Band Jornalismo), e um vídeo produzido pela Defensoria Pública da União, elaborado após a repercussão negativa do lançamento do Plano.⁸ Na linha do tempo, conforme registramos na Introdu-

8 Em 20 de abril de 2025, portanto quase dois meses após os vídeos noticiosos em análise, a Defensoria Pública da União lançou, em sua plataforma oficial no YouTube, um vídeo informativo-institucional que busca sensibilizar o público sobre a importância e os fundamentos do Plano Pena Justa, bem como suscitar a discussão sobre o sistema

ção deste capítulo, as supracitadas notícias são veiculadas antes do vídeo da DPU. Todavia, elas “traduzem” o discurso do Plano Pena Justa por ocasião do seu lançamento, 12 de fevereiro de 2025 (STF, 2025). Portanto, o vídeo da Defensoria pode ser considerado a réplica discursiva daquela “tradução”, assim como os vídeos noticiosos serem uma resposta discursiva ao documento jurídico anunciado no lançamento, isto é, o próprio Plano Pena Justa.

Assim, o discurso do enunciador-jurídico tem o propósito de “marcar” a posição enunciativa que defende a dignidade da pessoa humana, de acordo com a Constituição brasileira. No entanto, conforme já mencionamos, optamos, aqui, por apreendê-lo como discurso-paciente – aquele que é objeto de tradução pelas mídias. Já o discurso dos enunciadores-jornalísticos, tratamos como discurso-agente – aqueles que ocupam a posição de “traduzir” outros discursos.⁹ Para facilitar a leitura, analisemos os discursos por blocos [1 a 9].

As posições enunciativas que ocupam as mídias jornalísticas Band Jornalismo e Jovem Pan News têm uma maneira semelhante de produzir a leitura sobre o Plano Pena Justa. No primeiro bloco, tanto o Enunciador-jornalista [1] quanto o Enunciador-jornalista [2] estruturam seus discursos em uma lógica dicotômica que opõe a sociedade honesta, amedrontada e vulnerável, aos presos, apresentados como algozes ou criminosos beneficiados.

Trata-se de uma simplificação da vida social brasileira que coloca, de um lado, 200 milhões de pessoas assustadas com o avanço do crime organizado e das facções e, de outro, 670 mil presos

carcerário brasileiro. Todavia, nos meses anteriores, as empresas jornalísticas aqui destacadas deram ampla cobertura ao Programa, naturalmente para execrá-lo.

9 Fizemos alguns recortes de gênero/notícias, focalizando apenas a sua materialidade verbal.

(Enunciador-jornalista [1]). Assim, um Plano para transformar um sistema prisional reconhecido internacionalmente como “desumano” (Enunciador-jurídico) será traduzido como uma “iniciativa que propõe mudanças no sistema prisional para melhorar a qualidade de vida dos criminosos” (Enunciador-jornalista [2]).

O discurso-agente constrói um espaço discursivo êmico no qual as pessoas se encontram “assustadas com os assassinatos, os sequestros, os estupros, a maior criminalidade do G20” (Enunciador-jornalista [1]). Nesse espaço, “a população enfrenta desemprego, inflação e uma sensação crescente de insegurança” (Enunciador [2]). Em primeira análise, a tradução do discurso-agente parece ter como adversário o discurso jurídico, traduzido como defensor imoral dos inimigos da população de bem.

Todavia, os itens lexicais “assassinatos”, “sequestros”, “estupros”, “criminalidade”, “insegurança”, de um lado, e “desemprego” e “inflação” de outro, evocam, na esfera política, o que concerne à segurança pública e à economia, respectivamente. Nessa tradução, a noção constitucional de dignidade humana, mobilizada pelo discurso jurídico, é apagada, sendo apresentada como afronta à justiça e à ordem social. Por sua vez, é iluminada a incapacidade dos governos de promover o bem-estar à população.

No **segundo bloco**, o enunciador-jurídico evoca o artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal, que estabelece que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Trata-se da base jurídica fundamental prevista no Plano Pena Justa. No entanto, esse discurso é traduzido em seu registro negativo pelos enunciadores [1] e [2], que operam pela dicotomia entre vítimas e algozes, sugerindo que o Plano visa favorecer as pessoas em situação de carceragem.

Esse movimento discursivo revela, no processo de interincompreensão generalizada, mecanismos de apagamento explícitos

do Direito, mas também procura imputar ao discurso jurídico um gesto de violação das prioridades morais, o que ignora o princípio jurídico segundo o qual os direitos humanos são universais. Na realidade, o posicionamento do discurso jurídico não pode se pronunciar sobre a escolha entre vítimas e algozes. Esse “não pronunciamento” diz respeito à instauração e conservação de sua identidade enunciativa. Assim, o “silêncio” produzido pelo discurso jurídico sobre o ponto em questão é preenchido com um registro negativo pelos enunciadores-jornalistas.

No **terceiro bloco**, a leitura que o enunciador jornalístico [2] faz do problema apresentado pelo enunciador-jurídico mobiliza duas posições enunciativas em relação aos presídios brasileiros. A primeira defende o desencarceramento – proposta apoiada, inclusive, por setores religiosos. A segunda recupera uma cena validada positivamente na memória coletiva: a ideia de que a crise do sistema prisional pode ser resolvida com a construção de mais presídios. O Enunciador-jornalista [2] alinha-se a essa segunda posição, o que revela o pouco interesse em discutir os problemas suscitados pelo Enunciador-jurídico sobre o sistema prisional brasileiro.

No **quarto bloco**, o verdadeiro “outro” do enunciador-jornalista surge de maneira mais explícita. Trata-se agora de integrar o programa lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) ao atual governo federal. A legitimidade da justiça e a credibilidade do Plano são colocados em suspeição. Nesse ponto, o enunciador-jornalista evoca um suposto vínculo histórico que o Partido dos Trabalhadores (PT) teria com facções criminosas, nomeadamente o Primeiro Comando da Capital (PCC).

O Enunciador-jornalista [2] sugere que o Plano Pena Justa atende a interesses do crime organizado. Dessa forma, o enuncia-

dor-jornalista lê “enfrentar violações de direito humanos” como “beneficiar facções criminosas”. Esse é um movimento de interincompreensão radicalizada, que rompe qualquer possibilidade de leitura ética, justa, técnica e constitucional da proposta.

No **quinto bloco**, o princípio elementar do Direito moderno, qual seja: “Justiça não é vingança. A punição é a privação da liberdade, não a tortura nem a morte lenta dentro de um presídio” (Enunciador-jurídico), é sistematicamente silenciado pelos enunciadores-agentes. As posições enunciativas de jornalista tendem a silenciar sobre esse enunciado, pela mesma razão que o Enunciador-jurídico silencia sobre “vítimas e algozes”: à instauração e conservação de sua identidade enunciativa. A liberdade de imprensa tem seus limites, porém o silêncio nunca é neutro.

No **sexto bloco**, o dispositivo de legitimação moral punitivista é acionado pelo Enunciador-jornalista. O debate semântico confronta dois itens lexicais distintos: “reintegração” e “impunidade”. A reintegração pertence à grade semântica do discurso do Direito sobre o Plano Pena Justa, enquanto a “impunidade” pertence à grade semântica do discurso da moral, mobilizado pelo Enunciador-jornalista [2]. A “tradução” do discurso das mídias distorce o propósito do Plano e o aproxima da leniência, contrastando com o esforço do discurso jurídico de reafirmar a funcionalidade e os limites da política pública. A leitura de simulacro só pode ler “concessão indevida” no lugar de “dignidade”.

O **sétimo bloco** se apresenta como um dos mais emblemáticos na construção da leitura de simulacro. O Enunciador-jurídico enuncia acerca das propostas do Plano: “controle de vagas; presídio sem superlotação; infraestrutura básica, porque ninguém se recupera sem o mínimo de dignidade; reintegração social; trabalho; estudo; ressocialização para reduzir a reincidência; sustentabilidade e mudanças estruturais para que isso funcione de verdade”. A relação polêmica nesse ponto é tensionada.

O Enunciador-jurídico se esforça para esclarecer que essas ações são essenciais para quebrar o ciclo de reincidência, amparadas na Constituição e na Lei de Execução Penal. A “tradução” dos enunciadore-jornalistas é de que as ações estão na ordem do absurdo e do privilégio. A diferença de registro é evidente. Enquanto o Enunciador-jurídico apresenta como solução estruturada, os enunciadore-jornalistas traduzem como excesso ou até zombaria das prioridades sociais. Assim, a fundamentação legal e humanitária é, de forma sistemática, apagada pelo discurso jornalístico-midiático em foco, que traduz as ações de ressocialização como privilégios escandalosos.

No **oitavo bloco**, mesmo diante da explicitação jurídica de fiscalização e controle da Defensoria Pública da União, a posição enunciativa dos enunciadore-jornalistas a traduz por meio da suspeita, ignorando que o Plano prevê a existência de comitês fiscalizadores, compostos por diversos órgãos, inclusive a própria Defensoria. Mais uma vez, o verdadeiro “outro” do discurso das mídias aparece. A provável ineficácia dos mecanismos de fiscalização do Plano é alçada ao campo político, uma vez que o Enunciador-jornalista lê “política de direitos humanos” como um risco à segurança pública e um prejuízo ao erário.

A leitura de simulacro das mídias jornalísticas sobre o Plano Pena Justa transforma princípios constitucionais, como a dignidade da pessoa humana, o combate à tortura e a função social da pena, em ameaças à segurança pública e à ordem social. Nesse cenário, o discurso jurídico é traduzido pelas mídias como expressão não apenas de Estado leniente, cúmplice do crime e desconectado da realidade da população, mas, particularmente, de um governo que beneficia os condenados por crimes em detrimento da “população trabalhadora”.

Os enunciados do **nono bloco**, tal qual como o configuramos, não possuem “tradução” pelas mídias jornalísticas, pelo mesmo motivo mencionado no quinto bloco. A aproximação dos itens lexicais “justiça” e “vingança” é proposta pelo Enunciador-jurídico

para viabilizar o debate democrático e desnaturalizar as práticas de violência institucional, que legitimam a seletividade penal e perpetuam a cultura do encarceramento como solução para problemas que são, essencialmente, sociais, econômicos e estruturais.

O silêncio do discurso das mídias em relação a esse tema revela que o seu verdadeiro “outro” é – com o risco de simplificar – o discurso político em defesa dos direitos humanos e da base jurídica constitucional vigente. Discurso a que as posições enunciativas em foco neste trabalho têm acesso de “fora”. Em outras palavras, os discursos jornalístico-midiáticos, por lerem o discurso dos direitos humanos a partir de sua própria posição enunciativa, não o compreendem – ou o compreendem de forma equivocada.

Nesse sentido, não se pode atribuir a ausência de compreensão à má-fé ou à incompetência dos enunciadores-jornalistas, mas à característica do discurso em destaque. A leitura de simulacro nesse caso não é uma estratégia deliberada, mas uma regra. O modelo de competência discursiva postula para a existência de enunciadores de um dado campo um controle latente de regras que permitem não apenas produzir, mas ler enunciados de seu próprio posicionamento por um registro positivo. De outra forma, essa competência – e é esse o caso aqui – permite identificar como incompatíveis com sua grade semântica os enunciados de posicionamentos antagonistas, lendo-os por um registro negativo.

Portanto, a relação polêmica não se constitui por meio dos sujeitos “de carne e osso”, mas da relação interdiscursiva, isto é, da relação histórica que cada discurso mantém com o seu “outro”.

Considerações finais

A análise discursiva do *corpus*, com base na hipótese da polêmica como interincompreensão, proposta por Maingueneau

(2008), permite observar como os enunciadores-jornalísticos traduzem de sua própria grade semântica o discurso jurídico em torno do Plano Pena Justa, distorcendo seus fundamentos e objetivos, apagando de modo deliberado os direitos humanos e, principalmente, reforçando a ideia de que as pessoas privadas de liberdade sofrem pouco e, portanto, devem sofrer mais.

A posição enunciativa dos enunciadores-jornalistas analisados lê o discurso jurídico sobre o Plano Pena Justa do lado de “fora” do discurso dos direitos humanos e constitucional. Logo, o verdadeiro “outro” dessa posição é o discurso político que defende a dignidade da pessoa humana, independentemente de raça, cor, religião, classe social etc. Ficaríamos perplexos, porém, se a grande mídia brasileira adotasse outra posição. Se assim fosse, estaríamos em outra sociedade.

Historicamente, observamos que o jornalismo tradicional constrói acontecimentos violentos em espetáculo, superdramatizando o sofrimento de grupos vulneráveis. Essa estética jornalístico-midiática reduz, discursivamente, a política criminal à lógica do medo, e transforma a pessoa em situação de carceragem em sujeito descartável.

Nessa senda, o discurso jornalístico-midiático se consolida como mediador hegemônico da percepção pública, em parte, do Plano Pena Justa e das pautas que envolvem o sistema carcerário brasileiro, em geral. Esse discurso – por ler o discurso jurídico de “fora” – apaga ou desfigura as premissas jurídicas mais elementares, como o dever estatal de respeitar e proteger a dignidade das pessoas privadas de liberdade. Mais ainda: desinforma acerca da complexa engrenagem pela qual se forjam sentidos sobre justiça, humanidade e exclusão na esfera pública.

Por esse motivo, a maneira pela qual as mídias jornalísticas “traduzem” o discurso jurídico sobre o Plano Pena Justa não apenas influencia percepções sociais sobre as pessoas privadas de li-

berdade, mas também impacta a formulação e a legitimação de políticas públicas penais. Mesmo quando ancorado na Constituição e na defesa da dignidade humana, o discurso jurídico é “traduzido” como benefício improprio ou privilégio. Compreender essas operações discursivas é, portanto, um exercício ético e político indispensável, especialmente em uma sociedade que convive com índices alarmantes de violência urbana e institucional, encarceramento e seletividade penal.

Quando o discurso que busca afirmar a vida e a dignidade é lido, sem cessar, como concessão indevida, fraqueza ou ameaça, não basta uma análise discursiva. Para além disso, é necessária a ação e enunciação de um Direito que recuse o silêncio, que confronte os simulacros e que se mantenha fiel à sua premissa fundamental: afirmar a humanidade onde ela tem sido historicamente negada. A proposta, mais do que a análise de um plano estatal ou de uma política pública isolada, é um convite à reflexão sobre os modos de produção de sentidos, construção de consensos e naturalização das práticas no entrecruzamento entre o Direito, o político e a mediação jornalístico-midiática.

Esperamos não apenas desvelar as posições enunciativas que traduzem o Plano Pena Justa, mas, sobretudo, lançar luz sobre os silêncios, os deslocamentos e as resistências que emergem quando o Direito e a política se encontram no espaço jornalístico-midiático.

Deixamos, assim, a palavra franqueada.

Referências

BALDO, Rafael Antonio. A banalização do mal nos presídios brasileiros. *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo*, v. 24, p. 13-34, 2024. Disponível em: https://es.mpsp.mp.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/view/557. Acesso em: 28 abr. 2025.

- BARROSO, Luís Roberto. A revolução da brevidade. *Consulex: Revista Jurídica*, v. 12, n. 279, ago. 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. Jornalismo e ética. Anais da Conferência de Fundação do Centro de Pesquisa da Ecole Supérieure de Journalisme. *Cadernos de Jornalismo*, Lille, n. 1, 1996. Disponível em: <http://www.homme-moderne.org/societe/socio/bourdieu/Bjournal.html>. Acesso em: 13 maio 2025.
- BRETON, Philippe. *Elogia da palavra*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- CÁRCOVA, Carlos María. *A opacidade do direito*. São Paulo: LTr, 1998.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Pena Justa: Plano Nacional para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras*. Brasília, DF, [s. d.]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/plano-pena-justa/>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- DIAS, Ana Rosa Ferreira. *O discurso da violência: as marcas da oralidade no jornalismo popular*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FERREIRA, Anderson; NARDOCCI, Izilda Maria; BRILHANTE, Iasmim Cristina Rodrigues. Leitura, desigualdade social e manipulação discursiva. In: ALMEIDA, Micheline M. Tomazi (org.). *Estudos do discurso e compromisso social*. Serra: Milfontes, 2023. p. 275-302.
- FERREIRA, Anderson; NARDOCCI, Izilda Maria; BRILHANTE, Iasmim Cristina Rodrigues. Direito, Linguagem e poder: o juridiquês como arame farpado do acesso à Justiça. *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo*, vl. 24, p. 49-79, jan-jun. 2024.
- FERREIRA, Anderson. *Ler discursos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2023.

- HONORIO FILHO, Paula Dovana Simplicio; COSTA, André de Abreu. Populismo penal midiático: exploração midiática da criminalidade e a espetacularização do crime. *Rebesp*, v. 12, n. 1, p. 76-91, 2019.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela (org.). *Crítica das práticas jornalísticas*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2021.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas; FERREIRA, Anderson. A encenação de um crime: uma constituição recíproca entre cenografia e enunciação. *(Con)textos Linguísticos*, v. 11, p. 70-84, 2017.
- PENA Justa: DPU vai integrar comitês em plano para melhorar situação do sistema prisional. [S. l.: s. n.], 2025. 1 vídeo (3min52s). Publicado pelo canal DPU. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JnpM8HsgTYU>. Acesso em: 16 maio 2025.
- POPULAÇÃO se revolta com plano de governo para beneficiar criminosos presos. [S. l.: s. n.], 2025. 1 vídeo (14min). Publicado pelo canal Os Pingos nos Is. [Jovem Pan News]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nkB6deVFZVg&t=543s>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- PORTAL DA LÍNGUA PORTUGUESA. *Sema*, [s. d.]. Disponível em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=1365>. Acesso em 28 maio 2025.
- SILVEIRA, Valdir João, Padre. Pelo urgente desencarceramento. *Pastoral Carcerária*, 17 jan. 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcajpcglclefindmkaj/https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/01/formacao-agenda-pelo-urgente-desencarceramento.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *Poderes Judiciário e Executivo lançam program pena justa*. Brasília, DF, 12 fev. 2025. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/poderes-judiciario-e-executivo-lancam-programa-pena-justa/>. Acesso em: 21 maio 2025.
- TOMAZI, Micheline M. Almeida (org.). *Estudos do discurso e compromisso social*. Serra: Milfontes, 2023.
- VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

Liberdade de expressão e censura nas redes: a historicidade dos vocábulos pela linguagem

Eric Henrique Anselmo Moreira da Silva
Márcio Rogério de Oliveira Cano

Introdução

A questão central desta pesquisa é compreender o embate entre os vocábulos “liberdade de expressão” e “censura” na atualidade. Tais termos, muitas vezes tomados como absolutos, perdem a historicidade e se reduzem a sentidos imediatos, sobretudo nas manifestações digitais. Pela Análise do Discurso, buscamos resgatar essa dimensão histórica e refletir sobre como língua e sujeitos se conectam a esses conceitos.

Ao analisar a disputa de significados nas redes, observamos que a liberdade pode ser proclamada de modo a reforçar mecanismos de censura, revelando contradições entre discurso e prática. O objetivo é investigar como a ideia de uma liberdade

irrestrita se torna paradoxal ao restringir o outro, e, por consequência, a si mesma.

Nosso movimento é resgatar a historicidade desses vocábulos e mostrar suas incongruências. A análise evidencia como a liberdade, quando proclamada nas redes, pode assumir sentidos contraditórios e até mesmo se converter em censura. Assim, refletimos sobre a liberdade subordinada ao capital, que se apresenta como absoluta, mas se contradiz ao restringir o outro e, por consequência, a si mesma.

A pesquisa se organiza em quatro partes: fundamentos da Análise do Discurso, a partir do interdiscurso e da semântica global de Maingueneau (2008) e Orlandi (2015), além das condições de produção discutidas por Courtine (2014); resgate histórico dos termos, com base na tese de Oliveira (2019); análise das indústrias do entretenimento digital, a partir de Bucci (2021); e estudo do caso Telegram e o PL 2630, contraposto ao posicionamento do Supremo Tribunal Federal.

Com as Análises, foi possível identificar as contradições sobre como ambos os posicionamentos compreendem os sentidos que emanam dessas palavras. Enquanto o Telegram utiliza uma abordagem sensacionalista para persuadir seus usuários, o STF enfatiza a necessidade de pensar uma liberdade de expressão que esteja engajada no bem comum, e não nos interesses individuais.

O estudo deste trabalho revelou a sobreposição e confusão das noções manifestadas pelos vocábulos “liberdade de expressão” e “censura” na atualidade, principalmente numa realidade em que o capital atravessa a vida dos sujeitos no que envolve a comunicação e o entretenimento, apagando o significado mais tangível desses conceitos, que devem promover a liberdade dentro de uma democracia. Portanto, é necessário repensar o entendimento desses termos, alinhando-os a padrões de coexistência em uma sociedade democrática, em vez de idealizações absolutas.

Perspectivas discursivas para construção de sentido

A Análise do Discurso (doravante AD), situada nos estudos linguísticos e nas ciências sociais, tem caráter interdisciplinar. Ela evidencia a ligação entre sujeitos, sentidos e história, mostrando como os dizeres se inscrevem na memória. É nesse quadro que apresentamos os conceitos essenciais da AD para sustentar nossos objetivos.

Dividimos esta seção em três pontos. Primeiro, o **Interdiscurso**, entendido como todo discurso atravessado por outros, a partir de Maingueneau (2008) e Orlandi (2015). Em seguida, as **Condições de Produção**, que, segundo Courtine (2014) e Orlandi (2015), revelam como lugares, ideologias e experiências moldam os sentidos. Por fim, a **Semântica Global** de Maingueneau (2008), que mostra que as palavras carregam interpretações históricas, não fixas.

Assim, ainda que distintos, esses conceitos se articulam na compreensão das noções de discurso, ampliando a percepção dos sujeitos e a historicidade que ressoam em seus dizeres.

Do discurso ao interdiscurso

Para desenvolver esta pesquisa, recorremos ao **Interdiscurso**, conforme a definição de Maingueneau (2008, p. 15), que entende o discurso como “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”. Esse conceito indica que o interdiscurso precede qualquer discurso, estando presente em sua constituição, mesmo quando não se mostra de forma evidente.

Essa relação é explicitada pelo autor ao distinguir a heterogeneidade “mostrada” e a “constitutiva”:

Só a primeira é acessível aos aparelhos linguísticos, na medida em que permite apreender sequências delimitadas que mostram claramente sua alteridade (discurso citado, autocorreções, palavras entre aspas etc. ...). A segunda, ao contrário, não deixa marcas visíveis: as palavras, os enunciados de outrem estão tão intimamente ligados ao texto que elas não podem ser apreendidas por uma abordagem linguística stricto sensu. Nossa própria hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro. (Maingueneau, 2008, p. 31)

Dessa forma, todos os discursos compartilham elementos de outros, ainda que sob negação ou afirmação, e se manifestam em múltiplos recursos semióticos, como textos, músicas ou memes, sempre ligados ao sócio-histórico.

Orlandi (2015) amplia essa visão ao situar o Interdiscurso na relação entre memória (constituição) e enunciação (formulação). Para a autora, os sentidos ecoam e se restringem mutuamente, o que revela sua historicidade:

Paralelamente, é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que, da situação, das condições de produção, é relevante para a discursividade. Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal para inscrevê-la no interior da textualidade. Isso faz com que, pensando-se a relação da

historicidade (do discurso) e a história (tal como se dá no mundo), é o interdiscurso que especifica, como diz M. Pêcheux (1983), as condições nas quais um acontecimento histórico (elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a inscrever-se na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. (Orlandi, 2015, p. 33)

Assim, Maingueneau (2008) e Orlandi (2015) convergem na ideia de que a enunciação sacrifica parte dos sentidos para consolidar identidade, em um constante jogo de oposições e concordâncias. Pelo Interdiscurso, observamos que liberdade de expressão e censura se entrelaçam, negociando sentidos e demarcando efeitos produzidos pelas condições históricas de produção.

Das condições sócio-históricas de produção dos discursos

Assim como o interdiscurso, as condições sócio-históricas de produção (CP) são pilares da pesquisa, pois permitem compreender a contemporaneidade em sua historicidade e recuperar sentidos que ultrapassam o contexto imediato.

De acordo com Dubois (1969a), citado por Courtine (2014), o estudo das CP envolve delimitar texto e tempo, definir categorias de análise e relacionar o linguístico ao extralinguístico – quem enuncia, sobre o quê e de onde fala. Essas etapas situam a conjuntura histórica e revelam concordâncias ou divergências no sentido dado às palavras, mostrando que a ideologia só pode ser observada nos discursos concretos, em que língua e formação social se entrelaçam.

Sobre isso, Orlandi (2015, p. 30) faz um paralelo com Courtine (2014):

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (Orlandi, 2015, p. 30)

Tal perspectiva mostra que as CP ultrapassam a linguística e exigem diálogo com áreas como psicologia e sociolinguística, já que os objetos linguísticos se inscrevem na caracterização psicosocial das situações de comunicação.

Courtine nomeia de formações imaginárias a relação entre posições objetivas e sua representação subjetiva:

A relação assim estabelecida entre os lugares objetivamente definidos, em formação dada, e a representação subjetiva desses lugares, em uma situação concreta de comunicação, propiciaram interpretações nas quais o elemento imaginário domina ou apaga determinações objetivas que caracterizam um processo discursivo. (Courtine, 2014, p. 49)

Nessa perspectiva, a AD evidencia como a contradição emerge: entre o que é dito e o que reverbera, há apagamentos históricos e não ditos que privilegiam a subjetividade. O locutor, incapaz de ordenar o próprio imaginário, apaga traços que permeiam seus dizeres. Assim, as CP recuperam elementos pré-construídos do interdiscurso que refletem lutas sociais e políticas (Courtine, 2014).

Portanto, ao abordar as CP em relação à liberdade de expressão e censura, reafirmamos que os discursos não são entidades isoladas, mas coexistem em tensão, marcados por historicidade, contradições e heterogeneidades.

Da semântica global para os vocábulos

Chegamos ao último pressuposto da AD adotado nesta pesquisa: o plano dos vocábulos, inserido na **Semântica Global** de Maingueneau (2008). Essa abordagem reforça que o sentido não se reduz ao texto em si, mas se constitui nas práticas discursivas, em diálogo com memória e história.

A semântica, enquanto estudo dos sentidos, envolve sempre uma ação reguladora das interpretações da realidade. Pêcheux (1995), retomando Schaff (1968), destaca:

[...] a linguagem é “[...] um sistema de signos verbais que serve para formular pensamentos no processo de reflexão da realidade objetiva pela cognição subjetiva e para comunicar socialmente esses pensamentos sobre a realidade, bem como as experiências emocionais, estéticas, volitivas, etc. [...]”. (Pêcheux, 1995, p. 19)

Nessa linha, Maingueneau (2008) enfatiza que os sentidos só existem em sistemas de restrições semânticas, definidos pela alteridade e pela identidade enunciativa. Assim, limitar a interpretação ao texto é ignorar a globalidade discursiva:

[...] a vontade de distinguir o fundamental do superficial, o essencial do acessório, leva a um impasse, na medida em que é a significância discursiva em seu conjunto que deve ser inicialmente visada. Não pode haver fundo, “arquitetura” do discurso, mas um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões. (Maingueneau, 2008, p. 76)

Com isso, compreendemos que os sentidos emergem de redes múltiplas, atravessadas pelo interdiscurso e pelas condições de

produção. Todo texto sobre liberdade de expressão, portanto, dialoga e se contrapõe a discursos de censura. Maingueneau (2008, p. 80) reforça essa ideia ao afirmar:

Não há muito sentido em falar do vocabulário desse ou daquele discurso, como se um discurso possuísse um léxico que lhe fosse próprio. De fato, o mais frequente é que haja explorações semânticas contraditórias das mesmas unidades lexicais pelos diversos discursos. O que quer dizer que a palavra em si mesma não constitui uma unidade de análise pertinente. (Maingueneau, 2008, p. 80)

Compreender essa instância dos vocábulos possibilita perceber em que a relação que os sujeitos se envolvem corrobora o sistema de restrições de um discurso para o outro discurso, porque nessa relação quem profere quaisquer dizeres está fadado a produzir seu pertencimento, e a corporificar sua posição no que compete ao sentido sobre o mesmo assunto. Indo além, o sentido que cada discurso impõe apaga a relação histórica do vocabulário, para que a exterioridade não emerga enquanto transpareça que o sentido total e absoluto esteja dentro da língua de forma absoluta.

Sobre isso, podemos relacionar sobre como as incompreensões sobre os dizeres da liberdade de expressão e da censura se mantêm oblíquas e competem para organizar uma forma de ver o mundo através da linguagem, onde o Outro parece desejar impregnar o vocabulário e os sentidos de forma dissonante. Essa incompatibilidade pode ser permeada pela exclusão, que indica que o Outro (a construção dele no imaginário) é incompatível com a verdade, ou ilegítimo. Questionar o lugar em que está o sentido, atravessado agora pelos vocábulos, pelo interdiscurso, e as CP, mostra que ele não está só nas palavras, mas também nos significados e nos sim-

bolismos que elas carregam, isto é, na compreensão e imposição de uma realidade.

Portanto, para a próxima seção, atentamos à necessidade de resgatar que esses termos não são compreendidos só na atualidade mas também na história, podendo trazer informações valiosas para captarmos o conflito sobre o fato de esses vocábulos balizarem um esquema que afere imposições uns sobre os outros.

Recuperando a historicidade dos termos

O itinerário estipulado até aqui nos trouxe à necessidade de investigar a interiorização do que envolve os efeitos de sentido do termo “liberdade de expressão” e do vocábulo “censura”. Nossa investigação se dará por intermédio dos fundamentos da AD. Não pretendemos, entretanto, cair num debate estritamente filosófico sobre os significados dessas expressões, mas sim sobre a forma como são interpelados, discursivamente, pelos seus funcionamentos e experiências. Para isso, buscamos a historicidade, qualidade que se refere ao que é histórico, que, desse modo, se mostra essencial para vislumbrar o fato de que, quando falamos, nesta pesquisa, de liberdade de expressão e censura, estamos pensando em parâmetros de liberdade de expressão. Esses parâmetros nos ajudam a entender que a rede interdiscursiva, e essas expressões, revelam práticas discursivas que se montam sobre perspectivas que não se encaixam nas discussões predefinidas de liberdade dentro de uma sociedade democrática.

Assim, coloca-se no plano deste trabalho um recorte das condições que moldam essas expressões e seus sentidos ao longo da história. Para isso, adotamos os princípios da interdiscursividade, das CP e dos vocábulos, respaldando-nos na tese de doutorado de

Oliveira (2019), que trata da história dessas terminologias, desde o período da Grécia antiga até a redemocratização do Brasil após a ditadura militar (1964-1985) e a promulgação da Constituição de 1988. Vamos analisar como esses eventos se entrelaçam com o impacto das redes de tecnologia.

Da historicidade da liberdade de expressão

Pensar a liberdade de expressão nesta pesquisa significa considerá-la como elemento constitutivo da identidade do sujeito, descentralizada e conectada a diversos discursos. Mais do que a transparência das palavras, importa sua função de legitimar posições e identidades.

A Constituição de 1988 garante a manifestação do pensamento no artigo 5º, inciso IV (Brasil, 1988), mas, como lembra Oliveira (2019), “a garantia política do significado de uma palavra não está no próprio termo, pois, ao contrário, os significados são sempre moldados e definidos por condições sociais e históricas específicas” (p. 28). Assim, a liberdade se vê atravessada por restrições históricas que delimitam quais dizeres cabem em uma democracia. Dialogando com Foucault, Oliveira (2019, p. 30) ressalta:

[...] conceber que em qualquer sociedade o “livre dizer” sofre controle, seleção, organização e redistribuição, por uma série de procedimentos, o problema já estava instaurado: pela proibição da palavra, quando alguns temas são interditados e outros positivados; pelas práticas divisoras que definem quem está apto a falar e ser ouvido e quem não está; por uma vontade de verdade que rege nossa vontade de saber e institucionaliza um dis-

curso verdadeiro em detrimento de outros; pelas disciplinas que estabelecem moldes desses discursos verdadeiros em uma época; pela rarefação promovida por meio dos rituais que tornam raros os sujeitos que têm as qualificações necessárias para pertencer aos grupos sociais; pelas doutrinas que ligam esse sujeitos a certos tipos de enunciados e proíbem outros; pelas sociedades do discurso que por se apresentarem como detentoras de algum tipo de saber são exclusivas a alguns poucos que podem se expressar no e por meio delas; pelos sistemas de publicação que restringem quem pode não só se expressar, mas publicar escritos nesses mesmos grupos organizados socialmente. (Oliveira, 2019).

Consequentemente, isso nos mostra uma das problemáticas que envolvem a pesquisa – se a liberdade de expressão está ligada à construção da identidade, então a sujeição a essa liberdade sugere que a identidade também está sujeita a algum controle. Esse cenário pode difundir a impressão de que a identidade está sujeita a vigilância ou controle, o que é denominado nesta pesquisa relações imaginárias de supervigilância. Isso implica que as pessoas podem sentir que estão sendo observadas ou julgadas com base em como praticam sua liberdade de expressão, o que, por sua vez, afeta a maneira como constroem e expressam sua identidade. Conforme Oliveira (2019, p. 40) observou, essas práticas de liberdade, muitas vezes vistas sem considerar suas historicidades, podem dar a impressão de que certas identidades são restringidas e depreciadas, enquanto outras são favorecidas e permitidas. No entanto, a realidade é mais complexa, já que, na atualidade, o direito aos parâmetros de liberdade para uma convivência comum prevalece sobre o direito ao dizer absoluto.

Isso só é possível porque a liberdade está ligada às dinâmicas de relações de poder. São essas dinâmicas que geram conflitos legais e burocráticos relacionados à preservação e à mudança dessa liberdade. Elas se utilizam de critérios que podem impor restrições ou limitações à expressão, visando manter a harmonia na sociedade. Portanto, não se deve encarar essa regulação como um ato antidemocrático. Nesse contexto, vale a máxima de Michel Foucault (1975, citado por Oliveira, 2019, p. 52): “quanto mais democracia, maior a vigilância”. Isso acontece porque a noção de liberdade está sempre em constante evolução, especialmente nas redes sociais. Portanto, é fundamental que haja cuidado ao debater o que envolve os sentidos dessa expressão, a fim de preservar a estabilidade do termo. No entanto, antes de darmos continuidade, o gesto agora é o de observarmos, por meio dos recortes históricos de Oliveira (2019), como podemos perceber essas relações dentro de um ambiente democrático.

A historicidade desse direito remonta à Grécia antiga, em que *demokratia*, *isegoría* e *parresía* estruturavam a vida política, embora restrita a poucos cidadãos, com punições severas para infratores (Oliveira, 2019). A Revolução Francesa consolidou a noção moderna de liberdade, associada ao bem comum, mas já trazia contradições internas que, como mostra Todorov (2012 *apud* Oliveira, 2019), podem fragilizar a própria democracia.

Na contemporaneidade, as redes sociais ampliaram a expressão individual, mas muitas vezes voltada ao ego e às emoções, sem compromisso com o bem público. Oliveira (2019) observa que tais manifestações carecem de regulação e produzem efeitos de exposição, humilhação ou censura informal nas plataformas. Assim, a liberdade se esvazia em práticas efêmeras, confundindo-se com a censura. Como sintetiza Todorov (2012, p. 179-180, *apud* Oliveira, 2019, p. 64):

O modelo democrático e igualitário, transposto mecanicamente do domínio político para a antropologia, do público para o privado, faz-nos ignorar as relações hierárquicas no seio da sociedade. Depois de 1968, declarou-se com frequência que é proibido proibir, esquecendo-se que não existe sociedade sem proibições, sem normas e, portanto, também sem subordinação. A frase “os homens nascem livres e iguais” procede de um espírito generoso e pode servir a objetivos louváveis, mas, no plano antropológico, é uma inverdade. Os homens nascem dependentes e fracos, só adquirem certas formas de liberdade e de igualdade quando se tornam adultos. Autonomia política não significa independência e autossuficiência sociais. Esse contrassenso nas representações age, por sua vez, sobre nosso mundo e destrói um pouco mais as relações de autoridade.

Portanto, mais do que definir, buscamos analisar como a liberdade de expressão, em diferentes momentos históricos, revela contradições. Hoje, quando difundida como absoluta nas redes, pode corroer práticas democráticas. Defendemos, assim, uma liberdade relativa, que dialogue e contemple a existência do Outro, em oposição ao risco de se converter em censura.

Da historicidade da censura

Assim como no exame da liberdade de expressão, buscamos aqui compreender os sentidos do vocábulo “**censura**”, mas com foco em sua trajetória recente. O termo se consolidou no século XX, sobretudo em contextos ditatoriais, quando o censor surgiu como mantenedor de discursos hegemônicos.

Oliveira (2019) retoma o debate iniciado por Possenti (1995),¹ que via no politicamente correto um modo de evitar injúrias linguísticas. Em sua tese, a autora analisa o glossário *Politicamente correto e direitos humanos*, criado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (2004). A iniciativa pretendia articular direitos e linguagem, mas foi criticada pela revista *IstoÉ* como forma de intervenção estatal. A discussão acabou reduzida a uma suposta oposição entre liberdade de expressão e censura, gerando ruídos políticos.

Oliveira (2019) também mostra que, a partir de 2010, propostas de regulamentação da mídia dividiram opiniões: para uns, eram censura; para outros, formas de democratizar a voz de grupos marginalizados. Essa tensão revela que a relação entre liberdade e censura antecede a era digital, enraizada na própria vulnerabilidade democrática.

O dicionário *Oxford languages*² define censura como “análise, feita por censor, de trabalhos artísticos, informativos etc., gerados com base em critérios morais ou políticos...” – formulação que dialoga com o passado brasileiro. Como lembra Oliveira:

1 Em seu artigo, o autor fala sobre a disputa de termos pejorativos por equivalentes não pejorativos. Ele pontua que essa era uma pauta do interesse de grupos marginalizados em 1995 que querem reivindicar a forma como termos racistas, homofóbicos e misóginos performatizam relações de submissão. Possenti dialoga com a complexidade da situação, visto que há termos que se perdem em mais de uma etimologia e que, portanto, se apresentam como incógnitas, que podem ou não ser injuriosos, sobre uma dupla face: “ao mesmo tempo, ela depende dos discursos nos quais aparecem os meios de expressão e em grande parte é ela que os faz serem os discursos que são” (Possenti, 1995, p. 132).

2 Resultado de “censura dicionário” na barra de pesquisa do Google. Acesso em: 9 out. 2023.

[...] a censura instaurada durante o regime militar está registrada na história do Brasil como exame oficial de obras ou escritos a fim de controle total da expressão, interditando previamente publicações por meios institucionais legais – o Ato Institucional n. 5 (AI-5/1968) é o decreto que dá materialidade a esta institucionalização que previa intervenções e sanções extremas à liberdade de expressão, artística e de pensamento. (Oliveira, 2019, p. 77)

A dicotomia entre a definição dicionarizada de censura, envolvendo análise moral ou política, e sua conotação histórica no regime militar, destaca a complexidade do termo e a importância de considerar seu contexto ao longo do tempo. Esse contraste se mostra pertinente para pensarmos sobre a interpretação do glossário em 2004 e da proposta de regulação midiática em 2010. Nas duas propostas o tom do debate é subvertido do pedagógico e plural para o prescritivo. Isso nos leva a outra contradição – lidar com os dispositivos legais sobre parâmetros de liberdade está para o imaginário, da antagonização política, de ser impedido por um censor. Além disso, esses imaginários podem se radicalizar quando os monopólios de informação se posicionam contra os debates sobre atribuições e regulamentações legais impostas a eles.

Portanto, para explorar como a relação desses monopólios de informações impulsiona os imaginários sobre os preceitos da tomada de palavra, de qualquer um “pode dizer”, “quer dizer” e “deve dizer”, buscamos colocar em xeque o segundo paradoxo desta pesquisa: os ambientes público-privados, que se beneficiam do esvaziamento dos debates do bem comum para capitalizar sobre a exacerbação da experiência da expressão individual – em outras palavras, das vidas privadas.

Da produção de sentidos nos ambientes público-privados

Depois de analisar os vocábulos, refletimos agora sobre os usos das palavras atravessados pelo capital nas redes. Esse imaginário envolve signos, imagens, sons e textos que moldam a percepção social. Na contemporaneidade, tais sentidos estão ligados às mudanças da esfera pública em sociedades capitalistas, como discute Bucci em *A superindústria do imaginário* (2021).

O autor mostra que a **instância da palavra impressa**, predominante no século XX, cedeu lugar à **instância da imagem ao vivo**, no século XXI, marcada pela disseminação global, exploração do ego e constante disponibilidade online. Ao tratar do capital, Bucci (2021) ressalta que a comunicação não decorre de planos maliciosos de elites, mas das contradições próprias da vida social. Assim, compreender a esfera pública é compreender os padrões comunicacionais hegemônicos.

Em diálogo com Habermas (1997), Bucci (2021) explica que a esfera pública não antecede a comunicação, mas constitui-se com ela: “é uma realidade comunicacional” (Bucci, 2021, p. 54), originada no comércio e reivindicada pelo mercado. A imprensa, instância da palavra impressa, contribuiu para ideais democráticos, mas a internet transformou a liberdade em mercadoria, ao “agregar audiências” (p. 60) e comercializar privacidades. Como sintetiza Bucci:

Não por acaso, quando temos esferas públicas consolidadas na instância da imagem ao vivo e potencializadas pelas redes digitais, as relações de mercado também precedem e determinam as formas comunicacionais. Basta olharmos para as tão incensadas plataformas sociais: se elas aglu-

tinam multidões, não o fazem porque têm uma vocação virtuosa de oferecer painéis racionais para a resolução de problemas de ordem pública, mas simplesmente por uma estratégia do capital: trata-se de uma operação voltada a mobilizar sujeitos por meio de paixões e pulsões para, em seguida, extrair deles olhar e dados pessoais, dois fatores que concentram valor econômico. (Bucci, 2021, p. 56)

Esse processo gera a contradição central: se o espaço público é conduzido pelo mercado, o que resta de público nele? Bucci observa:

De um lado, existe aí uma apropriação privada, e em escala global, dos espaços sociais públicos gerados pela comunicação, com públicos imensos confinados em ambientes controlados, geridos pelas corporações privadas. De outro, existe aí uma grande massa de indivíduos que imprime a esses mesmos ambientes, controlados por conglomerados privados, um caráter eminentemente público em sua relevância social. As plataformas sociais são, portanto, simultaneamente, espaços públicos e espaços privados. [...] São propriedades de empresas privadas e, ao mesmo tempo, são espaços que pleiteiam, cada vez mais, garantias individuais (como as de liberdade de expressão e de privacidade pessoal) de caráter público (asseguradas pela norma constitucional dos países democráticos). (Bucci, 2021, p. 128)

Finalizando, notamos que as plataformas sociais se destacam como espaços híbridos, simultaneamente controlados por empresas privadas e palcos de reivindicações por garantias individuais de natureza pública, gerando uma complexa interseção entre o privado e o público. Nessa relação, onde a opinião pública é su-

bordinada a esse espaço mantido e administrado pelas *big techs*,³ precisamos reatar com o “mito da democracia” (Bucci, 2021, p. 91), pois desistir dele seria “abdicar do pensamento em favor da lógica do capital” (Bucci, 2021, p. 92). Mesmo que esses espaços possam ser originalmente privados, destacamos a necessidade de que as práticas de expressão e identidade sejam plurais dentro desses espaços, e pertinentes no que se refere à garantia e manutenção da liberdade de expressão para uma coexistência.

Procedimentos metodológicos

Para observar as contradições entre o vocábulo e a expressão e suas histórias levantadas nesta pesquisa, criamos um *corpus* dividido em duas fases. O cenário de polarização em torno do entendimento desses termos influenciou a formação desse *corpus*. Em maio de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou um inquérito que solicitava a remoção completa de anúncios, textos e informações veiculados pelos principais meios de comunicação das grandes empresas de tecnologia. Eles foram acusados de atacar o Projeto de Lei (PL) 2630, denominando-o “PL da Censura”. O ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito, fundamentou seu argumento em uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos de Internet e Mídias Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essa pesquisa destacou o suposto abuso de poder econômico e a influência das grandes empresas de tecnologia na manipulação ilegal da opinião pública por meio dos resultados de buscas (STF, 2023b). Nesse contexto, a análise da nossa

3 As *big techs* são as empresas de tecnologia que detêm o maior acúmulo de capital do mundo. As três mais ricas são Apple, Microsoft e Google. Seus valores de mercado, em dólar, eram, em 2023, respectivamente: 2,75 trilhões, 2,31 trilhões, 1,34 trilhão (Bornelli, 2023).

pesquisa ocorre no desdobramento subsequente a esse inquérito, o conflito entre o Telegram e o STF, especialmente em relação à votação do PL 2630 na câmara dos deputados. O primeiro recorte se trata do disparo de mensagens contrárias ao PL enviadas pelo Telegram aos seus usuários no dia 9 de maio de 2023, e o segundo recorte considera outro inquérito decidido pelo STF em resposta às mensagens veiculadas, que foi publicado no dia seguinte, 10 de maio de 2023. O Telegram, um aplicativo de mensagens russo criado em 2013, é conhecido por competir com o WhatsApp, com uma missão⁴ centrada na criação de um ambiente de liberdade e privacidade para seus usuários em todo o mundo, que somam mais de 1 bilhão. Ele permite a criação de grupos e comunidades com mais de 200 mil participantes.⁵

Em 15 de maio de 2023, a *BBC News Brasil* divulgou uma notícia intitulada “Como o STF pode regular as plataformas digitais após o impasse no PL das fake news” (Schreiber, 2023). Nessa ocasião, destacaram-se dois motivos principais: o adiamento da votação do PL 2630 na Câmara dos Deputados e, sobretudo, a crescente demanda da sociedade civil por regulamentações mais rigorosas para combater a disseminação e a organização de conteúdos ilegais e criminosos. Esses conteúdos estavam associados a violentos ataques a várias escolas no país, bem como ao uso excessivo de notícias falsas durante as eleições de 2022 e às organizações por trás dos ataques ao Estado democrático de direito em 8 de janeiro de 2023. Isso levou a uma divisão na opinião pública, com alguns defendendo a necessidade de regulamentações mais rígidas

4 Essa informação pode ser encontrada no *site* do próprio Telegram. Disponível em: <https://telegram.org/faq>. Acesso em: 3 nov. 2023

5 O que é o Telegram? Saiba como funciona o aplicativo. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/04/27/o-que-e-o-telegram-saiba-como-funciona-o-aplicativo.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2023.

para combater tais crimes enquanto outros temiam que as novas regras pudessem limitar a liberdade de expressão. Além disso, as grandes empresas de tecnologia, as *big techs*, também utilizaram suas plataformas para se opor a essas mudanças, já que o PL previa punições mais severas e multas mais altas para essas empresas.

Portando, devido a esse contexto, o assunto encabeçou uma maré de discussões, ganhando relevância para analisarmos o que se refere aos vocábulos “liberdade de expressão” e “censura” nesse embate. Para analisar os efeitos de sentidos de vocábulos e expressões em relação à historicidade, há de recortar usos que possibilitam chegar aos nossos objetivos. No teleespaço público-privado, o uso da liberdade de expressão e da censura tem ganhado diferentes contornos, relações, oposições e confrontos entre si por conta de uma história política em constante conflito que se vê no Brasil, que passou por ditaduras, eleições polêmicas e períodos de polarização. Esse recorte feito é emblemático, pois se constitui em um momento de grande polêmica, em que as expressões são temas também, e condensa uma série de revisões e debates sobre a própria história.

Os dois discursos analisados seguem a ordem cronológica dos acontecimentos que se sucederam no mês maio de 2023. A princípio, a instrução é ver como esses discursos se organizam em relação ao interdiscurso e às condições de produção, e em que contextos eles se inserem. Logo, o próximo passo é analisar a cena que emerge quando colocamos a historicidade levantada no referencial teórico em frente a essas produções, destacando, portanto, como essa historicidade determina os efeitos de sentido, enquanto se evidencia a contradição no dizer imediato. Nesse movimento, relacionaremos e resgataremos também de que forma o ambiente paradoxal público-privado se conecta na conjuntura total desses mesmos discursos.

No primeiro recorte, é recuperada a mensagem disparada pelo próprio Telegram no dia 09/05/2023. Percebe-se um posicionamento que coloca o aplicativo a favor da liberdade de expressão e contra a censura, sem, no entanto, desenvolver junto à abordagem o que configura liberdade de expressão e censura para o PL 2630/2020, e encaixa o governo como beneficiário do projeto de lei. O governo vigente aparece como contrário ao posicionamento do Telegram, aparecendo a favor da censura e contrário à liberdade de expressão.

Análise

Discurso 1: Recorte da mensagem disparada pelo Telegram

O Brasil está prestes a aprovar uma lei que irá acabar com a liberdade de expressão. O PL 2630/2020 dá ao governo poderes de censura sem supervisão judicial prévia.

Para os direitos humanos fundamentais, esse projeto de lei é uma das legislações mais perigosas já consideradas no Brasil.

A democracia está sob ataque no Brasil. [...]

[...] O projeto de lei exige que as plataformas monitorem as comunicações e informem as autoridades policiais em caso de suspeita de que um crime tenha ocorrido ou possa ocorrer no futuro.

Isso cria um sistema de vigilância permanente, semelhante ao de países com regimes antidemocráticos (Irineu, 2023).

A articulação no primeiro parágrafo do recorte 1 se pauta na existência de uma liberdade de expressão que terminará caso o PL seja aprovado, pois, evitando uma análise justa do exercício dessa liberdade, exclui a presença dos outros poderes institucionais e “oferece” capacidades de um censor oficial e legal para o governo. Partindo do contexto imediato da publicação, sobressai

um posicionamento que traz consigo a historicidade da censura durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), que previa intervenções extremas e diretas sobre todas as produções artísticas, políticas e informativas que não se alinhassem com os ideários da ditadura militar, descrito no discurso do Telegram como “ataque à democracia”. Adiante, apesar do contexto de polarização política que promove discursos de ódio e a fragmentação das noções de democracia, no discurso do aplicativo transparece a prioridade de apontar o PL 2630 como o “mais perigoso”, subordinando o contexto que ele se insere, na tentativa de impactar a opinião dos seus usuários. Essa questão reflete a influência do aplicativo sobre a opinião pública, e retoma a noção pública-privada que essas redes de comunicação carregam e difundem. Além disso, é possível resgatar, como base argumentativa desse recorte, a autoridade do PL, que incoerentemente “exige”, em vez de legislar, e a menção aos direitos humanos, os quais estão ligados a pressupostos internacionais de liberdade de expressão em sociedades ocidentais.

Os efeitos de sentido observados na declaração da empresa não reverberam apenas na superfície do texto, mas na sua sutileza, velando as oposições e os conflitos entre os termos “liberdade de expressão” e “censura”. O Interdiscurso que constitui essas expressões se imprime por elipse, já que o Telegram, para conferir o sentido desejado a essas palavras, permeia os sentidos com uma identidade relevante e coerente com seu posicionamento. O aplicativo coloca “liberdade de expressão” em oposição completa a “censura”, ou seja, na sua constituição de sentido, uma suprime a outra para existir.

No posicionamento do aplicativo também emerge uma contradição pelas CP no que diz respeito à historicidade. A passagem da história, marcada por momentos de governos autoritários e ditatoriais, molda nossa compreensão atual de como a democracia funciona e como o pensamento democrático se desenvolve. No

entanto, vemos que a contradição não é da atualidade. Na Grécia antiga, as atribuições que envolviam participação, igualdade e tomada de palavra só eram usufruídas se o sujeito fosse considerado cidadão. Na cunhagem da Revolução Francesa, os ideais não refletiam as práticas de liberdade, pois a liberdade estava condicionada às relações de mercado, ao capital, o que, de certa forma, permanece válido até hoje. Dessa forma, a contradição que sustenta o discurso do Telegram retoma um contexto global da ditadura militar, mas o desenrolar dos seus sentidos existe apenas na oposição dos vocábulos. No imaginário do leitor, surge: “Você, usuário do Telegram, é a favor da liberdade de expressão? Ou é a favor da ‘censura’ do governo federal que será aprovada pelo STF?”. O maniqueísmo do posicionamento do Telegram legitima sua posição como questionador da liberdade de expressão e defensor dos direitos humanos. No entanto, ele falha em refletir sobre o termo e não aborda os eventos recentes que levaram à votação do PL 2630. O posicionamento se contradiz ao omitir uma complexa rede de interesses, na qual as empresas de comunicação desempenham um papel significativo, influenciando a forma como a liberdade de expressão é entendida e praticada na contemporaneidade.

Seguindo esse raciocínio, observamos que os interesses que moldam a liberdade de expressão estão ligados à circulação de mensagens em massa, que, esvaziadas pelas noções de individualidade por meio de gatilhos passionais, geram lucro para as empresas que trabalham com comunicação. Esses gatilhos incluem elementos como ódio, sensacionalismo, apelações emocionais e conteúdo segregador, promovendo, assim, uma narrativa que busca a identificação imediata em detrimento do debate racional do bem comum (Bucci, 2021). O Telegram, uma empresa que capitaliza pela troca de mensagens, alinha-se com noções de liberdade que fogem das responsabilidades atribuídas a outros meios de comunicação no Brasil, desviando-se também da própria noção de

democracia ao promover a máxima da privacidade e da liberdade e difundir suas perspectivas diretamente entre seus usuários. Na totalidade da mensagem, o aplicativo incita o questionamento da legitimidade do Estado ao compará-lo a países com regulações antidemocráticas (sem mencionar quais países são). Logo, a história desses termos discutidos, aqui, na pesquisa, direciona para o fato de que os sentidos que essas palavras carregam são atravessados por perspectivas de liberdade que constituem o sujeito e sua relação imaginária com o mundo, ou seja, o que o sujeito observa da incapacidade ou ausência de exercício de sua liberdade, compreende como censura.

A contradição é vista não apenas pela sua própria constituição, mas também pelos posicionamentos demarcados que aparecem para conflitar com o discurso do Telegram. Para isso, recorremos ao nosso segundo recorte. A fundamentação da decisão do Ministro Alexandre de Moraes em resposta aos disparos de mensagens do Telegram foi publicada em matéria no portal oficial do Supremo Tribunal Federal (2023a) em 10 de maio de 2023: “STF determina ao Telegram remoção de mensagens contra a PL das Fake News”.

Discurso 2: Recorte da decisão do Ministro do STF Alexandre de Moraes

A Constituição protege a liberdade de expressão no seu duplo aspecto: o positivo, que é exatamente “o cidadão pode se manifestar como bem entender”, e o negativo, que proíbe a ilegítima intervenção do Estado, por meio de censura prévia.

O texto constitucional não traz permissivo constitucional para restringir a liberdade de expressão no seu sentido negativo, ou seja, para limitar preventivamente o conteúdo do debate público em razão de uma conjectura sobre o efeito que certos conteúdos possam vir a ter junto ao público, ou seja, **VEDA-SE A CENSURA PRÉVIA**.

A Constituição Federal, entretanto, consagra no tocante à liberdade de expressão, em seu aspecto positivo, a **VEDAÇÃO AO ANONIMATO e POS-**

TERIOR RESPONSABILIDADE CIVIL, ADMINISTRATIVA E CRIMINAL pelo conteúdo difundido, além da previsão do direito de resposta.

[...] **Os provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada devem absoluto respeito à Constituição Federal, à Lei e à Jurisdição Brasileira.**

A dignidade da pessoa humana, a proteção à vida de crianças e adolescentes e a manutenção dos Estado Democrático de Direito estão acima dos interesses financeiros dos provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada! (Inquérito Federal n. 4.781. 10/05/2023, grifos do autor).

De acordo com esse recorte, as perspectivas trazidas pelo Telegram entram em conflito com as do STF, e essa contradição pode atualizar a forma como os sujeitos aferem sentido a esses termos. O ministro se posiciona a partir do seu cargo adjunto da Constituição, como aparato legitimador do seu dizer, e, com essa voz de autoridade, partilha de sua interpretação do que vem a ser o termo *liberdade de expressão* e o que se entende do vocábulo *censura*. Seu posicionamento questiona a abordagem do Telegram sobre o assunto, deixando evidente o caráter sensacionalista e hiperbólico do discurso com o objetivo de persuasão dos usuários. Primeiramente, no recorte, o ministro se refere as duas dimensões da liberdade de expressão em dois aspectos, contrariando a abordagem do Telegram, e fundamentando como essa expressão é compreendida pelo judiciário brasileiro. Um se distingue pela característica do direito de expressar opiniões, crenças e ideias, enquanto o outro reafirma que o estado deve respeitar e proteger esse direito, impedindo a censura-prévia, em outras palavras, resgatando também uma historicidade de censura da ditadura militar brasileira, que previa intervenções diretas em vários tipos de produções públicas.

Em seguida, o discurso do ministro contrasta com o do Telegram, complementando os sentidos dos termos em questão, e evitando entrar numa relação interdiscursiva de completa oposição.

Pelo discurso do ministro, a liberdade de expressão, embora fundamental, não é absoluta na leitura da legislação da Constituição Federal de 1988 (doravante CF de 1988). Isso implica a identificação do autor e responsabilidades pelos discursos, sem se confundir com a censura da ditadura no Brasil. Os últimos dois períodos do inquérito opõem-se à amplitude do texto do Telegram, que, em seu posicionamento com base nos direitos humanos fundamentais, invisibiliza as violências e vulnerabilidades que afetam crianças e adolescentes no Brasil e ignora as tentativas de desestabilizar o Estado democrático de direito. O discurso do STF denuncia a responsabilidade e o abuso de poder, visto que o posicionamento do Telegram, também, é motivado por interesses financeiros.

Comparando os dois recortes, a contradição das CP se revela entre os posicionamentos, como pode ser visto no organograma a seguir:

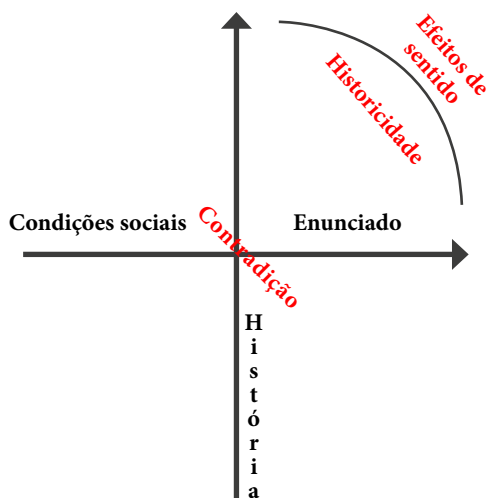


Figura 1 – Organograma das condições de produção.

Fonte: Cano, Pena (2021)

Por meio dessa relação, percebe-se a contradição na maneira como os vocábulos significam e imprimem sentidos. As práticas sociais que interpelam e condensam os sentidos que emanam do termo “liberdade de expressão” e do vocábulo “censura” estão no laço vertical da história, enquanto ambos os posicionamentos se encontram no laço horizontal.

A argumentação do Telegram, sob seu caráter empresarial, faz a manutenção da própria perpetuação em favor da indústria que extrai o olhar digital, e maximiza a individualidade sobre tudo. Isso ocorre por meio da organização livre de grupos, da ênfase na privacidade e na troca de mensagens. Esse feito promove uma assimilação das ideias de liberdade da empresa para os seus usuários, gerando esquecimento e falta de reflexão sobre como cada sujeito pensa a respeito da própria liberdade. Enquanto isso, o posicionamento do STF permeia uma construção que reavalia como esse direito é formulado perante a CF de 1988, e como ele deve ser re-interpretado para não fragilizar a existência do Estado brasileiro. Então, o que se demonstra nesse embate é a contradição, que se manifesta pela disparidade que compete por uma atribuição única de sentido, pois, pelas condições sociais e pelo que corporifica o sentido, ambos estão defendendo um uso, um sentido, uma existência atravessada pelo termo “liberdade de expressão”, e inversamente, pelo termo “censura”.

Lendo o organograma no contexto imediato, as condições sociais que envolvem a produção dos discursos do Telegram, quando confrontadas com o contexto histórico e ideológico, acabam subvertendo a noção de historicidade em favor dos interesses das grandes empresas de tecnologia. Isso fica evidente, quando observamos a emergência da oposição entre “liberdade de expressão” e “censura” no contexto do PL 2630. Parece que essa oposição se restringe a um interesse puramente contemporâneo, desconsiderando seu papel em debates históricos, que atravessam a história da humanidade e se adaptam às demandas

de cada época. Na nossa época, esse debate sobre liberdade de expressão e censura se concentra em questões como as da violência, do discurso de ódio e das fake news, e seus impactos na sociedade, bem como no fato de que a impregnação dessas questões pode levar à fragmentação da democracia de maneira alarmante, muitas vezes sem que percebamos.

Esses efeitos de sentido são o terreno onde os sujeitos na história se movem, mas estes frequentemente perdem o foco sobre o que exatamente estão discutindo. Embora pareça que ambos os posicionamentos estão abordando o mesmo tema, as diferentes compreensões da realidade, dentro de suas estruturas imaginárias distintas, levam a divergências profundas. O Telegram parece limitar a historicidade a um único ponto, fazendo jus aos seus interesses, e contribuindo para que os sentidos dessas palavras dependam exclusivamente do PL, enquanto o STF resgata a história nacional e as diretrizes estabelecidas na CF de 1988 como base para seu posicionamento.

Possíveis efeitos de sentido encontrados nas contradições do corpus analisado

Constatamos, a partir da análise realizada, que a contradição vista nos embates entre os posicionamentos que competem para atribuir sentidos aos termos são inerentes ao funcionamento, às condições de produção do “livre dizer”. Em todos os momentos históricos recuperados, há contradições sobre a participação, igualdade e tomada de palavra, tanto pela forma como as sociedades se estruturavam quanto pelas contradições inerentes aos contextos sócio-históricos. O discurso do Telegram não é exceção. O aplicativo, ao argumentar na sua rede interdiscursiva sobre o fim da liberdade de expressão, suprime a totalidade da his-

toricidade associada ao termo “liberdade de expressão” e a opção completamente ao vocábulo “censura”, inserindo sentidos no espaço potencial da coerência da própria lógica econômica, que se mantém pelas paixões, pelas pulsões e pelos dados pessoais de seus usuários. Dessa forma, recuperando o fato de que a noção de liberdade está ligada à forma de existência, apontamos que a liberdade de expressão para as *big techs*, dentro da lógica em que essas empresas se estruturam, é sustentada pela comercialização das interações humanas.

O inquérito do STF contraria a formulação do aplicativo. O ministro enfatiza que a compreensão do Telegram sobre a necessidade vital de liberdade é alimentada por discursos passionais, que, por sua vez, apoiam a violência contra crianças e adolescentes, as organizações antidemocráticas e a disseminação de pós-verdades. O contra-argumento coloca em conflito as próprias concepções de democracia. Isso ocorre porque, partindo do pressuposto de que em uma democracia a tomada de palavra e a participação no espaço público onde a empresa se constitui são essenciais para promover o bem comum e, desse modo, evitar a fragilização contínua desse teleespaço, optar por não exigir a monitoração de crimes de ódio ou violência vai contra os princípios democráticos. Dessa maneira, o ministro nega a proposição de censura do Telegram e gera um impasse nas ideias sobre democracia.

Em virtude disso, pensamos que, quando as expressões e vocábulos são esvaziados de suas práticas históricas, eles tendem a produzir sentidos que caracterizam discursos hegemônicos, esses que podem produzir estados da violência.⁶ Esses discursos muitas

6 Os estados de violência são relativos à agressão moral, à hegemonia de classes, ao constrangimento, às mortes provenientes de falta de cuidados médicos, de saneamento básico, de fome e da pobreza (Cano, 2012, p. 26).

vezes contradizem os ideais democráticos, pois atualmente enfatizam mais características individuais do que coletivas. As ênfases individuais, num movimento paralelo, favorecem a perpetuação desses ambientes. Portanto, observamos um sintoma que nos leva de volta ao debate sobre a regulamentação dessa paradoxalidade, que gera incertezas na gestão do espaço público, bem como sobre as maneiras como as mutações de dada sociedade capitalista, favorecendo a abdicação do pensamento, afetam a própria concepção de humanidade.

Conclusão

Traçamos nesta pesquisa, por meio dos aparatos teóricos e da análise, um caminho para compreender as contradições das disputas de significados dos termos “liberdade de expressão” e “censura” na atualidade. Usamos dos estudos da Análise do Discurso, por meio das categorias do Interdiscurso, das Condições de Produção e dos planos dos Vocábulos dentro da Semântica Global, para explorar as constituições dos sentidos dessas palavras. A partir disso, recorreremos a um estudo da historicidade do que essas palavras significam em diferentes momentos, para que fosse possível, também, diagnosticar, de forma geral, como elas são compreendidas na atualidade, visto que o embate de sentidos se acentua cada vez mais na era digital, não só pelos usuários das redes sociais, mas também por instituições, públicas e privadas, que assimilam o interesse público ao privado.

O Interdiscurso revelou-se crucial para explorar as interseções de “liberdade de expressão” e “censura” na atualidade, revelando diferenças nas interpretações. Esses aspectos se confundem, obscurecendo a essência dessa relação, centrada na liberdade para a coexistência em uma democracia. Utilizamos as Condições de

Produção para investigar as questões sócio-históricas que moldam esses termos desde a Grécia antiga até os ideais da Revolução Francesa e o presente. Notamos que, enquanto as noções de liberdade têm raízes antigas, “censura” surgiu em sociedades mais modernas reguladas por Estados, influenciadas por ditaduras militares e censores midiáticos.

Assim, quando gesticulamos o que interpelou e interpela essas palavras nesta pesquisa, estamos, por meio de vocábulos, retomando quem fala, quando fala e por que fala, pois essas atribuições se respaldam no que corporifica e legitima esses dizeres – em outras palavras, no sentido que está impresso na palavra por quem está as proferindo. Com isso tudo elaborado, para analisar o *corpus*, buscamos compreender também a dinâmica de circulação de informações dentro de espaços público-privados que comportam milhares de usuários e fomentam a assimilação dos seus interesses: a definição desses termos para o seu público.

Dito isso, o primeiro recorte, em que analisamos a proposição do aplicativo Telegram sobre o PL 2630, traz consigo a legitimidade da manifestação de opinião, do poderio do ego e da privacidade, trabalhando para que seu léxico de “liberdade de expressão” se oponha a “censura”, sob um apagamento constitutivo do que configura censura. No segundo recorte, o posicionamento do STF, de forma geral, questiona o posicionamento do aplicativo como contraditório, pois não considera o que envolve a totalidade do contexto do PL 2630 nem a noção do termo perante a CF de 1988. Esse embate nos mostra que os diferentes contextos que envolvem as palavras disputam pelos sentidos destas.

Diante dos objetivos desta pesquisa, esse trajeto nos fez chegar à conclusão de que o funcionamento dos efeitos de sentido de onde emergem os sujeitos comprometidos com os discursos de ódio e violentos também está paralelamente ligado e mobilizado aos in-

teresses comerciais, pois é propriamente nos discursos mais passionais que é possível concentrar maior valor econômico.

Concluindo, notamos que essa contradição entre os discursos é constitutiva dos próprios dizeres, para que seja possível comunicar a intenção em certos contextos. Entretanto, é necessário pensar sobre o que configura o entendimento dessas palavras, pois são elas que produzem sentidos para a existência humana; logo, esses vocábulos precisam estar mais alinhados a padrões de coexistência do que ao que emana de ideais absolutos. Observamos que a esfera pública, que supostamente resguarda o que é de interesse público, é tomada naturalmente pelos interesses privados, justamente por conta do individualismo passional que se alinha aos interesses econômicos das empresas de tecnologia. Todo esse desenrolar, fomentado pelas plataformas digitais, se aproveita do caráter democrático para questionar a legitimidade da própria democracia.

Referências

- BORNELI, Junior. Apple, Google e mais: quantos milhões as big techs ganham por hora?. *StartSe*, 8 maio 2023. Disponível em: <https://www.startse.com/artigos/volume-de-receita-por-hora-das-big-techs>. Acesso em: out. 2023.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: set. 2023.
- BUCCI, Eugênio. *A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível*. Autêntica, 2021.
- CANO, Márcio R. O. *A manifestação dos estados de violência no discurso jornalístico*. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

- CANO, Márcio R. O; PENA, Luana N. Os processos enunciativos na análise do discurso e a formação do leitor. In: CARREIRA, Rosângela A. R.; OLIVEIRA, Wéber F.; ELIAKIM, Jonatas (org.). *Discurso em perspectiva*. São Paulo: Blucher, 2021. p. 195-214. Disponível em: <https://www.blucher.com.br/discurso-em-perspectiva>. Acesso em: set. 2023.
- COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político*: discurso comunista endereçado aos cristãos. São Paulo: EdUFSCar, 2014.
- IRINEU, Beatriz. Telegram envia mensagem a usuários com críticas ao PL 2630 das fake news. *Diário do Nordeste*, 9 maio 2023. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ponto-poder/telegram-envia-mensagem-a-usuarios-com-criticas-ao-pl-2630-das-fake-news-1.3366931>. Acesso em: out. 2023.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- O QUE é o Telegram? Saiba como funciona o aplicativo. *G1*, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2023/04/27/o-que-e-o-telegram-saiba-como-funciona-o-aplicativo.ghml>. Acesso em: out. 2023.
- OLIVEIRA, Hulda G. *Liberdade de expressão em democracias*: discursos e sujeitos em redes de comunicação. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.
- ORLANDI, Eni. *Análise do discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni P. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- POSSENTI, Sírío A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 3, n. 2, p. 123-140, 1995.
- SCHREIBER, Mariana. Como STF pode regular plataforma digitais após impasse no PL das Fake News. *BBC News*, 15 maio 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4nw53753pno>. Acesso em: out. 2023.
- SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Politicamente correto e direitos humanos*. Pesquisa e texto de Antônio Carlos Queiroz. Brasília, DF, 2004. Disponível em: https://www.dh-net.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf. Acesso em: 25 maio 2026.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *Inquérito 4.781* – Distrito Federal. Relator: Min. Alexandre de Moraes. Autor(es): sob sigilo. Advogado(s): sob sigilo. Brasília, DF, 26 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/mandado27maio.pdf>. Acesso em: out. 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. *STF determina ao Telegram remoção de mensagens contra a PL das Fake News*. Brasília, DF: 10 maio 2023a. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=507036&ori=1>. Acesso em: out. 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). *STF determina remoção de anúncios com ataques ao PL das Fake News*. Brasília, DF, 2 maio 2023b. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=506578&ori=1>. Acesso em: 19 out. 2023.

TELEGRAM. Perguntas Frequentes (FAQ). *Questões Gerais*. Disponível em: <https://telegram.org/faq>. Acesso em: out. 2023.

As estratégias de adaptação de obras literárias clássicas em *reels* do Instagram

Ricardo Celestino

Cibele Rodrigues do Nascimento

Este capítulo tem como tema o estudo das estratégias de adaptação de obras literárias clássicas para o formato de *reels* do Instagram, especificamente no canal Aff The Hype. O objetivo central é analisar como a obra *A metamorfose*, de Franz Kafka, é adaptada para o conteúdo de vídeos curtos e dinâmicos, característicos dessa plataforma.

O estudo busca compreender as estratégias de adaptação dessas obras, investigando o lugar da literatura em um mundo cada vez mais mediático, em que o texto literário é adaptado para ambientes digitais, como o Instagram, que mescla a cultura do livro impresso com novas formas de comunicação. Além disso, examina-se como a experiência de leitura se transforma em mídias de estímulos intersemióticos, como os *reels*, e o seu impacto na percepção e no consumo da literatura. A justificativa para este estudo baseia-se na observação de que, conforme apontado por Abidin,

Highfield e Leaver (2020), o Instagram tem redesenhado práticas culturais, incluindo a literatura, que se adaptam ao espaço digital onde o texto se torna legenda.

Para Candido (2011), a literatura é um direito básico com papel civilizador. No contexto digital, compreendemos que ela segue a ordem dos algoritmos e visualizações, transformando-se em manifestações que ultrapassam o papel e viralizam em telas de *smartphones*. Esse movimento de curtidas e compartilhamentos não desqualifica a literatura; ao contrário, reforça seu papel comunicativo em redes sociais. A interação dos usuários com conteúdos literários no Instagram, por meio de curtidas, comentários e compartilhamentos, é impulsionada por algoritmos que ampliam o alcance desses conteúdos. As *hashtags* e a criatividade visual são ferramentas essenciais para o engajamento, enquanto os *reels* oferecem uma plataforma para narrativas curtas e impactantes.

O sucesso de vídeos como “Clássicos da literatura resumidos para caberem no *reels*: *A metamorfose*”, que alcançou 413 mil visualizações, demonstra o crescente interesse do público por conteúdos literários adaptados para o Instagram. Esse fenômeno sugere a possibilidade de futuras minisséries de adaptações literárias em *reels*, ampliando ainda mais o alcance da circulação de discursos literários nas redes sociais.

A fundamentação teórica deste artigo considera que a adaptação literária é um processo de transcodificação de signos, convertendo um sistema impresso em representações orais, escritas ou imagéticas. Segundo Hutcheon (2013), a adaptação é uma passagem “transcultural”, assumindo novos significados em diferentes mídias e línguas. Esse processo é complexo e sutil, atraindo públicos diversos. Roteirizar não é apenas transcrever o livro, mas um trabalho autoral que informa e ressignifica a obra original. Comparato (2009) afirma que “o roteiro é o princípio de um processo

visual e não o final de um processo literário”. A adaptação requer recriação por meio de falas, situações ou lugares, e o grau de conteúdo extraído interfere no nível de concretude da obra adaptada.

Em suma, este artigo busca aprofundar a compreensão das adaptações literárias para *reels*, contribuindo para o debate sobre a literatura em ambientes digitais e suas novas formas de expressão e consumo.

Literatura e Instagram: livros e algoritmos em rede

A pergunta “afinal, o que é literatura?” ressoa através dos séculos, desafiando críticos, filósofos e leitores. Seria ela meramente uma forma de cultura, um ofício da linguagem transformado em arte ou aquilo que cada indivíduo reconhece como literário – um manuscrito esquecido na gaveta, uma história contada pelos pais antes de dormir – ou a grandiosa epopeia? A tentativa de delimitar tal conceito nos conduz por inúmeros caminhos filosóficos e conceituais. Embora a tradição nos incline a aceitar a mimese aristotélica – a palavra como espelho que imita a realidade – como ponto de partida, essa definição se revela insuficiente diante das complexas transformações ideológicas, transculturais e sociais que a literatura atravessou ao longo do tempo.

A literatura, em sua essência, não permaneceu estática. Ela assimilou formas locais e as ditas “tradicionais” – o romance, a poesia, o drama – e as infundiu com as influências modernas e tecnológicas de cada época. Esse cenário impõe à crítica literária a necessidade de abandonar um viés elitista e adotar uma postura mais democrática na apreciação da leitura, evitando comparações que separam a “alta” literatura da literatura de entretenimento como se houvesse uma hierarquia inabalável de valor.

Nesse sentido, a literatura se revela como um objeto em constante mutação, um fenômeno fluido no século XXI. Silviano Santiago, ao discutir a obra de Maingueneau (2001), enfatiza que a literatura não é apenas um conjunto de textos, mas um “ato de comunicação” que se estabelece em meio a tensões de produção, ultrapassando o texto escrito e se revelando como uma atividade intrinsecamente humana. Leyla Perrone-Moisés (2016), ao abordar a dificuldade em definir um conceito único para a literatura, argumenta que sua natureza intrínseca é a mutabilidade, a propensão à mudança. Sua célebre indagação, “É literário aquilo que, em determinada época, é considerado literário. Considerado por quem?”, sublinha a subjetividade inerente à definição, que varia conforme o contexto cultural e a percepção social. A literatura, assim como outras formas de arte, é permeada por princípios que orientam sua produção e circulação, sendo a autonomia – a capacidade de existir independentemente de fatores sociais, financeiros e políticos – um dos mais cruciais, conforme apontado por Bourdieu (1996). O ato literário, para Maingueneau (2001), transcende o mero uso da língua, permitindo que o escritor, imerso em uma sociedade “incompleta”, articule enunciados e papéis sociais que dialogam com diferentes épocas e lugares, conferindo à obra uma existência que legitima o contexto que a sustenta. Desse modo, o texto vai além da expressão individual do autor, representando e, ao mesmo tempo, resignificando o mundo em que está inserido.

A literatura, valendo-se de elementos fictícios ou estilísticos para construir narrativas que interagem com o leitor, encontrou nas mídias sociais um palco inesperado para sua produção e circulação. Esse ambiente digital, por sua vez, tornou-se um catalisador para a constante reformulação artística, seja pela influência de grandes marcos históricos ou pelo surgimento e exploração de novos suportes. A compreensão dessa dinâmica exige uma reto-

mada do pensamento de Walter Benjamin sobre a reprodutibilidade da obra de arte. Benjamin (2018) nos lembra que a capacidade de reproduzir obras de arte não é algo novo; a cópia e a imitação existiram desde sempre, seja para fins de aprendizado, divulgação ou até mesmo lucro. No entanto, o que se apresenta como uma novidade transformadora é a reprodução da arte por meios técnicos. Benjamin observa que essa forma de reprodução, embora tenha surgido de maneira intermitente ao longo da história, tem se imposto com uma intensidade crescente, marcando uma distinção fundamental em relação às formas tradicionais de cópia.

A visão de Benjamin é crucial para entendermos que a tecnologia e a literatura não são estranhas uma à outra; sua relação é tão antiga quanto a própria escrita. Desde a invenção da escrita, que permitiu o registro e a transmutação dos contos orais em textos, passando pela criação da prensa de Gutenberg no século XV, que democratizou a disseminação literária em suporte físico e revolucionou a comunicação e a cultura, até a invenção do rádio, que popularizou histórias através da palavra falada, e a chegada da televisão, que deu vida às narrativas através de som e imagens em movimento – todas essas inovações tecnológicas foram, em seu tempo, agentes transformadores do universo literário. Elas expandiram as fronteiras da acessibilidade e da forma, preparando o terreno para o que testemunhamos hoje.

Neste capítulo, não apenas propomos, mas somos encorajados por Benjamin a pensar a literatura não fora das relações de produção de nossa época, mas sim imersa nelas, particularmente no vórtice das mídias sociais. Henry Jenkins, ao cunhar o termo “narrativa transmídia”, descreve como os elementos ficcionais podem ser dispersos em variados suportes, como *spin-offs*, onde cada novo meio – seja a televisão, o cinema, os *videogames*, ou as plataformas digitais – contribui com elementos próprios para o desenrolar da história, criando uma experiência imersiva e expan-

siva. Da mesma forma, Linda Hutcheon (2013) enfatiza o papel da adaptação literária como uma forma de enriquecer o contato com o público e construir novos significados. É fundamental destacar que esse processo não se trata de meras cópias ou de uma reprodução fiel e total da obra original. Pelo contrário, é um processo profundamente transformador, no qual a obra é interpretada e ressignificada em outro meio e contexto, gerando novas perspectivas literárias e expandindo o universo narrativo para além de suas fronteiras iniciais. A adaptação, nesse sentido, é um ato criativo que dialoga com o original, mas que, ao mesmo tempo, se estabelece como uma entidade artística própria, pronta para ser consumida por novas audiências e em novos formatos.

A ascensão do digital impulsionou uma nova era para a indústria do entretenimento, e a literatura é protagonista nesse cenário. Milton e Cobelo (2023) observam que plataformas digitais como Wattpad e WebNovel se consolidaram como verdadeiros “*playgrounds* literários” para novos escritores, servindo de celeiro para histórias que frequentemente são adaptadas para filmes, séries e jogos. O sucesso global do filme *Minha culpa* (2023), da Amazon Prime, baseado no romance de Mercedes Ron, que começou no Wattpad, é um exemplo notório, superando o lançamento internacional original mais assistido da plataforma. Esse fenômeno demonstra a capacidade dessas plataformas de incubar narrativas que, por ressoarem com um vasto público jovem, são rapidamente alçadas ao mainstream.

As “Wattpad novels”, predominantemente romances e fanfics escritas por um público majoritariamente feminino, caracterizam-se por premissas narrativas que, embora por vezes consideradas clichês ou melodramáticas, tocam profundamente seus leitores. Histórias com romances intensos, protagonizados por figuras masculinas complexas ou “problemáticas”, e dramas repletos de triângulos amorosos, traumas e segredos obscuros, demonstram

um apelo de massa. A série *After*, que adaptou a história de Tessa e Hardin em cinco filmes lançados em um curto espaço de tempo (2019-2023), é um testemunho do sucesso dessas narrativas, que, apesar das críticas sobre o exagero e a falta de credibilidade, atraem milhões de espectadores e leitores.

O fenômeno não se restringe a clichês. Uma pesquisa divulgada pelo Wattpad em 2024 revelou que as gerações mais jovens buscam a ficção online pela diversidade de conteúdo e pela representação de histórias LGBTQIAPN+ e de outras minorias, temas muitas vezes difíceis de encontrar em espaços literários convencionais. Esse movimento sublinha que a tecnologia está transformando não apenas a forma, mas também o conteúdo da literatura, oferecendo um vasto leque de ferramentas de criação – textual, visual ou sinestésica – e fomentando comunidades vibrantes. Com 90 milhões de usuários globais, o Wattpad, por exemplo, tornou-se uma comunidade virtual que oferece interação em tempo real entre escritores e leitores, um atrativo poderoso para a democratização da escrita e da leitura.

As redes sociais, portanto, impactam diretamente o consumo literário ao estabelecer canais de acesso direto entre o público e os autores, além de facilitar a descoberta de novos títulos (Milton; Cobelo, 2023). Redes como o Instagram impulsionaram novos gêneros, como as “instapoesias”, que utilizam o formato e as ferramentas da plataforma para criar poemas curtos, em que as imagens complementam e enriquecem o texto. Influenciadores como os “booktubers” e os “booktokers” amplificam a disseminação desses conteúdos, trazendo-os para seus vídeos e discussões literárias, fomentando comunidades e engajamento. A “digitalização literária”, além de tornar essas discussões mais acessíveis, permite que os leitores comentem, compartilhem e interajam diretamente com os autores, criando um diálogo contínuo.

O Instagram, nesse contexto, atua como um agente de socialização da arte, permitindo que ela seja consumida, difundida e ressignificada ao ser deslocada de espaços tradicionais como museus para o ambiente digital (Carvalho; Bairon, 2020). Seu caráter interativo, similar ao de plataformas como Facebook e Twitter, revolucionou o engajamento literário, desafiando noções tradicionais de autoria, personagem e enredo, enquanto possibilita a ascensão de novos mercados e movimentos literários, como observa Thomas (2020). A experimentação digital tem gerado textos inovadores, como microficcões e narrativas multimodais, exemplificadas pela capacidade de plataformas como o Tumblr de permitir aos usuários comissionar conteúdos personalizados. Apesar das críticas sobre a possível desvalorização da arte ou a falta de “mérito literário” no digital, as redes sociais tornam visíveis os processos e as relações que moldam a literatura contemporânea, abrindo portas para uma diversidade de vozes e formas.

Com o *boom* da internet e, mais recentemente, o surgimento de redes sociais como o Instagram, a literatura ganhou uma nova corporificação que transcende o domínio da tinta e do papel, inserindo-se na malha do ciberespaço. Abidin, Highfield e Leaver (2020, p. 1) apontam que o mundo material busca se readaptar ao Instagram, redesenhando práticas, instituições culturais e espaços físicos para se encaixarem em sua lógica. Nesse viés, a literatura se rende a esse espaço compartilhado, onde o texto se transforma em legenda, e a narrativa em um fragmento visualmente estimulante. Se para Antonio Candido (2011, p. 180) a literatura, como um direito básico, cumpre um papel civilizador e social na formação do indivíduo, sendo a “palavra organizada” o que nos toca por seguir uma ordem determinada, no contexto digital essa “palavra organizada” é transmutada, seguindo a ordem dos algoritmos e das visualizações. O processo literário, antes concebido pelos

clássicos, agora se manifesta de maneira que “cai da folha”, transpassa a margem do papel e viraliza em uma tela de 5,5 polegadas por apenas 90 segundos.

Contrariamente à ideia de que esse movimento de curtidas e compartilhamentos desqualificaria a literatura, a dinâmica da comunicação nas redes sociais não está tão distante da literatura como um processo comunicativo entre as artes. No caso do Instagram, à medida que a plataforma crescia e o número de compartilhamentos de fotos e vídeos aumentava exponencialmente, os usuários começaram a ter dificuldades em encontrar conteúdos de seu interesse. Isso levou a plataforma a abandonar a ordem cronológica do *feed* em favor de um sistema algorítmico que exhibe o conteúdo não pela ordem de publicação, mas pela preferência e interesse do usuário. A linha do tempo algorítmica de cada usuário é baseada em três categorias principais: Interesse (o Instagram entende que o usuário deseja ver publicações semelhantes às que já visualizou), Tendência (a novidade da publicação) e Relacionamento (o nível de proximidade do usuário com quem publica, medido por comentários, curtidas e marcações conjuntas). Ou seja, quanto mais usuários buscam, curtem, compartilham e comentam conteúdos e resenhas sobre livros, mais os algoritmos direcionam esse tipo de temática para eles, criando um ciclo de engajamento e descoberta. Além disso, as *hashtags* funcionam como mecanismos de busca e segmentação de assuntos, amplificando a visibilidade. A forma original de contar histórias, primeiro com os *stories* (que desapareciam após 24 horas) e depois com os *reels* (com duração estendida e foco no tempo indefinido), reforçou o forte aspecto visual do Instagram e a “magia” de seus milhares de filtros, condensando narrativas em segundos. Os *reels*, desde o início, foram pensados para competir com o TikTok, visando a um público jovem adulto (milênios) e oferecendo conteúdo tanto de entretenimento quanto educacional.

A marca de 413 mil visualizações no vídeo “Clássicos da literatura resumidos para caberem no *reels*: Orgulho e Preconceito” é um claro indicativo do crescente e significativo hábito do consumo literário “instagramável” no Brasil. Tantas visualizações ativam o algoritmo, impulsionando o vídeo para mais *feeds*, não apenas dos seguidores, mas também de páginas relacionadas. No futuro, é plausível vislumbrar minisséries de contos em capítulos de *reels*, talvez para públicos de membros ou patrocinadores, replicando o modelo de obras clássicas que, de *Ligações perigosas* (1782) a *O nevoeiro* (1980), foram adaptadas para o cinema e, mais tarde, para séries em plataformas de *streaming* como Amazon Prime e Netflix.

A relação da literatura com a tecnologia é mais intrínseca do que o senso comum sugere. A tecnologia não se resume a celulares e redes sociais; refere-se a qualquer ferramenta ou sistema que satisfaça uma necessidade humana, exigindo esforço físico ou intelectual. Assim, a popularização de termos como “literar-se”, “book.ster”, “livroarbitrio” e “lendo arte” sinaliza a migração da literatura da esfera puramente artística para a do entretenimento, e, por fim, para a de uma tendência cultural. Uma reportagem de 2023 do jornal francês *Le Monde* descreveu a atmosfera da plataforma como “atenciosa e solidária”, impulsionada pela troca intelectual e pela criatividade entre jovens seguidores, evidenciada pela hashtag #bookstagram, que contabilizou mais de 91 milhões de postagens no Instagram no mesmo ano.

A acessibilidade da plataforma, tanto geográfica quanto socialmente, está redefinindo o “tempo de qualidade” no lazer. O que antes era talvez passar horas debruçado sobre um livro hoje pode ser rolar a *timeline* em um *smartphone*. Contudo, é crucial destacar que esse novo hábito não garante, por si só, aprendizado. O Instagram, como todas as redes sociais, altera nossos hábitos e comportamento, liberando doses de dopamina – o neurotrans-

missor associado ao prazer e bem-estar. O uso excessivo pode levar a agitação, perda de foco e procrastinação, como aponta a revista *Forbes*: quanto mais aleatória a recompensa (como *likes* e novidades no *feed*), maiores os níveis de dopamina, condicionando o cérebro a buscar tarefas rápidas e “recompensadoras” em detrimento de projetos complexos ou da leitura de um livro.

Apesar desses desafios, é possível capitalizar essa constante movimentação nas redes para provocar engajamento com o cânone literário. A Biblioteca Pública de Nova York (NYPL) é um exemplo inspirador, utilizando a tecnologia para disponibilizar grandes clássicos, com textos completos, em seus *stories*. No perfil @nypl, os usuários podem acessar as “Insta Novels”, com títulos como *Alice no País das Maravilhas* e *A metamorfose* disponíveis nos menus de destaque, provando que a informação de qualidade pode caminhar lado a lado com o entretenimento. Dado que não podemos fugir do impacto das redes sociais em nosso cotidiano, e que, como qualquer interação humana, elas apresentam benefícios e malefícios, torna-se essencial dosar o uso e buscar um equilíbrio entre saúde mental e conectividade. O futuro da literatura no ambiente digital reside, portanto, não na negação das novas plataformas, mas na capacidade de adaptá-las para enriquecer e expandir a experiência literária, mantendo a essência do diálogo entre autor, obra e leitor.

Adaptar: a pluralização como forma de expansão literária

A obra *Uma teoria da adaptação*, de Linda Hutcheon, oferece uma perspectiva multifacetada sobre o fenômeno da adaptação literária, destacando a complexidade inerente ao processo de transcodificação de signos. Hutcheon (2013) propõe que a adaptação

não é meramente a tradução de um texto de uma forma para outra, mas sim uma conversão que envolve uma série de transformações culturais, linguísticas e semióticas. Ao analisar adaptações, a autora enfatiza a importância de compreender as nuances e as sutilezas que emergem quando um texto impresso é transposto para outras formas de representação, sejam elas escritas, orais ou imagéticas. Essa abordagem teórico-analítica permite que se explorem as questões conceituais envolvidas nas adaptações, sem cair na armadilha de rotular ou simplificar o processo.

A adaptação literária, segundo Hutcheon (2013), é um processo de passagem “transcultural”, no qual o texto original adquire novos significados ao ser reinterpretado em diferentes mídias e idiomas. Essa transcodificação não apenas altera a forma do texto, mas também seu conteúdo e impacto cultural, permitindo que ele ressoe de maneiras distintas com públicos diversos. Por exemplo, uma obra literária adaptada para o cinema pode enfatizar aspectos visuais e emocionais que não são tão evidentes no texto escrito, enquanto uma adaptação para quadrinhos pode explorar a narrativa de forma mais fragmentada e visualmente dinâmica. Cada mídia traz consigo suas próprias convenções e expectativas, o que contribui para a complexidade e riqueza do processo adaptativo.

Além disso, as adaptações literárias têm o potencial de alcançar e envolver públicos de diferentes idades e experiências de vida, ampliando o alcance e a relevância do texto original. Ao serem transpostas para mídias populares como o cinema ou as redes sociais, as obras literárias podem se tornar mais acessíveis e atraentes para audiências que talvez não tivessem interesse ou acesso ao texto impresso. Essa democratização do acesso à literatura é um dos aspectos mais significativos das adaptações, pois permite que histórias e ideias circulem em contextos culturais variados, promovendo o diálogo intercultural e a troca de perspectivas.

Transformações complexas e repletas de sutilezas caracterizam o processo de adaptação literária, exigindo uma análise cuidadosa e sensível. Hutcheon (2013) observa que cada adaptação se destaca por sua singularidade, refletindo não apenas as escolhas criativas dos adaptadores, mas também as condições culturais e históricas em que é produzida. Ao estudar essas transposições, é essencial reconhecer a multiplicidade de fatores que influenciam o processo, desde as intenções dos criadores até as expectativas do público e as limitações das mídias escolhidas. Essa análise nos permite compreender a literatura inserida em um vasto campo discursivo, onde a arte é constituída por uma pluralidade de outras linguagens e mídias, um conceito que dialoga diretamente com a noção de campo de Pierre Bourdieu.

A noção de campo, desenvolvida por Bourdieu (1996), oferece direcionamentos para compreender as dinâmicas sociais e culturais que permeiam diferentes esferas da vida social, incluindo o campo literário. O autor concebe o campo como um espaço de relações, onde diferentes agentes e instituições interagem, competem e colaboram, cada um buscando maximizar seu capital específico, seja ele cultural, econômico ou social. Essa abordagem relacional complementa a visão de Hutcheon (2013) ao permitir uma análise profunda das forças de dominação e das lutas simbólicas que ocorrem dentro de cada campo, revelando como as hierarquias e as estruturas de poder são mantidas ou desafiadas. No contexto do campo literário, essa perspectiva é particularmente útil para entender como as adaptações literárias, especialmente em formatos contemporâneos como os *reels* do Instagram, influenciam e são influenciadas por outros campos, como o artístico e o mediático, criando um diálogo contínuo entre diferentes formas de expressão cultural.

A adaptação literária, ao transitar entre diferentes mídias e linguagens, atua como um ponto de interseção entre o campo li-

terário e outros campos culturais. Quando uma obra literária é adaptada para um *reel* no Instagram, por exemplo, ela não apenas muda de formato, mas também de contexto, passando a operar dentro do campo mediático das redes sociais. Esse movimento implica uma reconfiguração das relações de força e das dinâmicas de poder, pois a obra agora deve competir por atenção em um ambiente saturado de informações visuais e efêmeras. Além disso, a adaptação para uma plataforma como o Instagram exige a tradução dos elementos narrativos e estéticos da obra original para um formato que privilegia a concisão e o impacto visual, o que pode alterar significativamente a percepção e o valor simbólico da obra dentro do campo literário.

No campo artístico, as adaptações literárias em *reels* do Instagram também desafiam as noções tradicionais de autoria e originalidade. A natureza colaborativa e frequentemente anônima das produções nas redes sociais pode diluir a distinção entre o autor original e o adaptador, criando formas de produção e consumo cultural. Essa dinâmica reflete as relações de solidariedade e concorrência que Bourdieu (1996) identifica como características dos campos sociais, onde os agentes buscam afirmar sua posição e legitimidade. Ao mesmo tempo, a adaptação em plataformas digitais pode democratizar o acesso à literatura, permitindo que obras literárias alcancem públicos mais amplos e diversos, o que pode, por sua vez, influenciar as hierarquias estabelecidas dentro do campo literário.

A interação entre o campo literário e o campo mediático das redes sociais também levanta questões sobre a transformação do capital cultural em capital social e econômico. A visibilidade e o engajamento que uma obra adaptada pode alcançar no Instagram podem ser traduzidos em formas tangíveis de capital, como parcerias comerciais ou aumento de vendas de livros. No entanto, essa transição não é isenta de tensões, pois a lógica do mercado e da

popularidade nas redes sociais pode entrar em conflito com os valores estéticos e intelectuais que tradicionalmente definem o campo literário. Assim, a adaptação literária em ambientes digitais se torna um espaço de negociação e redefinição dos critérios de valor e prestígio cultural.

Nesse sentido, a noção de campo de Bourdieu (1996) nos permite compreender a adaptação literária como um processo que envolve a interação de múltiplos agentes e interesses. Ao analisar esse tipo de adaptação em *reels* do Instagram, podemos observar como as fronteiras entre os campos literário, artístico e mediático são constantemente negociadas e redefinidas. Essa perspectiva nos convida a refletir sobre o papel das adaptações na construção de novos significados e na circulação de ideias, destacando sua capacidade de enriquecer e diversificar o campo cultural contemporâneo.

Hutcheon (2013) observa que a prática da adaptação de obras literárias e artísticas não é um fenômeno recente. Durante a era vitoriana, era comum que histórias de poemas, romances, peças de teatro, óperas, quadros, músicas, danças e *tableaux vivants* fossem constantemente adaptadas de uma mídia para outra. Esse hábito de transpor narrativas entre diferentes formas de expressão artística reflete uma flexibilidade cultural que continua a ser uma característica marcante da sociedade contemporânea. Os vitorianos, ao adaptarem suas obras, buscavam não apenas alcançar novos públicos, mas também explorar as possibilidades expressivas de cada mídia, enriquecendo a experiência estética e narrativa.

Na era pós-moderna, herdamos essa tradição de adaptação, mas, segundo Hutcheon (2013), com um leque ainda mais amplo de possibilidades tecnológicas. Além das mídias tradicionais como cinema, televisão e rádio, temos à disposição novas plataformas digitais e interativas, como parques temáticos, representações históricas e experimentos de realidade virtual. Essas novas formas

de mídia não apenas ampliam o alcance das adaptações, mas também transformam a maneira como interagimos com as narrativas, permitindo experiências mais imersivas e personalizadas. A adaptação, nesse sentido, não é um processo estático, mas dinâmico e em constante evolução, refletindo as mudanças tecnológicas e culturais da sociedade.

Hutcheon (2013), em sua análise, destaca que os estudos da adaptação não são um campo fechado ou acabado. Pelo contrário, a adaptação é um processo contínuo que se reinventa à medida que novas tecnologias emergem. As redes sociais, como TikTok e Instagram, exemplificam essa evolução frenética das mídias. Nessas plataformas, a adaptação assume novas formas, como os *reels* e vídeos curtos, que condensam narrativas literárias em formatos visuais e auditivos rápidos e acessíveis. Essa transformação não apenas democratiza o acesso às histórias, mas também desafia os criadores a serem criativos na maneira como reinterpretam e apresentam conteúdos literários.

A adaptação, para Hutcheon (2013), é uma forma de tradução que envolve um processo criativo que reflete as escolhas do adaptador, destacando a intervenção humana como um elemento central. Assim como na tradução, a adaptação é análoga à obra original, mas não se limita a uma mera reprodução. Ela exige uma interpretação que ressoe com o projeto criativo do adaptador, que seleciona e transforma elementos da obra original de acordo com suas próprias sensibilidades e intenções artísticas. Esse processo de escolha é guiado por um domínio moral, estético e discursivo, conforme descrito por Plaza (2003), que não implica apenas uma transposição de conteúdo, mas uma recriação que busca sintonizar-se com a sensibilidade do adaptador e do público.

A tradução como arte, conforme Plaza (2003), envolve a seleção de elementos que nos interessam e que despertam uma afini-

dade eletiva, uma conexão íntima e pessoal com a obra original. Essa afinidade não é arbitrária, mas sim uma eleição da sensibilidade que reflete a totalidade do signo por meio de instantes imperceptíveis. Em outras palavras, não se adapta qualquer coisa, mas aquilo que ressoa profundamente com o adaptador, permitindo uma recriação que é ao mesmo tempo fiel e inovadora. A adaptação, assim, torna-se uma forma de arte que, embora derivativa, mantém sua originalidade através das intervenções criativas e inéditas que introduz.

A discussão sobre a adaptação de textos literários frequentemente esbarra na questão da fidelidade à obra original. No entanto, essa noção de fidelidade é complexa e, muitas vezes, ilusória. Eagleton (2006), em suas reflexões sobre a literatura, argumenta que a intenção do autor e a pureza literária são conceitos incertos e instáveis. Ele sugere que os significados de um texto não são fixos ou claros, mesmo quando expressos pelo próprio autor. Isso ocorre porque os significados são produtos da linguagem, que é inerentemente escorregadia e sujeita a múltiplas interpretações. Assim, a adaptação literária não deve ser vista como uma tentativa de replicar fielmente a obra original, mas como uma oportunidade de explorar novas interpretações e significados.

Eagleton (2006) destaca que a intenção do autor é, por si só, um “texto” complexo, passível de debate, tradução e interpretação. Essa complexidade reflete a natureza dinâmica da linguagem e da comunicação, onde o significado não é algo fixo, mas sim um processo em constante evolução. Ao adaptar uma obra literária, o adaptador se engaja em um diálogo com o texto original, trazendo suas próprias perspectivas e sensibilidades para a interpretação. Esse processo criativo permite que a obra seja reimaginada e recontextualizada, oferecendo novas camadas de significado e relevância para diferentes públicos e épocas.

Ao invés de nos fixarmos à ideia de fidelidade, a adaptação deve ser vista como uma forma de arte que celebra a multiplicidade de significados e interpretações possíveis. Hutcheon (2013) reconhece que a literatura é um campo aberto, onde cada leitura e adaptação contribui para a riqueza e diversidade do discurso literário. Ao abraçar essa abordagem, os adaptadores podem criar obras que não apenas homenageiam o texto original, mas também expandem seus horizontes, permitindo que ele continue a ressoar e inspirar em novos contextos culturais e históricos.

Hutcheon (2013) problematiza a noção tradicional de fidelidade ao texto original, argumentando que essa ideia frequentemente guia métodos de estudo comparativos. Para a autora, teorizar a adaptação requer uma “desierarquização” da literatura, removendo-a de sua posição de pureza e intocabilidade. A autora define a adaptação como um processo multifacetado que envolve a transposição declarada de uma ou mais obras reconhecíveis, um ato criativo e interpretativo de apropriação e recuperação, e um engajamento intertextual extensivo com a obra adaptada. Essa definição sublinha a complexidade e a riqueza do processo de adaptação, que vai além da simples replicação do texto original, permitindo uma reinterpretação que é ao mesmo tempo fiel e inovadora.

A adaptação, portanto, é um fenômeno interdependente e independente. Ela mantém uma relação com o texto-fonte, reconhecendo suas ramificações e influências, mas também se afirma como uma manifestação criativa e intelectual coletiva. Ao adaptar uma obra, o criador pode optar por manter ou não o gênero original, dependendo de como deseja preservar ou transformar a memória da obra. Essa flexibilidade permite que a adaptação não apenas homenageie o texto original, mas também o expanda, oferecendo novas perspectivas e interpretações. Em última análise, a adaptação é um diálogo contínuo entre o passado e o presente, entre o original e o novo, que enriquece o discurso literário e cultural.

Hutcheon (2013) identifica três modos de engajamento que transitam entre si, oferecendo uma estrutura para entender como as adaptações funcionam em diferentes contextos midiáticos. Esses modos são: “contar para mostrar”, “mostrar para mostrar” e “interagir – contar/mostrar”. Cada um desses modos representa uma forma distinta de transpor e reinterpretar obras, e pode ser correlacionado com os conceitos de *performance* de Butler (2017) e as cenas da enunciação de Maingueneau (2015).

O modo “contar para mostrar” envolve a transposição de uma narrativa performática em um meio impresso para outro meio. Aqui, a *performance*, conforme descrita por Butler (2017), pode ser vista como um ato de encenação que não apenas representa, mas também constrói significados e identidades. A adaptação, nesse caso, não é apenas uma tradução visual do texto, mas um ato performativo que reconfigura a narrativa por meio de gestos, expressões e interações que dão vida ao texto. Se considerarmos a categoria de cenografia, proposta por Maingueneau (2015) como uma noção que transcende a análise inerente ao cenário físico onde uma comunicação ocorre, mas também ao conjunto de elementos simbólicos e discursivos que configuram o ambiente de enunciação, compreenderemos que cada adaptação não ocorre em um vácuo, mas está imersa em um ambiente que carrega suas próprias conotações culturais, históricas e sociais. Por exemplo, ao adaptar uma obra literária para o teatro, o espaço cênico, a iluminação, o figurino e até mesmo a disposição do público na plateia contribuem para a construção de significados. Esses elementos cenográficos não são meros acessórios, mas parte integrante da narrativa que interage com o texto original para criar uma nova experiência interpretativa. Ainda, a cenografia também abrange o contexto discursivo, que inclui as expectativas do público, as convenções de gênero e as normas culturais que moldam a recepção da obra. Em uma adaptação cinematográfica, por exemplo, a es-

colha de locações, a trilha sonora e os efeitos visuais são aspectos cenográficos que dialogam com o público, influenciando suas percepções e emoções. Esses elementos ajudam a situar a narrativa em um contexto específico, permitindo que o público se conecte de maneira mais profunda e pessoal com a obra.

O segundo modo, “mostrar para mostrar”, refere-se à transposição de uma obra para mídias com *performances* semelhantes entre si. Nesse caso, a adaptação envolve a transferência de elementos performativos de uma forma para outra, como de um teatro para um filme. Aqui, a *performance* de Butler (2017) pode ser entendida como a continuidade de atos que constroem significados através de diferentes mídias, enquanto as cenas da enunciação de Maingueneau (2015) oferecem uma estrutura para entender como o contexto e o espaço de cada mídia influenciam a recepção e a interpretação da obra. A adaptação “mostrar para mostrar” destaca a capacidade das mídias performativas de dialogar entre si, criando camadas de significado por meio da interação entre diferentes formas de expressão artística.

Finalmente, o modo “interagir – contar/mostrar” envolve a transposição de uma narrativa de um meio em que o coenunciador é um leitor para um modo participativo, onde o coenunciador é colaborador e ativo na dinâmica de *performance* do texto, como em jogos interativos ou experiências de realidade virtual. Aqui, a *performance* se torna um ato de cocriação, onde o público participa ativamente na construção da narrativa. O conceito de *performance* de Butler (2017) como um ato repetitivo que constrói a identidade pode ser observado na maneira como os participantes se envolvem e influenciam a narrativa, enquanto as cenas de enunciação de Maingueneau (2015) enfatizam a importância do contexto interativo na formação da experiência. Esse modo de adaptação destaca o potencial para novas formas de narrativa que borram as linhas entre criador e audiência, oferecendo uma expe-

riência participativa que redefine a relação entre texto, *performance* e interpretação.

Análise

Selecionamos como amostra para procedermos à análise em nossa pesquisa o *reels* extraído do canal Aff The Hype que realiza uma adaptação da obra *A metamorfose*, de Franz Kafka, em um vídeo com duração aproximada de dois minutos. Transcrevemos, a seguir, toda a narrativa que constitui nossa amostra:

Clássicos da literatura resumidos para caber no reels.

A metamorfose

Quando certa manhã, Adênia Samsa acordou de sonhos intranquilos encontrou-se metamorfoseada numa terrível twitteira.

Adênia digita em seu notebook:

“O bumba meu boi é supervalorizado, mas vocês não estão preparados para esta conversa.

Tudo o que eu sei sobre pimenta do reino, eu sei contra a minha vontade.

Claro que a biscoiteira ia postar essa foto, né?! kkk. A ridícula me bloqueou também. Aluguei um triplex na cabeça dela.

Como chama isso na sua cidade? Na minha é tijolo.

Padrão? Só se for da ABNT.

Com autotune até meu cachorro consegue.

Serviu horrores mais uma vez.

Essa flopada só sabe fazer feat?

Muito fácil tomar bacio de latte às custas dos meus antepassados

Todo dia uma monogâmica passando vergonha nesse site.

Nunca vi uma decoração tão horrível.

Você mora onde? Em uma novela da record?

Silêncio, que chegou a doula para encher o saco.

Em plano século XXI, como pode esse programa ainda estar no ar?”

Adênia, saia desse quarto!

Eu não consigo! Me deixa em paz!

Minha mãe é narcisista? Segue o fio.

Estourou a bolha e eu silencieei mesmo. Porque eu não aguento mais o povo do site.

Aí quando chega setembro amarelo vocês...

Ih, caiu a internet.

A amostra selecionada realiza uma adaptação do conto *A metamorfose*, de Franz Kafka, apropriando-se especificamente dos primeiros enunciados da obra: *Numa manhã, ao despertar de sonhos inquietantes, Gregor Samsa deu por si na cama transformado num gigantesco inseto.*

Em *A metamorfose*, de Franz Kafka, a figura do monstro, manifestada na transformação de Gregor Samsa em um inseto gigante, funciona como uma metáfora poderosa para aquilo que é insuportável e intolerável em uma comunidade. Gil (2000), em sua obra “Metafenomenologia da monstruosidade: o devir-monstro”, nos oferece um ponto de partida para a análise que apresentaremos, ao afirmar que o monstro representa o contraste ao estável e normativo. Nesse sentido, Gregor Samsa personifica a diferença extrema, a alteridade que desafia as normas estéticas e éticas da sociedade pequeno-burguesa em que está inserido. A monstruosidade de Gregor não reside apenas em sua aparência física, mas no que essa aparência simboliza para aqueles ao seu redor. Ele deixa de ser o provedor da família, rompendo com as expectativas so-

ciais e familiares estabelecidas. Essa ruptura com as normas vigentes transforma Gregor em um “outro”, uma entidade que não se enquadra mais nas convenções familiares e sociais. A sua metamorfose expõe as fissuras nas relações humanas e a fragilidade dos laços sociais sustentados por expectativas e convenções.

Para Gil (2000), o monstro é a forma extrema de alteridade, algo que se destaca e se distancia do seio da civilização. Gregor, ao se tornar um ser desfigurado e malformado, destaca-se como um contraste radical ao que é considerado normal e aceitável. Sua presença monstruosa força a família e, por extensão, a sociedade a confrontar seus próprios medos e preconceitos em relação ao que é diferente e desconhecido. A transformação de Gregor revela a hipocrisia e a superficialidade das relações sociais que dependem de conformidade e utilidade. Quando Gregor não pode mais cumprir seu papel tradicional, ele é relegado à margem, tratado como uma aberração. Esse tratamento destaca que a sociedade muitas vezes exclui ou marginaliza aqueles que não se alinham com suas normas e expectativas. Dessa maneira, em *A metamorfose*, a figura monstruosa é uma crítica incisiva à rigidez e à intolerância das estruturas sociais. Gregor Samsa, como um devir-monstro, não apenas representa a alteridade, mas também nos obriga a questionar as bases sobre as quais construímos nossas comunidades e identidades. A narrativa de Kafka nos desafia a refletir sobre como lidamos com o diferente e o desconhecido, e o que a nossa reação a esses elementos revela sobre nós mesmos e sobre a sociedade em que vivemos.

Observamos que a adaptação de *A metamorfose*, de Kafka, para o universo contemporâneo das redes sociais, em *Aff The Hype*, reflete a capacidade dos clássicos literários de transcenderem suas origens culturais e históricas, adquirindo novos significados em contextos modernos. O uso da figura monstruosa, vista aqui como uma “terrível twitteira”, pode ser interpretado como uma crítica à

alienação moderna, similar à transformação de Gregor Samsa no conto original. Soares (2016) compreende que, ao se transformar em um monstro, Gregor Samsa introduz uma nova figura no bestiário da literatura fantástica ocidental: ele se torna irreconhecível para o mundo e para si mesmo, simbolizando a ruptura da identidade individual. Essa transformação abrupta e incompreensível da personagem tem o potencial de destacar a sensação de estranhamento e desconexão que muitos experimentam em relação à própria identidade e ao mundo que os cerca. Na adaptação em análise, a metamorfose de Adênia Samsa em uma persona nas redes sociais sugere uma crítica à alienação causada pela tecnologia e a cultura digital. Nessa esfera, a identidade pessoal frequentemente se perde em meio a opiniões e interações superficiais, onde as pessoas podem se sentir distantes de sua verdadeira essência. Essa transformação reflete a experiência moderna de se tornar “monstro da noite para o dia”, irreconhecível tanto para os outros quanto para si mesmo, devido à pressão por aceitação e validação social nas plataformas digitais.

Soares (2016) reflete, ainda, que a escolha de Kafka por descrever Gregor Samsa como um “insuportável inseto” em vez de detalhá-lo objetivamente ressalta a prioridade dada às consequências sociais de sua transformação. O adjetivo “insuportável” reflete a percepção dos que o rodeiam, enfatizando que a transformação de Gregor é menos sobre a mudança física em si e mais sobre o impacto social e emocional dessa mudança. Analogamente, na adaptação contemporânea, a identidade de Adênia como uma “terrível twitteira” não se concentra em sua aparência, mas nas reações e interações que sua nova persona gera em seu ambiente digital. Em ambos os casos, a transformação funciona como uma metáfora poderosa para a alienação e desconexão experienciadas pelo indivíduo moderno, seja dentro de um contexto literário ou digital. Essa narrativa nos possibilita refletir sobre as implicações

das identidades performativas no mundo online e sobre como elas podem distorcer a percepção de nós mesmos e dos outros, criando “monstros” de nossa própria criação. Essa abordagem nos desafia a considerar como as transformações pessoais, voluntárias ou não, afetam nossas relações e a percepção que temos de nós mesmos em um mundo cada vez mais interconectado e, paradoxalmente, alienante.

Podemos identificar que a figura monstruosa de Adênia é construída a partir da linguagem e das atitudes que rompem com os padrões de interação que o enunciador considera respeitosa e civilizada. Essa representação se encaixa na definição defendida por Soares (2016) de monstro como um desvio do que é socialmente aceitável e reconhecido. Cada uma das frases digitadas por Adênia exemplifica aspectos dessa monstruosidade digital. Primeiramente, com a declaração “O bumba meu boi é supervalorizado, mas vocês não estão preparados para esta conversa”, Adênia inicia uma provocação cultural, sugerindo uma opinião contrária à valorização de uma tradição cultural. Esta abordagem pode ser vista como uma tentativa de desestabilizar consensos e criar conflito, típica de um discurso que busca polarizar e desafiar sem necessariamente oferecer um argumento construtivo. Em seguida, o enunciado “Tudo o que eu sei sobre pimenta do reino, eu sei contra a minha vontade” expressa desdém e sugere uma experiência negativa ou imposta. Isso pode ser interpretado como uma rejeição à norma ou ao conhecimento comum, indicando uma atitude de resistência e contrariedade. A comunicação desvaloriza aprendizados ou experiências geralmente aceitos ou apreciados, reforçando o comportamento alienante do enunciador.

Por fim, na declaração “Claro que a biscoiteira ia postar essa foto, né?! kkk. A ridícula me bloqueou também. Aluguei um triplex na cabeça dela”, a linguagem é claramente pejorativa e crítica, dirigida a uma pessoa específica. Isso exemplifica um comporta-

mento tóxico e agressivo. O uso de termos como “biscoiteira” e “ridícula” não apenas desumaniza o alvo, mas também reforça a ideia de ocupação mental em “alugar um triplex na cabeça dela”, sugerindo que a enunciadora se vê como vitoriosa ou dominante na interação. Compreendemos que o papel do enunciador nessas sentenças é o de um provocador, que utiliza a plataforma digital para expressar um comportamento reativo e violento. A figura monstruosa emerge por meio do uso da linguagem como ferramenta de confronto e alienação, refletindo a desconexão e a ruptura social que os comportamentos de *haters* podem causar nas interações online. Essa representação traz à tona o poder destrutivo das palavras e a capacidade de desestabilizar comunidades e indivíduos, similar à metamorfose de Gregor Samsa em um ser socialmente inaceitável.

De acordo com Hutcheon (2013), adaptação é uma forma de tradução cultural. Nesse caso, a história de Kafka é reinterpretada dentro do contexto das redes sociais, uma plataforma acessível e familiar para muitos hoje. Essa transposição não só atualiza a narrativa original, mas também amplia seu impacto e relevância cultural, permitindo uma reflexão sobre como a identidade e as relações sociais são moldadas na era digital. A adaptação de obras literárias para formatos como vídeos curtos nas redes sociais tem o potencial de democratizar o acesso à literatura. Obras clássicas, que poderiam ser vistas como inacessíveis ou antiquadas por alguns públicos, podem se tornar mais atraentes e compreensíveis quando ligadas a contextos e linguagens contemporâneos. Essa democratização promove diálogos interculturais, permitindo que as ideias circulem mais amplamente. Esse é o caso da adaptação feita pelo canal Aff The Hype, já que se destaca por sua criatividade e humor, refletindo tanto as condições culturais atuais quanto as escolhas criativas do adaptador. Ao trazer referências contemporâneas e um tom humorístico, a adaptação não apenas preserva

o espírito crítico de Kafka, mas também ressoa com as expectativas de um público acostumado ao dinamismo e à irreverência das redes sociais.

No campo literário, obras clássicas como as de Kafka têm um capital cultural estabelecido, mas, ao serem adaptadas para formatos contemporâneos como os *reels* do Instagram, elas entram em um novo campo, o mediático, onde as regras e dinâmicas de poder são diferentes. A adaptação de *A metamorfose* para um *reel* no Instagram representa uma transição do campo literário para o mediático. No campo literário, a obra de Kafka é valorizada por seu conteúdo complexo e sua capacidade de provocar reflexão. No entanto, ao ser adaptada para um *reel*, a obra deve competir por atenção em um ambiente visualmente saturado e de consumo rápido. Nesse contexto, o capital cultural da obra é reconfigurado para se alinhar às expectativas e normas das redes sociais, em que o sucesso é medido em curtidas, compartilhamentos e visualizações. Isso significa que, ao entrar no campo mediático, a obra enfrenta novas dinâmicas de poder e competição. A atenção dos consumidores de conteúdo é o principal recurso escasso, e as adaptações devem se destacar em meio a uma avalanche de outras imagens e narrativas. Isso implica a necessidade de reconfigurar as narrativas, utilizando humor, referências contemporâneas e elementos visuais atraentes para captar e manter o interesse do público. Assim, a adaptação não apenas altera a forma da obra, mas também seu impacto cultural, pois deve ressoar de maneira distinta com um público que consome informações de maneira rápida e efêmera.

Adaptações como a de *Aff The Hype* atuam como pontos de interseção entre diferentes campos culturais, estabelecendo diálogos entre o literário, o artístico e o mediático. Elas desafiam as hierarquias tradicionais ao democratizar o acesso a narrativas clássicas, tornando-as acessíveis a públicos mais amplos e diversos.

Essa interação entre campos promove novas formas de expressão cultural, permitindo que as obras clássicas sejam reinterpretadas e ganhem novos significados em contextos modernos. A adaptação também expõe as forças de dominação e as lutas simbólicas presentes no campo mediático. As normas e expectativas das redes sociais, que favorecem conteúdos breves e impactantes, podem dominar as narrativas, limitando a profundidade e a complexidade que uma obra literária pode apresentar. No entanto, essas adaptações também têm o potencial de desafiar essas normas, introduzindo elementos críticos e reflexivos que podem enriquecer o diálogo cultural.

Um exemplo claro de como essa adaptação democratiza o acesso pode ser visto na declaração “Claro que a biscoiteira ia postar essa foto, né?! kkk. A ridícula me bloqueou também. Aluguei um triplex na cabeça dela”. Aqui, o uso de humor e linguagem informal típica das redes sociais torna a narrativa mais acessível e atrativa para um público que talvez não se engajassem com o texto original de Kafka em sua forma escrita tradicional. Isso amplia o alcance da obra, permitindo que pessoas de diferentes contextos culturais e sociais se conectem com a história de maneira relevante e contemporânea. Além de ampliar o acesso, a adaptação promove novas formas de expressão cultural ao interagir com o público moderno. O comentário “O bumba meu boi é supervalorizado, mas vocês não estão preparados para esta conversa” introduz uma crítica cultural que estimula a reflexão sobre tradições e valores contemporâneos. Isso exemplifica como as adaptações podem enriquecer o diálogo cultural ao trazer novas perspectivas para narrativas clássicas, incentivando um envolvimento mais profundo com o material. Dessa maneira, consideramos que a adaptação de *Aff The Hype* desafia as normas e expectativas das redes sociais, que muitas vezes favorecem conteúdos breves e impactantes. A frase “Silêncio, que chegou a doula para encher o saco” reflete a

capacidade da adaptação de criticar e subverter essas expectativas, utilizando elementos críticos e reflexivos que podem desafiar o consumo rápido e superficial de conteúdo. Assim, essas adaptações oferecem uma oportunidade para introduzir complexidade e profundidade nas interações culturais, promovendo um diálogo mais rico e significativo.

Referências

- A ESCRAVA Isaura. *O Liberal do Pará*, Annuncios, 21 jul. 1875. p. 3. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=704555&pagfis=6211>. Acesso em: 18 jul. 2024.
- ABIDIN, Crystal; HIGHFIELD, Tim; LEAVER, Tama. *Instagram: visual social media cultures*. Cambridge: Polity Press, 2020.
- AFF THE HYPE. *Clássicos da literatura resumidos para caberem no reels: a metamorfose*. [Reel]. Instagram, 14 ago. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/Cv7aGnTOVS5/>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- AMAZON. Portal de Associados da Amazon.com.br. Ajuda. Disponível em: <https://associados.amazon.com.br/help/node/topic/GRXPHT8U84RAYDXZ>. Acesso em: 9 maio 2025.
- BELL, Josh. Every movie based on a Wattpad story, ranked. *Vulture*, Fanfiction, 27 dez. 2024. Disponível em: <https://www.vulture.com/article/wattpad-movies-ranked.html>. Acesso em: 1 maio 2025.
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. Tradução Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CAMPOS, Haroldo. *Transcrição*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

- CANDIDO, Antonio. *O direito à literatura*: em vários escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Paulo Emílio Salles. A personagem no romance. In: CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, Anatol; PRADO, Décio de Almeida; GOMES, Paulo Emílio Salles. *A personagem de ficção* São Paulo: Perspectiva, 2021. p. 51-80.
- CARVALHO, Caroline Oliveira de; BAIRON, Sérgio. Da tela às telas: a obra de arte na era do Instagram. INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – 2020. *Anais*. Salvador: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003026431.pdf>. Acesso em: 1 maio 2025.
- COMPARATO, Luiz Felipe Loureiro. *Da criação ao roteiro*: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- COMPARATO, Luiz Felipe Loureiro. *Da criação ao roteiro*: teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2009.
- CURRAN, Beverley. Recognition, risk, and relationships: feminism and translation as modes of embodied engagement. In: VON FLOTTOW, Louise; KAMAL, Hala (ed.). *The Routledge handbook of translation, Feminism and Gender*. Routledge, 2020.
- DOYLE, Arthur Conan. *Sherlock Holmes*: obra completa. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2015. v. 2: Memórias de Sherlock Holmes. p. 700-703.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2006.
- EVER After: *A Cinderella Story*. *Rotten Tomatoes*, 1998. Disponível em: https://www.rottentomatoes.com/m/ever_after_a_cinderella_story. Acesso em: 17 jul. 2024.
- FILME conforto: nostalgia, emoção e conexão. Por Telecine. *Globo Gente*, 18 dez. 2024. Disponível em: <https://gente.globo.com/texto-filme-conforto-nostalgia-emocao-e-conexao/>. Acesso em: 8 maio 2025.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Prêmio Literário BN*, Rio de Janeiro, 11 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br/atuacao/cooperacao-e-difusao/premio-literario>. Acesso em: 22 fev. 2025.

- GÊNEROS e emoções: os filmes ganham espaço ao se relacionar com os sentimentos e percepções dos brasileiros. Por Telecine. *Globo Gente*, 11 nov. 2022. Disponível em: <https://gente.globo.com/estudo-telecine-generos-e-emocoes/>. Acesso em: 10 maio 2025.
- GIL, José. Metafenomenologia da monstruosidade: o devir-monstro. In: DONALD, James; HUNTER, Ian; COHEN, Jeffrey Jerome; GIL, José. *Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 165-183.
- HART, James V. *Bram-stokers-dracula-1992*, 1992. Disponível em: <https://thescriptlab.com/wp-content/uploads/scripts/bram-stokers-dracula-1992.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da adaptação*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2013.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- KAFKA, Franz. *A metamorfose*. Tradução Modesto Carone. 1997. Disponível em: <https://colegiocngparanagua.com.br/wp-content/uploads/2021/02/A-METAMORFOSE.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- KELLY, Hillary. Here's an annoying new Instagram Trend: Throwing Yourself on a Pile of Open Books. *Vulture*, 29 out. 2018. Disponível em: <https://www.vulture.com/2018/10/the-terrible-instagram-trend-of-piles-of-open-books.html>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- MACHADO, Tiago Mata. Nova adaptação do clássico de Alexandre Dumas é prejudicada por tom carregado do elenco. *Folha de S.Paulo*, 1 maio 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0105200215>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. *O contexto da obra literária*. Tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MANAVIS, Sarah. On social media, books are trendy. Is reading? *The New Statesman*, 8 fev. 2024. Disponível em: <https://www.newstatesman.com/comment/2024/02/booktok-social-media-books-trendy-reading>. Acesso em: 6 out. 2024.

- MARAND, Brijesh. Most adapted novel to films. *IMDb*, 2021. Disponível em: <https://m.imdb.com/list/ls081501512>. Acesso em: 7 maio 2024.
- MILTON, John; COBELO, Silvia. Digital culture: the universe in a smartphone. In: MILTON, John; COBELO, Silvia. *Translation, adaptation and digital media*. New York: Routledge, 2023.
- MILTON, John; COBELO, Silvia. Transmedia: a participatory and convergent world. In: MILTON, John; COBELO, Silvia. *Translation, adaptation and digital media*. New York: Routledge, 2023.
- MULRONEY, Michele. Sherlock Holmes: a game of shadows. *Script*, 2011. Disponível em: <https://www.scripts.com/script-pdf/17996>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- NAMJOON BOOK CLUB. *Vem descobrir o que vamos ler no clube no primeiro trimestre*. [Post]. Instagram, 23 nov. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DCuuFOei0G-/?img_index=1. Acesso em: 3 mar. 2025.
- NOBRE, Dia Bárbara. Ali mora uma amiga. Entrevista: Jarid Arraes. *Deriva*, 23 maio 2022. Disponível em: <https://derivaderiva.com/dia-nobre-jarid-arraes>. Acesso em: 22 fev. 2025.
- OS DEZ maiores filmes da história do cinema... que nunca foram feitos. *BBC News Brasil*, 10 out. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/10/141010_vert_cul_filmes_nunca_feitos_dg. Acesso em: 9 maio 2024.
- PAGESY, Hélène. On Bookstagram, young women find a social media haven: “You’re valued for personality, not looks”. *Le Monde*, Paris, 26 jun. 2023. Disponível em: https://www.lemonde.fr/en/france/article/2023/06/26/young-women-find-social-media-haven-in-bookstagram-you-re-valued-for-personality-not-looks_6037853_7.html. Acesso em: 3 out. 2024.
- PAULISE, Luciana. Detox de dopamina: 3 passos para aumentar o foco e vencer a procrastinação. *Forbes*, 22 set. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/carreira/2024/09/detox-de-dopamina-passos-para-aumentar-o-foco-e-vencer-a-procrastinacao/>. Acesso em: 2 out. 2024.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Mutações da literatura no século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

- PEZZOTTI, Renato. Influenciadores digitais bombam em época de coronavírus. *UOL*, São Paulo, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/27/influenciadores-digitais-bombam-em-epoca-de-coronavirus.htm>. Acesso em: 2 mar. 2025.
- PIAZZA, Jo. Can Instagram keep people reading books? *Forbes*. 25 maio 2017. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/jopiazza/2017/05/25/instagram-bookstagrammers-selling-books/>. Acesso em: 16 fev. 2025.
- PLAZA, Julio. *Tradução intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- POLIANSKAYA, Alina. New York Public Library and mother turn Instagram into digital bookshelf. *Design Week*, 24 ago. 2018. Disponível em: <https://www.designweek.co.uk/issues/20-26-august-2018/new-york-public-library-and-mother-turn-instagram-into-digital-bookshelf/>. Acesso em: 10 out. 2024.
- QUEIROZ, João. *Semiose segundo C. S. Peirce*. São Paulo: Educ-Fapesp, 2004.
- REDAÇÃO. Aff The Hype é irreverência em forma de papelaria. *Revista da Papelaria*, p. 19 ago. 2022. Disponível em: <https://revista-dapapelaria.com.br/varejo/papelarias/aff-the-hype-e-bom-humor-em-forma-de-papelaria>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- RETIRANTES (Vida de Negro) – Dorival Caymmi. *Letras*. Disponível em: <https://www.letas.mus.br/dorival-caymmi/1622447>. Acesso em: 18 ago. 2024.
- SANTAELLA, Lucia. *A teoria geral dos signos: como as linguagens significam coisas*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- SANTAELLA, Lucia. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.
- SEYMOUR, Miranda. Lessons from Jane Austen. *The New York Times*, 10 jun. 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/06/12/books/review/book-review-a-jane-austen-education-and-why-jane-austen.html>. Acesso em: 10 maio 2025.
- SHARMA, Megha. Could Insta novels be the digital innovation that finally gets you to read more? *Vogue India*, 10 jan. 2020. Disponível em: <https://www.vogue.in/culture-and-living/content/instagram-novels-digital-innovation-reading-habit-books-new-york-public-library>. Acesso em: 10 out. 2024.

- SOARES, Marcelo Pacheco. O monstro embargado: metamorfose kafkiana em um conto de José Saramago. *Outra Travessia*, Programa de Pós-Graduação em Literatura da UFSC, 18 ago. 2016. DOI 10.5007/2176-8552.2016n22p139. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/2176-8552.2016n22p139/pdf>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- STOKER, Bram. *Drácula*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- THOMAS, Bronwen. *Literature and social media*. London: Routledge, 2020.
- TV CULTURA extingue o programa “Vitrine” e demite 56 funcionários. *TV Foco*. 10 mar. 2012. Disponível em: <https://www.otv-foco.com.br/tv-cultura-extingue-o-programa-vitrine-e-demite-56-funcionarios/>. Acesso em: 22 fev. 2025.
- VALIERO, Isabela. “Entrelinhas” volta a ser apresentado na TV Cultura. *UOL*, 19 nov. 2021. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/radio/programas/estacao-cultura/2021/11/19/664_entrelinhas-volta-a-ser-apresentado-na-tv-cultura.html. Acesso em: 22 fev. 2025.
- WATTPAD. *The future of fiction*: Wattpad research reveals generational shift in reading habits, skepticism of ai in publishing, 9 jan. 2024. Disponível em: <https://company.wattpad.com/blog/the-future-of-fiction-wattpad-research-reveals-generational-shift-in-reading-habits-skepticism-of-ai-in-publishing>. Acesso em 28 abr. 2025
- YI, Corina. Opinion: it’s okay to like instapoetry. *The Student Life*, 26 out. 2023. Disponível em: <https://tsl.news/opinion-its-okay-to-like-instapoetry>. Acesso em: 1 maio 2025.

Autores e autoras

Anderson Ferreira

Doutor, mestre e especialista em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio sanduíche pela Universidade do Minho (UMinho-ILCH), Portugal, com bolsa Capes/PDSE. Pós-Doutorado em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Pós-Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com bolsa PNPd/Capes. Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Licenciado em Letras – Português e Literatura – pela Universidade Guarulhos (UNG). Transita pela Pesquisa, Ensino e Extensão, interessado em discutir sobre o ensino de Língua Portuguesa, a Leitura e a Produção de Textos nas modalidades oral, escrita e digital e, também, sobre a produção da leitura em sua perspectiva ético-discursiva.

Cibele Rodrigues do Nascimento

Graduada em Secretariado Executivo Bilíngue pela Universidade Paulista (Unip, 2011) e em Letras – Português e Inglês – pela Unip (2020). Tem especialização em Liderança e Desenvolvimento Humano pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2020) e em Preparação e Revisão de Textos pela Pontifícia Universidade

Católica de Minas Gerais (PUC Minas, 2023). Atualmente é funcionária da KPMG Auditores Independentes e membro de grupo de pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde cursa pós-graduação. Tem experiência na área de Secretariado Executivo. Atua principalmente nos seguintes temas: literatura, teoria da adaptação, midiática e teoria da recepção.

Eric Henrique Anselmo Moreira da Silva

Graduado na área de Letras – Português e Inglês – pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), com experiência na docência e atuação como pesquisador na área da Análise do Discurso. Tem segunda graduação em Pedagogia e pós-graduação em Arte e Educação pela Faculdade Unida de São Paulo (FAUSP). Atualmente, trabalha como professor na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Os frutos de suas pesquisas possibilitaram a participação em inúmeros congressos e simpósios, além da publicação de artigos científicos – como a primeira publicação em um livro, pela Editora Blucher. Suas pesquisas dialogam com temas relacionados à vulnerabilidade social, gênero, entre outros. Também é técnico em Tecnologia da Informação, com foco em levantamento de dados e manutenção de computadores, mas costuma quebrar o galho para qualquer necessidade envolvendo *softwares* e *hardwares*, demonstrando facilidade em aprender novas tecnologias. Já trabalhou com tradução de jogos na lógica de fã para fã e tem experiência em atendimento ao cliente.

Iasmim Cristina Rodrigues Brilhante

Bacharela em Direito pelo Centro Universitário de Lavras (Unilavras). Pós-graduanda em Direito e Defesa dos Direitos Fundamentais na Defensoria Pública e em Direito Educacional. Atuou como revisora e formatadora de textos acadêmicos, contribuindo para a qualificação metodológica e científica de pesquisas em dis-

tintas áreas do conhecimento. Desenvolve estudos sobre Direito, Poder, Mídia e Linguagem, dedicando-se à análise da elaboração, da circulação e dos efeitos dos discursos jurídicos no ambiente digital. Com perfil interdisciplinar e comprometimento com a promoção dos direitos humanos, busca articular formação teórica e prática profissional, visando ao fortalecimento da democratização do acesso à Justiça, à educação e à informação.

Izilda Maria Nardocci

Pós-Doutora, Doutora e Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Tecnologias Aplicadas à Educação pela PUC-SP. Atua em pesquisas em Análise do Discurso de Linha Francesa. Vice-líder do grupo de pesquisa Discurso e Cultura (Discult). Professora do Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia, atuando na graduação e na especialização em ensino de Língua Portuguesa. Coordenadora do curso de Letras – Português e Inglês – Licenciatura da PUC-SP. Professora convidada da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, com atuação na gestão e planejamento pedagógico de cursos online síncronos e assíncronos.

Jarbas Vargas Nascimento

Pós-Doutor na área de Letras, pela Universidade Estadual Paulista (Unesp – *Campus* Assis). Doutor em Letras (Semiótica e Linguística Geral) pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Bacharel e Licenciado em Letras (Português-Francês) pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira (SP), Bacharel e Licenciado em Filosofia pela mesma instituição. Concluiu o Ensino Fundamental e Médio no Seminário da Congregação do Verbo Divino. Atualmente, é Professor Titular do Departamento

de Ciências da Linguagem e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa da PUC-SP. É Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Foi professor efetivo de Língua Portuguesa na Rede Pública Estadual de Ensino e na Rede Privada; dedica-se ao magistério superior na graduação, na extensão e na pós-graduação *lato e stricto sensu*, desenvolvendo pesquisas na área de Letras, relacionadas à História e Descrição do Português, à Análise do Discurso e ao ensino de Língua Portuguesa. Orientador de pesquisas de iniciação científica, monografias de conclusão de pós-graduação *lato sensu*, dissertações e teses nas áreas de Letras e Linguística; supervisiona estágios pós-doutorais. É organizador e autor de livros e publica artigos no campo dos estudos discursivos e étnico-raciais. É coordenador de Pesquisa no Centro Cristão de Estudos Judaicos (CCDEJ) e um dos editores da revista *Cadernos de Sion*. É líder de Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq. Ocupou vários cargos de gestão acadêmica, desde coordenação de curso, vice-coordenador, chefia de departamento e pró-reitoria. Recebeu o título Grã-Cruz da Ordem do Mérito Cívico e Cultural, em 2008. Recebeu o Troféu ANID ação negra de integração e desenvolvimento, 2006; recebeu, em 2022, o título de Cidadão Itapeviense por serviços prestados ao Município de Itapevi; recebeu, em 2022, a Medalha Cinquentenário das Forças de Paz do Brasil por ter praticado ações meritórias em nome do país. Em 2022 foi incluído na Powerlist Personalidades Negras Mais Influentes da Lusofonia.

Karlene do Socorro da Rocha Campos

Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com pesquisa voltada para o estudo de gêneros textuais em contextos diversos. Professora Assistente Doutora do Departamento de Ciências da Linguagem

e Filosofia da PUC-SP, onde ministra disciplinas presenciais, semipresenciais e a distância em cursos de graduação, extensão e especialização. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente com os seguintes temas: ensino de língua portuguesa para fins específicos, ensino e aprendizagem de língua portuguesa nas modalidades presencial e a distância, interação em diferentes contextos, tecnologias digitais em ensino e aprendizagem, gêneros textuais digitais, argumentação e linguagem.

Márcio Rogério de Oliveira Cano

Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Língua Portuguesa pelo Programa de Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Desenvolve pesquisa na área de Análise do Discurso e Ensino de Língua Portuguesa. Foi coordenador e é professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Na mesma instituição, atua como professor do curso de graduação em Letras e lidera o Grupo de Pesquisa Leitura e Produção de Discursos (GPLPD). Tem vasta experiência no ensino, tendo atuado desde o ciclo II do Ensino Fundamental até a universidade em cursos de Letras, Pedagogia e Comunicação Social, além de cursos de formação de professores nas redes públicas e particulares. Em sua trajetória, destacam-se trabalhos desenvolvidos na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, na formação de professores de Língua Portuguesa e das diversas áreas do ensino, nas Secretarias de Educação de Osasco e de Cajamar, na formação de Professores do Ciclo I, dificuldades de Aprendizagem e Práticas Pedagógicas Inclusivas. Fez parte dos assessores pedagógicos do Instituto Paulo Freire. Coordenou o projeto “A Reflexão e Prática no Ensino”, que teve por objetivo publicar nove livros focados na prática em sala de aula no Ensino Fundamental II. Nesse projeto estiveram envolvidos vários pesquisadores, professores e estudantes da PUC-SP, Unicamp, USP

e Unifio. Posteriormente, coordenou mesmo projeto, focado no Ensino Médio, com a publicação de dez livros. Em seus temas, destacam-se análise dos discursos da mídia, discurso da violência, discursos atópicos, condições de produção discursiva e sujeito. Na área de ensino, traz pesquisas voltadas para a formação do leitor crítico e práticas pedagógicas emancipatórias

Ramon Silva Chaves

Doutor em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), com estágio sanduíche na Universidade do Porto. Realizou pós-doutorado na PUC-SP, pesquisando questões étnico-raciais, sexualidade e masculinidade, integrando Análise do Discurso e Psicanálise. É membro dos grupos de pesquisa Discurso e Cultura (PUC-SP) e Discurso e Ensino (UFG). Suas investigações concentram-se em Linguística, Literatura e Psicanálise, com ênfase na Análise do Discurso. Atuou como assessor de currículos para o ensino básico e em bancas de correção de redação. Atualmente, está em formação no Corpo Freudiano Escola de Psicanálise e leciona Língua Portuguesa e Literatura na rede privada, além de trabalhar com formação de professores e coordenadores.

Ricardo Celestino

Doutor em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP) e professor do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária da mesma instituição, além de docente de Língua Portuguesa e Literatura no Centro Paula Souza. Atua na formação de professores, com experiência no ensino superior e pesquisas em leitura, produção textual e perspectiva enunciativo-discursiva. Concluiu pós-doutorado sobre Análise do Discurso e Metaficção na ficção científica nacional. Psicanalista e membro do Corpo de Estudos Freudianos de São Paulo, integra

grupos de pesquisa da PUC-SP e da Universidade Estadual Paulista (Unesp). É autor dos romances *Até que a brisa da manhã necrose teu sistema* (Prêmio Argus 2019), *Banho de sol* (2021) e *O vazio e sei lá o que mais* (Prêmio Odisseia de Literatura Fantástica).

Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira

Doutora e Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2015). MBA em Gestão e Inovação em EaD pela Universidade de São Paulo (USP, 2015), Especialização em Linguística Forense pela Universidade do Porto (2019) e graduação em Letras – Português e Espanhol – pela USP (1997). Professora Adjunta de Leitura e Produção de Textos. Líder do Grupo de Pesquisa Discurso, Cultura e Ensino (DICE) e do Grupo de Estudos em Linguística Forense (GELF). Criadora e organizadora do DICE em Rede, composto por diferentes instituições nacionais e internacionais. Membro dos grupos de pesquisa da PUC-SP Memória e Cultura na Língua Portuguesa Escrita no Brasil e Discurso e Cultura (Discult). Atualmente, suas pesquisas são pautadas na Análise de Discurso de Linha Francesa, sobretudo na relação entre discurso, cultura e sociedade; Discurso Forense e Linguística Forense. Seus temas de análise atuais relativos à Análise do Discurso envolvem: discurso pedagógico relacionado à pedagogia de trabalhos por projetos; discurso literário e letramento; discurso pedagógico e pedagogias ativas; análise do discurso e letramento acadêmico; gêneros do discurso e ensino de leitura e produção, análise do discurso e formação de professores; discurso feminista, discurso racista, discurso da negritude e discurso da resistência. Na Linguística Forense, analisa o discurso em depoimentos de crimes políticos, feminicídio e racismo. É membro, desde 2021, do Comitê de Idiomas e Políticas Linguísticas da Universidade Federal de Goiás (UFG), onde atuou na Secretaria de Relações Internacionais (2019-2022), com a implementação de COIL (*Collaborative Online International Learning*).

Como os discursos midiáticos, ao operar como instâncias reguladoras do cotidiano, participam da constituição de sentidos e da mediação entre a experiência social e a cultura?

Este oitavo volume da série *Discurso e Cultura* oferece uma reflexão integrada sobre os vínculos estruturantes entre discurso, cultura e tecnologia nas formas contemporâneas de subjetivação e organização social. Sob o pressuposto de que a mídia se configura como um espaço dinâmico de produção simbólica, as pesquisas inéditas aqui reunidas problematizam as práticas sociais e os efeitos de sentido que circulam em diferentes *médiuns* digitais.

Apoiadas nos aportes teórico-metodológicos da Análise de Discurso de vertente francesa – com centralidade nas formulações de Dominique Maingueneau –, as produções deste Dossiê investigam como a materialidade linguístico-semiótica legitima hábitos, valores identidades. Diante de transformações tecnológicas que alteram nossos modos de conhecer o mundo, a obra evidencia o papel da mídia na construção de (in)visibilidades, sem esquivar-se de analisar as engrenagens que intensificam a polarização, a violência e os discursos de ódio nas redes. Fruto do trabalho rigoroso do Grupo de Pesquisa Memória e Cultura da Língua Portuguesa Escrita no Brasil (PUC-SP), sob coordenação do Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento, este livro consolida-se como um campo privilegiado para pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais que buscam compreender os complexos mecanismos contemporâneos de negociação e circulação de sentidos.



www.blucher.com.br

Série
Discurso e cultura
Blucher